

Ofício Interno 6- 2.059/2024

De: Vitoria S. - GAB-VER

Para: PRESIDENTE - GABINETE DA PRESIDÊNCIA - A/C Luiz L.

Data: 08/07/2024 às 13:55:20

Setores envolvidos:

GAB-VER, GAB-VER, GAB-VER, GAB. VER, GAB-VER, GAB-VER, GAB-VER, GAB-VER, GAB-VER, GAB-VER, GAB-VER, GAB-VER, GAB-VER, DG, SL, DAL, PJ, PJ, GR-CCJTR, GR-CEFP, GR-CSHPS, GR-CEDCT, GR-CTUSOP, GR-CICAMA, GR-CFC, GR-PDO, PRESIDENTE, APO, GAB-VER

RELATOR ESPECIAL - PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Senhor Presidente, segue anexo parecer sobre o Projeto de Lei Complementar nº 079, de 12 de setembro de 2023 - Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município- elaborado pelo Relator Especial após audiências públicas.

Atenciosamente,

—

Vitoria Karoline Narciso da Silva E Souza
assessora de gabinete

Anexos:

Plano_Diretor_Parecer.pdf



**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

**RELATOR ESPECIAL, DESIGNADO NOS TERMOS DO ART 71 DO
REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

Parecer nº 01/2024

Assunto: Projeto de Lei Complementar nº 079, de 12 de setembro de 2023

Autor (a): Poder Executivo Municipal

Assinado por: Prefeita Municipal Antônia Eliene Liberato Dias

I - RELATÓRIO:

O Projeto de Lei Complementar nº 079, de 12 de setembro de 2024, institui o Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Sustentável do Município de Cáceres - MT e estabelece diretrizes e normas para o ordenamento físico-territorial e urbano, o uso, a ocupação e o parcelamento do solo, em conformidade com as exigências da Lei 10.257/2001 que instituiu o Estatuto das Cidades estabelecendo diretrizes gerais de política urbana.

Exauridos os prazos para confecção dos pareceres pelas Comissões pertinentes, este vereador foi designado Relator Especial, com aprovação submetida a plenário.

Em 24 de abril de 2024 foi publicada a portaria 084/2024 dando publicidade à nomeação deste relator, sobre o que nada ou ninguém se insurgiu.

Este relator apresentou cronograma de realização de audiências públicas para apresentação e discussão do PLC 79, requerendo, ainda, a divulgação do projeto no site da Câmara Municipal, disponibilização de acesso aos cidadãos e mídia de divulgação externas.





**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

Para tanto, foram confeccionados outdoors, spots de rádio e banners em sites da cidade, além de ampla divulgação no próprio sítio eletrônico da Câmara Municipal.

As audiências contaram com participação presencial, participação online e transmissão pelo canal oficial do poder legislativo municipal no YouTube.

Esgotadas as realizações das audiências, procedeu-se à elaboração do presente relatório, que vai anexado das atas das audiências e listas de presenças.

Este é o Relatório.

II – DO PARECER:

Trata-se de Projeto de Lei Complementar nº 079, de 12 de setembro de 2024, institui o Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Sustentável do Município de Cáceres - MT e estabelece diretrizes e normas para o ordenamento físico-territorial e urbano, o uso, a ocupação e o parcelamento do solo, representado pela Excelentíssima Prefeita Municipal Antônia Eliene Liberato Dias, visando garantir a segurança jurídica no uso da propriedade urbana e induzir o desenvolvimento da cidade.

A Constituição Federal do Brasil determina que municípios com população superior a 20 mil habitantes devem elaborar um Plano Diretor para direcionar o crescimento urbano. Este mandato é reforçado pelo Estatuto da Cidade, que especifica a necessidade de o Plano Diretor atender à função social da cidade e da propriedade, assegurando qualidade de vida aos cidadãos.

Neste contexto, o Projeto de Lei Nº 079 surge como uma resposta constitucional e legal à demanda por um planejamento urbano participativo e consciente. O projeto alinha-se com o Estatuto da Cidade ao promover a gestão democrática, incentivando a participação cidadã no desenvolvimento urbano.

O texto do projeto articula princípios fundamentais, como o desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade, o uso equitativo e sustentável do território e a garantia de bem-estar e segurança para os moradores. As





**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

diretrizes propostas enfatizam o acesso universal à cidade, a diversificação dos modos de transporte e a inclusão da população nas decisões de planejamento urbano.

O projeto evidencia um compromisso com o desenvolvimento sustentável, procurando harmonizar o progresso econômico com a conservação ambiental, em linha com os objetivos globais de sustentabilidade.

A proposta legislativa apresenta uma estrutura de ordenamento territorial que contempla zonas urbanas, rurais e de proteção ambiental, refletindo uma visão contemporânea e integrada de planejamento urbano que busca otimizar a utilização do solo.

Os objetivos gerais incluem assegurar direitos fundamentais como moradia, saneamento, infraestrutura, segurança e lazer. Estrategicamente, o projeto visa promover uma urbanização compacta e eficiente, melhorar as condições de tráfego e transporte e fortalecer a economia local.

O território municipal é dividido em Macrozonas e Zonas Especiais, com diretrizes claras para o uso e ocupação do solo, priorizando a preservação ambiental e a proteção do patrimônio histórico e cultural.

Estudos e jurisprudências brasileiras sublinham a importância de políticas públicas voltadas para o crescimento sustentável das cidades. Esses documentos reiteram a necessidade de uma gestão urbana ambiental eficaz, que integre o planejamento urbano e o uso do solo, e destacam a importância da participação popular e da transparência nas decisões de desenvolvimento urbano.

Da realização das audiências e análise do texto proposto, este relator não identificou alterações imprescindíveis à redação do projeto. Ressalte-se que o mesmo projeto já havia sido apresentado anteriormente, ficou à disposição da casa legislativa, recebeu propostas de alteração e foi retirado, vindo a ser o presente Projeto de Lei Complementar 79 um substitutivo, o que explica a desnecessidade de emendas aditivas, supressivas ou modificativas.

Quando das realizações das audiências, muitas propostas foram feitas, conforme consta das atas anexadas. Porém, não eram cabíveis a um Plano Diretor de Desenvolvimento, o que foi oportunamente explicado.





**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

Quanto da redação do texto legal, nenhuma proposta de alteração foi feita, sejam aditivas, supressivas ou modificativas, razão pela qual não faz necessária análise individual de nenhuma delas, por este relator.

Este parecer enfatiza a importância do Projeto de Lei Nº 079 para o desenvolvimento sustentável de Cáceres - MT, em consonância com as diretrizes do Estatuto da Cidade e as práticas recomendadas na jurisprudência brasileira. O projeto está em conformidade com a lei e reflete as melhores práticas de planejamento urbano, sendo essencial para promover um desenvolvimento ordenado e sustentável do município.

III – DA DECISÃO

Não foram identificadas inconstitucionalidades ou ilegalidades no projeto de lei. Este apresenta-se legalmente adequado e reflete as melhores práticas de planejamento urbano, sendo pertinente para promover o desenvolvimento ordenado e sustentável do município de Cáceres – MT, razão pela qual recomendamos a aprovação do Projeto de Lei Nº 079/2023, considerando seu alinhamento com a legislação vigente e as práticas contemporâneas de urbanismo.

É o nosso parecer, o qual submetemos à elevada apreciação Plenária.

Sala das Sessões, 06 de julho de 2022.

Cezare Pastorello - PT

Relator Especial

Cézare 2024.07.0
Pastorello 6 14:24:33
-04'00'





**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

ATAS DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Redigidas por Vitoria Karoline Narciso da Silva e Souza





**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI nº 79/2023- PLANO
DIRETOR PARTICIPATIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO MUNICIPIO DE
CÁCERES– DO DIA 16/05/2024 (quinta-feira)**

PRESENTES:

- **LUIZ LAUDO PAZ LANDIM**- Vereador e presidente da Câmara Municipal de Cáceres;
- **RUBENS MACEDO**- Vereador;
- **ISAÍAS BEZERRA** - Vereador;
- **FRANCO VALÉRIO**- Vereador;
- **GUSTAVO CALABRIA**- Secretário da Fazenda

OCORRÊNCIAS

No dia dezesseis do mês de maio de 2024, a partir das dezoito horas e trinta minutos, no plenário da Câmara Municipal de Cáceres, situada na rua Coronel José Dulce, s/n, Centro, Cáceres-MT, foi realizada a primeira Audiência Pública para discussão do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Cáceres (Projeto de Lei Complementar nº79 de 12 de setembro de 2023), organizada e conduzida pelo relator Vereador Cézare Pastorello-PT. Nesta primeira audiência o objetivo era apresentar o plano diretor de desenvolvimento, o calendário e temas das audiências seguintes. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Após cumprimentar todos os presentes e os que estavam por meio remoto, o relator explicou sobre o Plano Diretor ser um Projeto Lei Complementar, e que, portanto, possui previsão legal que justifica a sua elaboração. Informou também que haverá seis audiências públicas para a apresentação do plano diretor. Dispensou a apresentação da composição da mesa. E passou a explicar a finalidade, importância do Plano Diretor de Desenvolvimento para o município e a justificativa do prazo de 10 anos. Enquanto explicava sobre o objetivo do Plano Diretor, sugeriu que houvesse a previsão de “Zona de Especial Interesse e Logística”, para além das outras Zonas de Especial Interesse. E informou que o diagnóstico do plano Diretor está disponível no site da prefeitura Municipal. A sequência comentou sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável da cidade de Curitiba-PR e seus impactos positivos para a cidade. Cumprimentou a Assistente Social Denise e comentou sobre a constituição do





ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

Conselho Municipal de Cidade. Apresentou para os presentes um vídeo institucional do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável da cidade de Curitiba-PR. Comentou sobre como a ausência de uma gestão preocupada com meio ambiente e planejamento, que aterrou diversas lagoas da cidade resulta hoje em alagamento. Na sequência, passou a apresentar sobre a metodologia de trabalho: O plano Diretor foi dividido em 6 tópicos, disponibilizados em página na Câmara Municipal e da Prefeitura, com a possibilidade de participação online. Explicou sobre os zoneamentos do município: zona urbana consolidada, zona urbana em consolidação, zona ou áreas de especial interesse histórico, as áreas de especial interesse ambiental, as áreas de especial preservação ambiental permanente e zonamento urbano. Citou como exemplo de expansão prejudicial do município a construção do Residencial Universitário. Retornou ao calendário e explicou que os temas citados acima serão discutidos nos dias 23 de maio. Na audiência do dia 06 de junho será discutido o parcelamento, uso e ocupação do solo e seus impactos, bem como as políticas urbano-ambientais para o desenvolvimento sustentável; mobilidade urbana e transporte; saneamento, infraestrutura e serviços; e política municipal de habitação. Para introduzir o tema a ser discutido na Audiência Pública do dia 13 de junho, questiona o quanto as pessoas conseguem aproveitar da cidade e explica que o tema “instrumentos de política pública urbana”, é um tema muito caro. Outro tema discutido no dia 13 será a “Zona especial de interesse histórico”. No dia 20 de junho, serão discutidos os zoneamentos e suas aptidões, inclusive recomendou a inclusão de zoneamento de especial interesse logístico, e demais temas como transferência do direito de construir; outorga onerosa do direito de construir; parcelamento, edificação e utilização compulsórios; IPTU progressivo e de desapropriação com pagamento em títulos; consórcio imobiliário; estudo de impacto de vizinhança, neste tema citou como exemplo a ausência de vias paralelas a BR 070 e como impacta na segurança das pessoas, sobretudo daquelas que moram nos bairros vizinhos, e também a não obrigatoriedade de estacionamento em estabelecimentos comerciais. Por fim, no dia 27 de junho, a discussão sobre as políticas públicas de desenvolvimento social e econômico, considerado pelo relator uma contemporaneidade do plano diretor de desenvolvimento sustentável. E, por fim, a votação do Projeto de Lei no dia 01 de julho. **Vereador Rubens Macedo:** Teceu comentários sobre o





**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

tema de desenvolvimento social e econômico e sugeriu a criação de um “calçadão” na Rua Coronel Farias, como incentivo do poder público para o comércio naquele local. **Vereador Luiz Laudo Paz Landim:** Agradeceu ao Vereador Cézare Pastorello por ter aceitado o convite para ser relator especial do Plano Diretor. Explicou que o Plano Diretor é para desenvolver o município, mas dentro da ciência e com estrutura. Questiona se as promessas feitas por candidatos possuem estudo de viabilidade. Convidou as pessoas para discutirem o Plano Diretor. E agradeceu os presentes. **Vereador Rubens Macedo:** ressaltou que o Plano Diretor representa segurança para novas empresas que pretendem investir no município. **Vereador Isaías Bezerra:** Cumprimentou todos os presentes. Lamentou a ausência de participantes, principalmente da classe política para discutir a melhor ferramenta de desenvolvimento do Município: O Plano Diretor. Relembrou que no ano de 2021 comerciantes se preocupavam com o centro da cidade e a possibilidade de esquecimento. Citou Presidente Prudente e São Paulo como cidades que implementaram com êxito o calçadão. Propôs discussão sobre loteamentos e bairros que tem crescido desordenadamente na cidade, como por exemplo o Jd Vitória, para que haja intervenção do Poder Público. Por fim, disse que espera que a população e autoridades participem das próximas audiências públicas. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Disse que a participação popular nesta etapa do Plano Diretor é importante, principalmente pela apresentação, pois a aprovação impactará a vida de todos, inclusive do morador do Jd Vitória. Disse que não irá considerar estar decepcionado com a participação, já que é preciso cumprir com a etapa de demonstração e tudo está devidamente registrado. Comentou que nunca houveram regras na cidade então a população não tem as expectativas de que haverá mudanças. E que desperta desconfiança a falta de participação nas audiências daqueles que dizem ter soluções para o Município. Disse que quando o plano foi reapresentado em dezembro de 2023 pensou que seria melhor discutir no ano de 2024 por ser ano eleitoral então seria um estímulo para maior participação e discussão sobre o desenvolvimento de Cáceres. Parabenizou os pré-candidatos a vereador presentes na audiência. **Vereador Rubens Macedo:** questionou como a pessoa se candidata a prefeito sem plano de governo ou conhecer sobre o plano diretor. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Perguntou se havia algum questionamento dos presentes. **Karen Marmoré, cidadã:** Iniciou





**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

dizendo que participou da aprovação do Plano de Municipal de Saneamento básico. E fez as seguintes perguntas: Quem foi o responsável pelo Plano Diretor? Se foi elaborado por uma empresa? Se as demais audiências serão realizadas pelo Cézare Pastorello? ou se haverá outros técnicos presentes para retirar dúvidas. E até quando é passível de sugestões para incluir no Plano Diretor? **Vereador Cézare Pastorello, relator:**

Em Resposta, explicou que em 2018 houve contratação da FAESPE para elaboração de alguns produtos para Cáceres, entre eles o Cadastro Técnico Multifinalitário para levantamento de casa por casa, bairro por bairro com diagnóstico da cidade e serve com uma base de dados muito importante para o Município ainda que pouco utilizado; O Plano Diretor de desenvolvimento conforme o Estatuto das Cidades Lei 10257, com a realização das audiências e participação popular, feito por técnicos contratados pela FAESPE, ou seja, na sua maioria da UNEMAT, servindo como objeto de Bolsa de Pesquisa de Iniciação Científica para alunos; O Código Tributário Municipal e o Plano de Mobilidade Urbana de Cáceres, que por exemplo prevê 83km de ciclofaixa e ciclovia, 7 linha de ônibus traçadas e a Coronel Farias como Calçada. Tudo isso produto do convenio com a FAESPE.

- **E até quando é passível de sugestões para incluir no Plano Diretor?** Quanto a alterações, informou que deveriam ter sido propostas na fase de elaboração, porém, considerando que o Plano Diretor foi feito em 2018 e nesse intervalo muita coisa mudou, então, nessa fase de apresentação será acatado, apresentado em ata e apresentado como proposta de Emenda para discutir as possíveis sugestões, alterações e até mesmo correções.
- **Se as demais audiências serão realizadas pelo Cézare Pastorello? ou se haverá outros técnicos presentes para retirar dúvidas.**

E quanto a segunda pergunta, confirmou que será o responsável por apresentar em todas as audiências, por ter sido aprovado em Plenário a sua atuação como Relator Especial desse Plano. Todos os Códigos passam por Comissões que fazem Audiências Públicas para então ser aprovado. Em razão da importância desse Plano Diretor, resolveu dividir em seis audiências para não esgotar o tema em uma só. As audiências estão abertas para a participação de outras





**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

peças também. O Vereador disse que esteve presente na elaboração do Plano Municipal de Saneamento básico e também esteve presente na revisão do plano, que aliás foi muito bem feito.

Rubens Macedo complementou dizendo que quando o Presidente da Câmara nomeia o Relator, e este é aprovado pelo Plenário, todas as discussões e qualquer alteração passa pelo Relator, do início ao fim. E que no momento todos os prazos e comissões já passaram, agora só esta com o relator.

Vereador Luiz Landim fez convite para o evento “Tribunais em ação” a ser realizado no dia 22 e 23 organizado pelo Tribunal de Contas do Estado e Tribunal de Justiça do Mato Grosso. Disse que precisava se retirar em razão de outro compromisso.

Vereador Cézare Pastorello informou que as audiências serão todas as 18h30min com término as 20h30min, como possibilidade de flexibilização do horário dependendo do ritmo da audiência e das discussões. Não havendo nada mais a ser tratado, declarou encerrada a audiência pública.





**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI nº 79/2023- PLANO
DIRETOR PARTICIPATIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO MUNICIPIO DE
CÁCERES– DO DIA 23/05/2024 (quinta-feira)**

PRESENTES:

- **LUIZ LAUDO PAZ LANDIM-** Vereador e presidente da Câmara Municipal de Cáceres;
- **RUBENS MACEDO-** Vereador;
- **VALDENÍRIA-** Vereadora;
- **LEANDRO MARTINS-** Secretário de Planejamento;
- **DOMINGOS-** Vereador;

OCORRÊNCIAS

No dia vinte e três do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, às dezoito horas e trinta minutos, no plenário da Câmara Municipal de Cáceres, situada na rua Coronel José Dulce, s/n, Centro, Cáceres-MT, foi realizada a segunda Audiência Pública para discussão do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Cáceres (Projeto de Lei Complementar nº79 de 12 de setembro de 2023), organizada e conduzida pelo relator Vereador Cézare Pastorello-PT. Aberta audiência o relator cumprimentou os presentes e os que estavam acompanhando remotamente, informou que a audiência seria para discussão do Projeto de Lei Complementar nº79/2023 - Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Cáceres. Relembrou a todos que, como foi explicado na primeira audiência, o Plano Diretor será discutido individualmente em fases, assim leu as sessões e capítulos que seriam discutidos: Zona Urbana Consolidada, a Zona Urbana em Consolidação, a Macro Zona Rural, a Macro Zona de Proteção Ambiental, as zonas de especial interesse, que são Zona de Especial Interesse Social, Zona de Especial Interesse Comercial, Zona de Especial Interesse Histórico e Cultural, Zona de Especial Interesse Industrial, Zona de Especial Interesse Ambiental de Proteção integral do tipo 1 e Zona Especial de Interesse Ambiental de Verdes Urbanos, proteção ambiental do tipo 2. Explicou que será tratado sobre a juventude, pois o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável é integral, abarcando também o desenvolvimento social e será tema da última Audiência Pública. Recapitulou para fins de registro e para informar os que não estavam presentes na primeira audiência que a Lei Complementar é um





**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

projeto de lei que complementa a Lei Orgânica do Município e por possuir essa finalidade são mais rígidas, exigem quórum qualificado, prévia discussão com disponibilização obrigatória para acesso público, consulta pública no site da Câmara e em outros veículos. Cumprimentou a Vereadora Valdenéria, o Presidente da Câmara Luiz Laudo Paz Landim. Retomou a explicação sobre o Plano Diretor do Município e disse que em caso de conflito entre o Código Tributário Municipal e o Plano Diretor, o segundo tem vantagem por ser hierarquicamente superior. Sobre a metodologia, explicou que como as audiências estão divididas em tópicos e não leitura artigo por artigo, para poder ouvir as manifestações e sugestões das pessoas. Iniciou a apresentação do primeiro tópico: Zona Urbana Consolidada, explicou que são locais com maior densidade de construções do que de áreas para construir e com disponibilidade de equipamentos públicos e infraestrutura, citou como exemplos os bairros Centro, Monte Verdade e Santa Isabel. Elencou entre os principais objetivos do Plano Diretor a permeabilidade do solo e evitar a saturação do sistema viário nas zonas urbanas consolidadas. Citou como uma das formas de evitar a saturação do trânsito, é o Transporte Público Coletivo, previsto também no Plano de Mobilidade Urbana. Relembrou aos presentes sobre a possibilidade de observações durante a apresentação e a importância da participação popular. Passou ao próximo tópico, as zonas urbanas em consolidação, constituídos por bairros periféricos e sem infraestrutura completa e que em Cáceres são as maiores manchas. Exemplificou o bairro Santa Isabel como zona urbana consolidada, e explicou a necessidade de consolidar outros bairros. Disse que a zona urbana de expansão é a ausência de plano diretor no município e, como existem no município, o Plano Diretor prevê a finalidade de ser uma reserva para a zona urbana em consolidação. Outro conceito explicado é sobre a Macrozona Rural, diante da proposta de desenvolvimento sustentável e social tem o objetivo de fixar as pessoas no campo, incentivar a atividade agropecuária com políticas públicas. Sobre esse tema, o Relator acredita que poderia ser um capítulo mais extensa e específica sobretudo com relação as metas para tingimento desse bem-estar. **O Vereador Luiz Laudo Paz Landim, Presidente da Câmara Municipal**, registrou a sua preocupação com o transporte escolas da Zona Rural. **O vereador Cézare Pastorello, relator**, retomou a palavra e citou o caso de uma linha de trem que funcionou durante 9 anos para que apenas uma estudante tivesse





ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

acesso a educação. Disse que o Plano Diretor servirá como argumento para cobrar transporte público para os estudantes. Iniciou o capítulo de Macrozona de Proteção Ambiental, composta pela Serra das Araras, próximo a Porto Estrela, Taiamã e o Parque Estadual do Guirá, na divisa com a Bolívia. Explicou que as estações ecológicas Taiamã e Serra das Araras também são federais. Registrou a presença do Vereador Rubens Macedo. Iniciou o capítulo sobre as Zonas de Especial Interesse, definidas pelo Estatuto das Cidades como áreas prioritárias de políticas públicas específicas. Registrou a presença do Secretário de Planejamento. Registrou também a observação em que acredita que há uma Zona de Especial Interesse faltando. Sobre a Zona de Especial Interesse Social (ZEIS) explicou que de acordo com Plano Diretor serão as áreas em que será realizado a regularização fundiária para transformar a realidade do bairro. Exemplificou sobre a Habitação de Interesse Social de Cáceres, a necessidade adensamento urbano. Comunicou a todos sobre a transmissão via Youtube e a possibilidade de participação pelo GoogleMeet. Explicou que o objetivo do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável em estabelecer como zona de Especial Interesse Social as áreas ocupadas por população de baixa renda e promover a regularização fundiária, é promover as pessoas segurança ao proprietário do imóvel, é um ato de cidadania, ainda fomenta a economia. E citou que também está previsto no Plano a prioridade na estação de equipamentos públicos nessas zonas de especial interesse social. Explicou que a outra modalidade prevista no Plano Diretor para ocupação das Zonas de Especial Interesse Social são os loteamentos populares, disse que é modalidade muito comum na região Nordeste do país. Deu início a explicação sobre as Zonas de Especial Interesse Comercial e, mais uma vez, citou a falta de Transporte Público Urbano Coletivo como um fator que desestimula as pessoas a comprar a contratar serviços na região central. **Cidadão não identificado:** Questionou se o Plano Diretor prevê sobre a sinalização do Município. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Em resposta disse que o Plano Diretor, como Lei Complementar, tem a condição de prever outras legislações como o Código Tributário e o Plano de Mobilidade Urbana, além de estabelecer zonas que deverão ser priorizadas. Explicou as vantagens do Transporte Público Coletivo para os trabalhadores e que há um Plano de Mobilidade Urbana de Cáceres construído com pesquisa de origem e destino, fluxo de trânsito, porém para atualizar o plano é necessário a criação do Conselho Municipal de





**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

Trânsito. Retomando sobre as Zonas de Especial Interesse Comercial, explicou que é possível a alterar a definição das zonas e que para isso é necessário o Conselho Municipal de Cidade. Passou para o próximo tópico: Zona de Especial Interesse histórico e cultural. Explicou que o plano diretor estabeleceu diretrizes para valorização do Centro Histórico cacerense inclusive com a priorização das atividades de cultura e lazer. Questionou o quanto que os cidadãos presentes aproveitam da cidade. Em seguida, abordou sobre tombamento e que o Governador do Estado não possui competência para “destombar” o Centro Histórico, pois é um bem da humanidade. **Vereador Luiz Laudo Paz Landim, Presidente da Câmara Municipal:** Primeiramente parabenizou o Vereador Cézare Pastorello. Em seguida, disse que ao ganhar as eleições procurou o IPHAN por ser muito contra o instituto e acreditar que atrapalhava o município. Informou que o IPHAN consultou o município para realizar mudanças, mas que prazo de resposta foi perdido. Afirmou que acredita na possibilidade de discutir com o Executivo sobre os benefícios do Centro Histórico para Cáceres. Informou que há três tipos de tombamento o Federal, Municipal e Estadual. Se questiona o que pode ser feito para manter o patrimônio conservado. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Observou que a isenção de IPTU apenas para imóvel residencial é uma injustiça no Código Tributário Municipal. Explicou que há tombamentos individuais e do conjunto. **Vereador Luiz Laudo Paz Landim, Presidente da Câmara Municipal:** Citou como exemplo a reforma da Câmara Municipal e que críticas ao IPHAN são porque não possuem conhecimento sobre o funcionamento do instituto. Sugeriu uma parceria junto ao IPHAN para melhorar o centro histórico. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Lembrou que em 2021 foi aberta uma consulta pública nacional para ratificação ou intervenção em uma proposta de regulamentação do Centro Histórico tombado de Cáceres, e após sugestões não acatadas, foi publicado a Portaria nº06 em janeiro de 2022 com uma espécie de regimento do Patrimônio Histórico tombado e facilitou intervenções e construções. Demonstrou a portaria e recomendou que as pessoas lessem. Fez a observação de que não se pode enxergar o centro histórico do município como um obstáculo ao desenvolvimento. Exemplificou o PAC das cidades históricas em 2011 onde os municípios poderiam submeter projetos, porém Cáceres não recebeu nada. **Rubens Macedo, vereador:** disse que o polígono tombado de Cuiabá tem 7 hectares enquanto Cáceres tem 43 hectares.





**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

Vereador Cézare Pastorello, relator: Informou que Cuiabá recebeu 85 milhões de reais e, portanto, é preciso buscar formas para que o centro histórico cacerense seja valorizado, objetos de turismo. Citou o Anjo da Ventura e a desvalorização pela fiação de energia elétrica sem rebaixamento. Afirmou que o projeto do Plano Diretor para o Centro Histórico é que valorização. **Vereador Luiz Laudo Paz Landim, Presidente da Câmara Municipal:** Complementou com o exemplo do centro histórico de Paraty-RJ. Sugeriu um curso técnico de guias turísticos na Escola Técnica. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Apresentou o mestre geógrafo Clóvis Vailant e disse que ambos testaram um pacote turístico de integração entre o potencial turístico natural e o potencial turístico histórico. Lembrou sobre o valor histórico do Marco do Jauru e da fronteira com a Bolívia. **Clóvis Vailant, mestre em Geografia:** Cumprimentou a todos os presentes. Fez algumas observações sobre o Plano Diretor. Primeira questão: destacou a importância do Cadastro Técnico Multifinalitário (CTM), mencionando que ele é frequentemente limitado à técnica, esquecendo seu potencial científico. Criticou a visão restrita do CTM, que deve considerar as relações sociais e os deslocamentos urbanos para evitar a construção de residências em locais inadequados sem considerar essas relações. Vailant criticou os objetivos atuais do Plano Diretor, afirmando que o principal objetivo de qualquer ação pública deve ser o bem-estar humano. Enfatizou que a organização dos processos urbanos deve ser centrada nas necessidades das pessoas. Citou exemplos de má organização urbana, a própria estrutura que coloca a vida das pessoas em risco, então recomendou requalificar os interesses na cidade. Propôs manter um debate permanente sobre o plano diretor para requalificar os processos urbanos desatualizados. Deu exemplo de como a falta de acesso a tecnologia e seus recursos, principalmente para pessoas da periferia, cria um risco por causa da dificuldade de deslocamento. Compartilhou observações sobre as mudanças positivas em Londrina, que se tornou mais amigável para pedestres e ciclistas e criou de faixas de travessia prioritárias para ciclistas. Questionou de quais interesses partes a criação da cidade. Sobre o IPTU progressivo destacou importância de começar pelas zonas urbanas consolidadas para evitar deslocamentos indesejados de atividades para as periferias. Descreveu um roteiro turístico elaborado e testado feito especificamente para a classe média de Cuiabá. Disse que Dilma Lourenço da Costa elaborou o primeiro roteiro turístico no Centro





ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

Histórico de Cáceres publicado há mais de 23 anos. Destacou que há na cidade mais de 55 guias turísticos de diferentes etapas de formação e o que realmente falta para Cáceres são políticas. Disse que as indústrias que aceitam a possibilidade de se instalar no município é devido a alta disponibilidade de água do Rio Paraguai. Alertou contra a influência de pressões do setor privado sobre o poder público e criticou o negacionismo que leva a mortes e tragédias como na pandemia de COVID 19, a inundações no Rio Grande do Sul e a própria enchente em Cáceres. Ressaltou a necessidade de investimentos mínimos para estabelecer sistemas de alerta. Criticou as políticas sociais descritas no Plano Diretor como acanhadas e afirmou que, quanto mais completas forem no Plano Diretor, menos necessidade haverá de criar Leis Complementares para regulamentá-las. Enfatizou a necessidade de ajustar a distribuição de recursos educacionais e de saúde, considerando as especificidades locais. Por fim, elencou que é preciso retomar o cadastro técnicos multifinalitário, coloca as pessoas no centro do Plano Diretor, redimensionar todas as políticas sociais e entender para quem de fato está se fazendo o Plano Diretor. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Concordou com as críticas e observações do Geógrafo Clóvis Vailant sobre o Plano Diretor possuir áreas em que ficou acanhado não se posicionando como uma lei tão importante para a cidade como deveria. Enfatizou a oportunidade de apresentar e colher observações durante essa audiência pública. Ressaltou que a discussão sobre o Plano Diretor deve ser contínua, pois a cidade é viva e as demandas mudam com o tempo. Destacou o CTM como um dos produtos mais importantes e menos utilizados pela administração da cidade. Indicou seu privilégio de ter acesso ao CTM, mas observou que a administração não o utiliza adequadamente nas tomadas de decisões. Encorajou os presentes, especialmente os acadêmicos, a pesquisarem sobre políticas públicas baseadas em evidências. Explicou que decisões políticas baseadas em números, ciência e evidências seriam mais eficazes do que aquelas tomadas com base em interesses eleitorais. Agradeceu a participação de todos e convidou Clóvis Vailant para futuras discussões, afirmando que ainda há muitos assuntos a serem abordados. Mencionou que a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) não faz parte do Plano Diretor de Desenvolvimento, mas que há a Zona Industrial, local onde deve, estar as indústrias dentro ou fora da ZPE. Destacou que o Plano Diretor é essencial para investidores externos, como os chineses, pois oferece





ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

segurança jurídica e clareza sobre onde e como podem investir na cidade. Comentou sobre as zonas de especial interesse industrial (ZEI) e a falta de consideração, na época de sua definição, das necessidades logísticas, especialmente após a aprovação do plano de mobilidade urbana de Cáceres. Indicou que a circulação de veículos pesados, tanto dentro quanto fora da ZPE, não foi adequadamente planejada e em razão disso torna inviável a instalação de indústrias, como a chinesa para produção de aminoácidos, por demandar grande movimentação de cargas. Mencionou a reinauguração do porto público e fez a observação de que se houvesse viabilidade econômica, o porto estaria em pleno funcionamento, indicando que a falta de movimentação se deve a problemas logísticos e não a falta de capital. Afirmou que a instalação de uma indústria ainda que pequena já traria problemas logísticos significativos. **Cidadão não identificado:** Cumprimentou a todos e demonstrou preocupação com o Plano Diretor. Informou que trabalha na indústria da construção civil e que os temas discutidos na audiência são de grande interesse para seu ramo de atividade. Questionou a constante menção ao verbo "incentivar" no Plano Diretor. Perguntou o que são esses incentivos, onde estão descritos e de que forma seriam feitos. Sugeriu a desburocratização dos processos e serviços prestados pela Prefeitura para que possam gerar riqueza, empregos e impostos para o município. Disse que não entendeu e solicita esclarecimento quanto a definição das áreas de interesse urbano e histórico mencionadas no Plano Diretor. Finalizou se haverá oportunidade de discussão antes da aprovação, ou se será aprovada sem considerações adicionais. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Agradeceu a participação do cidadão e do público e explicou que está a segunda de seis audiências públicas sobre o Plano Diretor. Esclareceu que o Plano Diretor começou a ser elaborado em 2018 com participação popular, foi retirado da tramitação em 2022 e retornou à Câmara no ano passado. E que as audiências visam a apresentação do Plano Diretor e não a sua elaboração. A metodologia adotada é apresentar o plano tópico por tópico, permitindo alterações e sugestões. Explicou que não estão fazendo uma leitura artigo a artigo do plano nem apresentando mapas temáticos durante as audiências. Todo o material está disponibilizado na página da Câmara para consulta pública antes das audiências. Justificou a divisão do plano em seis audiências para não misturar os assuntos e delimitar cada tópico de forma clara. Enfatizou que o Plano





ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

Diretor serve como uma direção para o município, com muitos verbos no infinitivo, como incentivar e definir. Citou que já foram criadas leis de desburocratização e facilitação de empreendimentos na cidade. Ressaltou que, ao contrário dos planos diretores da década de 2000, o atual plano deve focar mais nas pessoas e menos na territorialização, tendo um enfoque mais antropológico. Reafirmou a importância da participação pública, e a existência de um canal direto com a câmara e disponibilizou seu contato pessoal para dúvidas e envio de materiais. **Vereador Luiz Laudo Paz Landim, Presidente da Câmara Municipal de Cáceres:** Parabenizou Walter Saes pela presença. Afirmou que o Plano Diretor não é para engessar a cidade, mas sim para oferecer oportunidades de desenvolvimento, porém concorda sobre a necessidade de melhorias no Plano Diretor de Cáceres. Destacou a importância da participação dos vereadores e da sociedade na discussão e votação do Plano Diretor. Mencionou a expectativa positiva em relação à chegada da ZPE (Zona de Processamento de Exportação) e a importância do Plano Diretor para atrair empresários. Comentou sobre a necessidade de atualizar o Plano Diretor, que tem vigência de 10 anos, mas pode estar desatualizado. Parabenizou novamente o vereador Pastorello e pediu maior divulgação do plano no site da Câmara para que a população possa enviar suas opiniões e sugestões. Reforçou a necessidade de uma discussão detalhada para evitar problemas futuros, como a inadequação de zonas comerciais e residenciais e que o Plano Diretor, uma vez aprovado, deve ser seguido como lei, embora com certa flexibilidade. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Destacou que o Plano Diretor proposto não desterritorializou nem dezoneou nada, o que significa que não determinou prazos para o fechamento de indústrias fora da zona industrial, como aconteceu em outros municípios em que os planos diretores foram aprovados com medidas que forçavam estabelecimentos a fechar ou se adaptar as novas zonas. Mencionou a importância do novo Código de Obras e Posturas, que está em tramitação na Câmara, para garantia jurídica dos empreendedores. Destacou vantagens do Plano Diretor que entre proporcionará segurança jurídica para empreendedores saberem o que podem fazer. Comentou sobre uso de incentivo fiscais para estimular investimentos. Mencionou que há dois tipos de zonas de especial interesse ambiental: a Zona de Especial de Interesse Ambiental de Proteção Integral, a maioria fora da zona urbana como as Áreas de Preservação





**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

Permanente - APP e as Áreas de Preservação de Mananciais -APM. Mencionou o estudo da professora Solange Ikeda sobre a crise hídrica no Pantanal. Destacou a existência de rios permanentes e sazonais em Cáceres, como o rio Sangrador, que foi transformado em canal. Defendeu a recuperação de rios urbanos, desencaixotando-os para melhorar a biodiversidade e o bem-estar das pessoas. Encorajou a participação pública e ressaltou a importância de esgotar os temas previstos para a audiência. **Marcio Camilo, jornalista da Câmara Municipal:** Mencionou que, no evento "Tribunais em Ação", foi dito que 70% do esgoto do município é despejado no Rio Paraguai e perguntou se o Plano Diretor prevê o tratamento de esgoto. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Pastorello esclareceu que o Plano Diretor não prevê o tratamento de esgoto, pois essa matéria está contemplada no Plano Municipal de Saneamento Básico. Este plano foi aprovado após discussões na Câmara Municipal. Para ilustrar a realidade atual, perguntou aos presentes quem ainda despeja esgoto diretamente no rio ou em canais. **Vereador Luiz Laudo Paz Landim, Presidente da Câmara Municipal de Cáceres:** Complementou que quem não contamina o rio Paraguai, acaba contaminando o solo pela ausência de fossa séptica. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Ele explicou que, ao contrário do que se poderia pensar, Cáceres não possui uma política ou estrutura para despejar esgoto no Rio Paraguai. Cáceres não possui ampla rede de drenagem, esse mecanismo existe somente em alguns bairros da região central, e apenas essas casas deveriam ter uma fossa séptica para tratamento adequado e jogar efluente limpo na rede de drenagem, e alguns jogam esgoto in natura. Explica que esse número ainda é pouco comparado ao tamanho da cidade, pois há fossas rústicas são inadequadas, pois contaminam o solo e, eventualmente, os poços de água. Destacou a bacia de evapotranspiração como uma alternativa ecológica para o tratamento do esgoto sem poluir a rede de drenagem. O vereador contestou a ideia de que 70% da população joga esgoto no Rio Paraguai, enfatizando que a situação seria muito pior se isso fosse verdade. Ele reconheceu a existência de ligações clandestinas e impróprias de esgoto em Natura que acabam no rio, mas afirmou que não se trata da maioria. Ressaltou que o Plano Municipal de Saneamento Básico é um documento essencial, que abrange não só o esgotamento sanitário, mas também o tratamento de água, a drenagem e a gestão de resíduos sólidos. **Cidadã não identificada:** A cidadã expressou sua





ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

preocupação sobre o tratamento de esgoto no Residencial Aeroporto. Ela relatou o forte cheiro e o chorume presente na Avenida Tancredo Neves, que afetam os moradores da proximidade. Questionou como é realizado o tratamento de esgoto naquela área, pois considera o odor muito intenso. A cidadã solicitou esclarecimentos sobre o processo de tratamento realizado no local. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Em resposta explicou que, ao entregar o Residencial Aeroporto, não foi feita nenhuma previsão de expansão do sistema de esgoto. Com o tempo, novas construções, incluindo supermercados, açougues e lava-jatos, foram conectadas ao mesmo sistema, causando sobrecarga. Pastorello mencionou que a estação de tratamento de esgoto do Residencial Aeroporto foi projetada para atender 300 imóveis, mas atualmente atende entre 500 e 600 imóveis, tornando o sistema ineficiente. Ele destacou que os empreendimentos são responsáveis pelo tratamento do seu próprio esgoto e que, ao construir novas residências próximas a estações existentes, deveria haver previsões adequadas para o tratamento do esgoto. Atualmente, o sistema está sobrecarregado e ineficiente devido à falta de planejamento e expansão. Reiterou que a participação no processo de discussão do Plano Diretor não deve se limitar à audiência pública. Ele enfatizou que há a possibilidade de participação através do site da Câmara Municipal e pessoalmente. Pastorello se colocou à disposição para conversar com alunos, grupos de empreendedores e outros interessados sobre questões específicas do Plano Diretor, mencionando a participação ativa de José Pereira desde a elaboração do plano. Destacou a importância de exaurir as discussões até o dia 1º de julho, ressaltando que o Plano Diretor de Desenvolvimento, discutido desde 2018, ainda não foi aprovado. Expressou seu desejo de evitar que, no futuro, alguém possa questionar os vereadores por não terem aprovado o plano por desconhecimento. Ele afirmou que todos estão cientes do plano, estão discutindo e apresentando, e têm a obrigação de garantir a segurança jurídica necessária para novos empreendimentos na cidade. **Vereadora Valdeníria:** Agradeceu a presença de todos e expressou sua satisfação com a audiência pública pela quantidade de participantes. Comparou com uma audiência da comissão de saúde, que teve baixa participação. Ela agradeceu a presença do Professor Cloves, dos alunos da Unemat, e de Júnior, destacando a importância da participação deles para Cáceres. Valdeníria pediu para que, nas próximas audiências, mais





ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

peçoas sejam convidadas, sugerindo a participação através do site da Câmara Municipal. Destacou a importância da escola Mendes e agradeceu a presença de José Pereira. Ela parabenizou o Vereador Cézare Pastorello pelo desafio de ser relator do plano, reconhecendo o trabalho árduo e a contribuição significativa dele para a casa de leis. Valdenéria mencionou que não pôde participar da primeira audiência devido a problemas de saúde na família, mas que pretende estar presente nas próximas discussões e na votação. A vereadora também agradeceu aos funcionários da Câmara pelo auxílio e destacou a importância do evento "Tribunais em Ação" para o município. Finalizou com agradecimentos gerais e um abraço a todos os presentes. **Vereador Luiz Laudo Paz Landim, presidente da câmara dos vereadores:** Iniciou sua fala destacando a presença de uma professora e seus alunos, incentivando a participação de todos os docentes e estudantes nas audiências. Ele enfatizou seu compromisso, desde que assumiu a presidência da Câmara, em aproximar a Casa da sociedade através de audiências públicas e parcerias com o Judiciário, Executivo e Ministério Público. Informou que a Câmara firmou um termo técnico com a Escola Legislativa do Senado para revisar a Lei Orgânica e o Regimento Interno do município. Convidou todos a participarem da primeira reunião no dia 17 na Escola Técnica, destacando a importância de conhecerem as leis municipais. Landim reforçou que o Plano Diretor é essencial para o desenvolvimento da cidade, esclarecendo que ele não visa aumentar impostos, mas sim promover o crescimento urbano. Incentivou os alunos a acessarem o site da Câmara para opinar e tirar dúvidas sobre o plano. O vereador também anunciou uma reunião na cadeia local para discutir a capacitação de reeducandos. Finalizou parabenizando o Vereador Cézare Pastorello pela relatoria do plano e reafirmando a importância do trabalho coletivo dos vereadores para beneficiar a sociedade. Agradeceu a todos pela participação e expressou seu comprometimento com a melhoria da cidade. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Destacou o cumprimento de seu papel e o trabalho contínuo na elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento. Anunciou o encerramento da sessão e fez um convite para a próxima audiência pública, que ocorrerá no dia 6 de junho e informou os temas que serão discutidos. Mencionou a existência de um código de mobilidade urbana, que precisa estar alinhado com os princípios estabelecidos no Plano Diretor. O vereador convidou todos os presentes a participarem da próxima audiência





**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

e incentivou a divulgação do evento para atrair mais participantes. Assim, declarou encerrada a Audiência Pública, da qual redijo esta ata.

Do que para constar registro que o vídeo completo referente à presente audiência se encontra acessível no site: [Audiência Pública - Discussão do Plano Diretor 23/05/2024](#)





**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI nº 79/2023- PLANO
DIRETOR PARTICIPATIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO MUNICIPIO DE
CÁCERES– DO DIA 06/06/2024 (quinta-feira)**

PRESENTES:

ISAÍAS BEZERRA- Vereador

MAZÉH- Vereadora

VALDENIRIA- Vereadora

OCORRÊNCIAS

No dia seis de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, às dezoito horas e trinta minutos, no plenário da Câmara Municipal de Cáceres, situada na rua Coronel José Dulce, s/n, Centro, Cáceres-MT, foi realizada a terceira Audiência Pública para discussão do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Cáceres (Projeto de Lei Complementar nº 79 de 12 de setembro de 2023), organizada e conduzida pelo relator Vereador Cézare Pastorello-PT. Aberta audiência o relator cumprimentou a todos os presentes e reconhecendo a participação dos vereadores, especialmente destacando a presença das vereadoras Mazéh e Valdeníria. Enfatizou a importância da audiência pública como um espaço para ouvir e registrar as contribuições da sociedade, que serão levadas ao conhecimento dos demais vereadores. O vereador explicou a metodologia de trabalho adotada nas audiências, esclarecendo que não estão revisando a minuta do Plano Diretor artigo por artigo, mas sim por blocos de artigos. Destacou que a minuta está disponível no site da Câmara Municipal, permitindo que todos os cidadãos interessados possam visualizar, formar opiniões e trazer dúvidas para discussão. Enfatizou a importância do Plano Diretor de Desenvolvimento, comparando-o a uma receita que será seguida pelos próximos dez anos. Ressaltou que a ideia do plano é ser uma diretriz estável e que não sofrerá alterações anuais, reafirmando a seriedade e a longevidade das decisões tomadas, comparando-o a uma receita que deve ser mantida sem alterações frequentes, uma vez estabelecido, deve ser seguido consistentemente para assegurar um desenvolvimento ordenado e sustentável da cidade. O tema da audiência foi o uso e parcelamento do solo, um tópico crucial que envolve o zoneamento do município. Ressaltou que esse assunto é frequentemente debatido em outras localidades onde os planos diretores já estão em vigor e são respeitados. A audiência incluiu a apresentação de slides para ilustrar os pontos discutidos. Informo que as apresentações estão disponíveis no site da Câmara Municipal e abordou o tema do parcelamento, uso e ocupação do solo, explicando as razões do zoneamento e a necessidade de ordenamento do município para garantir que diferentes atividades sejam realizadas em áreas adequadas, evitando conflitos. O vereador também tratou da política ambiental, mobilidade urbana e transporte, destacando que o plano diretor delega a questão da mobilidade a um Plano Municipal de Mobilidade Urbana já aprovado. Abordou ainda a infraestrutura de saneamento e iluminação pública, enfatizando a necessidade de atender tanto aos objetivos econômicos quanto sociais da cidade, tornando-a um lugar agradável para viver. Explicou que o plano diretor estabelece regras para o parcelamento do solo, determinando tamanhos específicos para os lotes e respeitando as





ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

diretrizes do desenvolvimento urbano e do Código de Obras. Destacou que, embora o tombamento do Centro Histórico imponha restrições, ele não impede a construção, desde que sejam seguidos os critérios estabelecidos. O vereador mencionou a regularização de terrenos e imóveis, destacando que esta medida permite a regularização de imóveis já existentes, assegurando sua conformidade com as novas diretrizes. Destacou a importância da criação de uma lei municipal específica sobre parcelamento, a ser elaborada no prazo de seis meses. Ele explicou que o Plano Diretor funciona como a espinha dorsal do desenvolvimento, enquanto as leis complementares, como o plano de mobilidade urbana e o código de obras, atuam como costelas desse desenvolvimento. Disse que o Plano Diretor não detalha condições específicas, como o tratamento de testadas de esquina. Isso deve ser feito por uma lei específica. Usou como exemplo o prazo de 6 meses para criação do Conselho Municipal de Trânsito previsto no Plano de Mobilidade Urbana, mas que não foi cumprido. Ressaltou a necessidade de criar o Conselho Municipal de Trânsito para discutir e atualizar a trafegabilidade e revisar o plano de mobilidade urbana, como a participação da sociedade, representada por associações de moradores e outros grupos, junto com o poder público, é essencial para decisões técnicas e adequadas. Destacou que é fundamental observar e cumprir os prazos estabelecidos no Plano Diretor, incluindo a criação da lei de parcelamento, uso e ocupação do solo. **Vereador Isaías Bezerra:** Cumprimentou os presentes, desculpou-se por sua ausência na audiência passada devido a compromissos na zona rural, apesar de ter chegado a tempo e esquecido de participar. Indagou se na audiência anterior foi discutida a possibilidade de tratar o tombamento de forma individual ao invés de tomar o entorno. Destacou que o tombamento do entorno abrange uma área muito extensa, o que não é ideal para o município. Sugeriu que o tombamento deveria ser aplicado apenas aos imóveis específicos, não ao entorno, para evitar a perda de tantos terrenos adjacentes. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Em resposta disse que foi sim discutido e apresentado a Instrução Normativa do IPHAN. **Vereadora Valdenéria:** Iniciou sua fala cumprimentando os presentes e agradecendo aos funcionários da casa pelo auxílio prestado. Levantou a questão sobre o tamanho mínimo de lote estabelecido em 300 metros quadrados. Perguntou se não seria mais apropriado considerar um tamanho mínimo de 260 metros quadrados. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Respondeu o questionamento das Vereadora Valdenéria elencando os motivos pelos quais os lotes possuem 300 metros: A primeira foi a necessidade de preservar as áreas não construídas com a finalidade de haver permeabilidade do solo, uma vez que a cidade está construída em cima de 27 lagoas aterradas e que quanto mais se constrói maior a impermeabilização do solo aumentando a carga sobre o rede de drenagem da cidade que é insuficiente ou inexistente. **Vereadora Valdenéria:** Mencionou o artigo 48, que estabelece o tamanho mínimo de lote em 300 metros quadrados. Indagou se a prefeitura não criará dificuldades para os proprietários de lotes menores na hora de regularizar suas situações. **Vereador Cézare Pastorello:** O vereador mencionou que já foram feitas regularizações de áreas construídas menores que o tamanho do lote. Destacou a importância de que a área construída seja menor que o lote total, atendendo às necessidades de espaço não construído. Justificou que, em loteamentos fechados, os espaços e equipamentos comuns (como piscina e churrasqueira) ficam fora dos lotes individuais, sendo compartilhados. Ressaltou a necessidade de uma lei de uso e parcelamento para regulamentar essas situações.





ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

Exemplificou que a legislação específica será responsável por detalhar as regras para loteamentos fechados e outras particularidades. **Vereadora Mazéh:** Iniciou sua fala cumprimentando os presentes, incluindo os vereadores Isaías, Cézare, Valdeníria, suas assessoras, servidores da casa e assessores do vereador Cézare. Mazeh mencionou que não conseguiu participar das duas primeiras audiências, mas que assistiu às gravações e considerou as discussões muito proveitosas. Ela destacou a importância das audiências públicas para o avanço da sociedade, pois permitem ouvir a população, especialmente aqueles que enfrentam mais dificuldades. Em relação ao uso e ocupação do solo, Mazeh expressou preocupação não apenas com a metragem dos terrenos, mas também trouxe à memória uma discussão passada na Câmara sobre trabalhadores que utilizam a área central da cidade. Ela lembrou que houve uma longa discussão sobre a regulamentação do uso do solo, mencionando que na época os trabalhadores pagavam o mesmo valor que estabelecimentos maiores, como restaurantes. A vereadora questionou se a discussão atual sobre o parcelamento para uso do solo incluirá a regulamentação dessas questões, visando solucionar as desigualdades anteriormente mencionadas. **Vereador Cézare Pastorello:** iniciou sua fala esclarecendo que a questão do uso dos equipamentos públicos, como calçadas e praças, é tratada na legislação do Código de Obras e Postura do município. Ele destacou que atualmente o Código de Obras e Postura ainda está em vigor e, portanto, essas questões não estão previstas no Plano Diretor de forma específica. Explicou que o Plano Diretor abordará a necessidade de termos espaços para equipamentos públicos, como praças, mas não tratará especificamente do uso desses espaços. Ele mencionou que o calçamento será discutido na parte referente ao trânsito, mas novamente ressaltou que o Plano Diretor não especificará como os espaços públicos devem ser ocupados. **Vereadora Mazéh:** Abordou a questão da percepção pública sobre as áreas centrais das cidades centenárias e bicentenárias, incluindo Cáceres. Ela mencionou a crença comum de que não é possível fazer alterações no centro da cidade, o que gera uma certa resistência. Mazeh relatou que já foram realizadas reuniões com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e com o juiz, onde foi discutida a possibilidade de mudanças no centro da cidade. Ela destacou que muitas pessoas não têm conhecimento dessas possibilidades, o que pode criar animosidade em relação a esse tema. A vereadora enfatizou a importância da participação da população nas discussões sobre o Plano Diretor para que haja uma melhor compreensão e menos resistência em relação às mudanças necessárias. Mazéh concluiu sua fala agradecendo ao vereador Cézare. **Vereador Cézare Pastorello:** Concordou com a Vereadora Mazéh e citou como exemplo bem-sucedido do imóvel que o proprietário desejava demolir, mas após intervenção das autoridades, o proprietário adaptou o imóvel, mantendo a fachada original. Hoje, o prédio é a sede do banco Sicredi, em frente à praça, e é um ponto de referência para visitantes que tiram fotos em frente a ele. Pastorello enfatizou que o prédio do banco mantém a fachada histórica, preservando o conjunto urbanístico tombado, enquanto possui todas as instalações modernas necessárias para a operação de um bancos. Ele reconheceu a possibilidade de fazer intervenções em imóveis tombados, mas destacou a animosidade existente entre a população em relação a essas mudanças. Essa animosidade leva muitos a falar de destombamento, apesar de, desde a criação do Decreto-Lei 25 em 1937, isso nunca ter ocorrido. **Marineide, fiscal de obras e posturas e arquiteta:** abordou a questão levantada pela vereadora Mazeh





ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

sobre o uso e ocupação do solo pelos comerciantes. Ela explicou que, ao entrar na fiscalização, estranhou o uso do termo "uso e ocupação do solo" para descrever as atividades dos comerciantes, já que esse termo é destinado a um assunto específico. Um decreto foi aprovado para regulamentar essas atividades, mudando o nome para "ocupação de espaço público" a fim de evitar confusões. **Vereador Cézare Pastorello:** Abordou a necessidade de revisar e corrigir antigas legislações, como o Código Tributário, que ainda usa o termo "uso e ocupação do solo" inadequadamente para taxas comerciais. Destacou a importância de diferenciar entre "uso de espaço público" e "uso e ocupação do solo" para evitar confusões. Pastorello explicou a classificação de áreas no Plano Diretor, baseada nas características das vias e tipos de empreendimentos permitidos, considerando requisitos de instalação, incômodo, tráfego e impacto ambiental. Enfatizou a importância de considerar a pressão sonora nas áreas residenciais e comerciais, mencionando valores da NBR 10.151, que estabelece limites de decibéis. O vereador mencionou a necessidade de estudos de impacto de vizinhança para determinados estabelecimentos, como funerárias, apesar de terem zero incomodidade. Enfatizou a importância de planejar a cidade para que funcione de maneira eficiente e agradável para os moradores. **Vereadora Mazéh:** Abordou mudanças recentes na operação do comércio como lanchonetes, barbearias e loja de artigos de vestuários, destacando como esses estabelecimentos adaptaram suas práticas para atrair cliente, como a prática comum de colocarem grandes caixas de som na calçada para chamar a atenção durante o dia e até à noite. Mazéh questionou se essas práticas também serão regulamentadas e medidas dentro do Plano Diretor, levando em consideração o impacto na vizinhança e a necessidade de equilibrar interesses comerciais com o bem-estar da comunidade local. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** O vereador Cezare Pastorello iniciou sua intervenção abordando a questão das caixas de som utilizadas diariamente por locutores de farmácia no bairro Casemiro. Ele enfatizou a necessidade de regulamentação dessas atividades devido ao impacto contínuo na comunidade, ressaltando a importância dos limites de som estabelecidos pelo Plano Diretor para mitigar tais problemas. Pastorello destacou a complexidade da distribuição das instalações comerciais conforme as vias e zonas definidas, seguindo diretrizes do Estatuto das Cidades e considerando modelos internacionais como o dos Estados Unidos, onde certas áreas residenciais são exclusivamente residenciais, sem comércio. Ele explicou a importância do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) para avaliar os efeitos de empreendimentos como a FAPAN, que apesar de gerar empregos e prestígio educacional para Cáceres, impactou negativamente o trânsito e estacionamento na área. Pastorello defendeu que o EIV seja obrigatório para empreendimentos de grande fluxo de pessoas, assegurando que novas instalações sejam planejadas de forma a minimizar impactos negativos na vizinhança. O vereador Cezare iniciou sua intervenção ressaltando a importância do Plano Diretor como guia para legislações futuras, mencionando especificamente os parâmetros reguladores como coeficiente de aproveitamento e taxa de permeabilidade. Ele destacou que o coeficiente de aproveitamento evita loteamentos pequenos que não permitem o uso eficiente do terreno, impactando o planejamento urbano. Cézare também abordou a taxa de permeabilidade, enfatizando sua relevância global, especialmente desde a Eco-92, alertando sobre as consequências das mudanças climáticas como inundações e secas. Ele comparou a preservação de áreas naturais em Curitiba, onde o Plano Diretor protegeu





ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

lagoas e criou parques, com a situação em Cáceres, onde áreas foram urbanizadas sobre lagoas, contribuindo para problemas como alagamentos na Cohab Velha. Além disso, o vereador mencionou o Código de Obras e Posturas, atualmente em discussão na Câmara, enfatizando sua extensão com 532 artigos e a necessidade de atualização para refletir os desafios urbanos contemporâneos. Ressaltou a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável a partir de 2018, com a colaboração da FAESP/Unemat. Ele mencionou que, dentre os produtos planejados, o Plano Diretor foi o último a ser aprovado, apesar de ser o primeiro planejado. Cezare destacou os objetivos relacionados à mobilidade e transporte urbano, delineados nos artigos 66 e 69 do Plano Diretor, que também estão detalhados na Lei Complementar 147, o Plano de Mobilidade Urbana de Cáceres. O vereador trouxe à tona a questão da acessibilidade, mencionando que Cáceres possui mais de 3 mil cadeirantes, muitos dos quais enfrentam dificuldades de locomoção devido à falta de infraestrutura adequada. Ele enfatizou que a falta de acessibilidade urbana limita severamente a liberdade de movimento dessas pessoas, comprometendo sua qualidade de vida. Além disso, Cézare abordou a ausência de transporte público coletivo em Cáceres, conforme previsto na Lei Complementar 147, o que afeta diretamente os direitos dos trabalhadores ao vale-transporte. Ele argumentou que essa lacuna leva muitos trabalhadores a recorrerem a meios de transporte informais e muitas vezes perigosos, como motocicletas irregulares, para conseguirem se deslocar para o trabalho. O vereador comparou a situação de Cáceres com cidades como Curitiba, que investiram em diversos modais de transporte coletivo, resultando em menos veículos nas ruas, menor congestionamento e melhor qualidade de vida para os cidadãos. **Vereadora Mazéh:** A vereadora Mazéh iniciou sua intervenção abordando o impacto severo da ausência de transporte coletivo nas áreas periféricas da cidade, onde a população vive concentrada em grandes conglomerados, como as cohabs. Ela destacou que muitos desses moradores são afetados diretamente pela falta de acesso a transporte acessível, citando o alto custo de serviços como Uber e táxi, o que dificulta ainda mais a mobilidade dessas comunidades. Mazéh ressaltou também a transformação social causada pelo programa Minha Casa Minha Vida, que deslocou famílias de seus locais tradicionais de moradia para novas áreas da cidade. Essa mudança, segundo a vereadora, criou novos desafios de mobilidade para mães e famílias monoparentais, que enfrentam dificuldades financeiras para pagar pelo transporte. A falta de transporte adequado não apenas afeta o direito básico de ir e vir, mas também tem um impacto direto na educação das crianças. Mazéh enfatizou que muitas crianças estão perdendo aulas devido à dificuldade de acesso às escolas, o que pode levar à evasão escolar no futuro. Ela mencionou que durante audiências públicas em escolas, pais expressaram desespero com essa situação, considerando-a uma questão urgente que precisa ser abordada pela prefeitura. A vereadora destacou ainda a vulnerabilidade adicional imposta às comunidades devido à operação informal de mototáxis e táxis sem documentação adequada. Ela reconheceu os esforços desses trabalhadores para atender às demandas da população, mesmo enfrentando desafios significativos. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** O vereador Cezare abordou a questão crucial da falta de transporte público coletivo como uma das principais causas para o abandono e venda de casas em Cáceres. Ele destacou que muitas famílias, especialmente aquelas relocadas através de programas habitacionais como o Minha Casa Minha Vida,





ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

enfrentam enormes dificuldades de mobilidade e acessibilidade. Cezare mencionou que o sorteio de residências frequentemente beneficia pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, incluindo mães solo com filhos. No entanto, ao realocar essas famílias para áreas como Residencial Universitário ou Valter Fidelis, onde não há infraestrutura adequada de transporte e serviços, cria-se um ciclo de desafios. Muitas vezes, essas mães têm dificuldade para ir ao trabalho, não têm como deixar seus filhos na escola e enfrentam condições precárias nas novas moradias, muitas vezes vandalizadas ou impróprias para habitação. O vereador ressaltou que a falta de transporte público não apenas viola direitos humanos básicos, mas também representa uma inconstitucionalidade, pois o poder público não está garantindo condições mínimas de sobrevivência e permanência para essas famílias. Ele criticou o redimensionamento escolar que concentra unidades educacionais sem considerar a dispersão geográfica das famílias, tornando o acesso à educação ainda mais difícil. Em uma reunião no Residencial Universitário, Cézare mencionou que mães pediram desesperadamente por ônibus escolares para transportar seus filhos, dado o desafio de escolas dispersas em diferentes bairros de Cáceres. Ele enfatizou a magnitude do problema ao mencionar que seriam necessários 15 ônibus escolares para atender adequadamente as crianças daquela área, o que não foi providenciado devido a limitações técnicas e financeiras. **Vereador Valdeníria:** Iniciou sua intervenção destacando uma mudança significativa na mobilidade em Cáceres ao longo dos anos. Ela relembrou sua época na Transjaó, quando os ônibus circulavam cheios, mas ao longo do tempo, devido à diminuição de passageiros, a empresa enfrentou dificuldades financeiras. Ela observou uma transição na cidade, que antes era conhecida como "cidade das bicicletas", onde ela própria utilizava esse meio de transporte para ir ao trabalho. No entanto, hoje essa realidade mudou drasticamente, com um aumento no uso de motocicletas e bicicletas elétricas, o que ela percebe como um fenômeno perigoso devido ao comportamento imprudente de alguns jovens no trânsito. Valdeníria também levantou a questão do clima quente em Cáceres, que dificulta o uso de bicicletas como era comum no passado. Ela expressou preocupação com a falta de infraestrutura para incentivar o transporte coletivo, sugerindo que a instalação de uma empresa de ônibus na cidade seria inviável devido à baixa demanda e à capacidade financeira limitada dos moradores. Ela enfatizou a importância de políticas públicas que considerem a necessidade de creches e escolas nas áreas periféricas, proporcionando acesso educacional adequado para as crianças. Valdeníria concluiu que, atualmente, Cáceres não pode mais ser considerada a "cidade das bicicletas", refletindo as transformações na mobilidade urbana e os desafios enfrentados pelos cidadãos devido às condições climáticas e econômicas. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** O vereador Cezare abriu sua intervenção destacando a importância do Plano de Mobilidade Urbana de Cáceres, a Lei Complementar 147, que prevê a criação de 83 quilômetros de ciclovias e ciclofaixas para promover o transporte de bicicletas na cidade. Ele ressaltou que as empresas de transporte público devem garantir serviços como venda de vale-transporte e gratuidade para idosos, pessoas com deficiência e estudantes, responsabilizando a prefeitura e o estado pelos custos dessas gratuidades. Cézare trouxe o exemplo de Rondonópolis para ilustrar a gestão eficaz do transporte público. Ele mencionou que a cidade adotou uma autarquia de transporte, substituindo uma empresa privada que não conseguia operar de forma sustentável. Com essa mudança, Rondonópolis investiu na compra de novos ônibus com





ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

melhorias como ar-condicionado, tomadas USB e internet, visando aumentar o conforto e a atratividade do transporte coletivo. Ele enfatizou que uma autarquia de transporte público em Cáceres seria essencial para superar os desafios iniciais de implantação e criar um serviço eficiente e rentável ao longo do tempo. Cezare também mencionou a necessidade urgente de uma política de drenagem e prevenção de enchentes em Cáceres, considerando os impactos das mudanças climáticas que podem intensificar períodos de seca e chuvas intensas. Além disso, ele discutiu os avanços na iluminação pública da cidade, destacando a transição para luminárias de LED em muitas áreas, mas reconhecendo a falta de infraestrutura em novas zonas de expansão urbana, como o bairro Garcês, onde a iluminação pública ainda não está disponível devido à falta de redes de baixa tensão. O vereador Cezare iniciou sua intervenção abordando a Contribuição de Iluminação Pública (CIP), destacando que todos os moradores da cidade, incluindo ele próprio, pagam essa taxa à Energiza. Ele enfatizou que o valor arrecadado pela CIP é significativo e estritamente destinado ao custeio da iluminação pública, conforme determinado pela legislação. Cezare explicou que a Energiza repassa esses recursos para o município, os quais são utilizados exclusivamente para investimentos em iluminação pública, como a substituição de lâmpadas convencionais por LED. Ele mencionou que essa transição para iluminação mais eficiente não apenas melhora a qualidade da iluminação nas ruas, mas também contribui para a redução do consumo de energia elétrica. O vereador ressaltou que o uso dos recursos da CIP está condicionado às diretrizes específicas para iluminação pública, não podendo ser direcionado para outras finalidades, mesmo que sejam relacionadas à infraestrutura energética em geral. **Vereador Rubens Macedo:** Entrevistado dizendo que prefeitura prefeitura ainda tem outro gasto, que é os braços de luminária. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Destacou que a contribuição de iluminação pública (CIP) é paga por todos os moradores da cidade, e mencionou que existe uma resolução da ANEL que impede a compensação dessa energia com energia solar. Atualmente, há mais de um milhão de reais em créditos de energia solar que não podem ser utilizados para a iluminação pública. Cezare explicou que, embora seja possível instalar iluminação pública na zona rural, os recursos da CIP, arrecadados na zona urbana, só podem ser usados na zona urbana. Ele ilustrou essa restrição mencionando a Nova Cáceres (Sadia), que, até 2018, não era considerada distrito e, portanto, não podia receber iluminação pública financiada com recursos da CIP. Para resolver esse problema, foi apresentada uma proposta de inclusão do distrito de Nova Cáceres na lei orgânica do município, permitindo que essa área fosse considerada zona urbana fora da sede e, assim, pudesse ser beneficiada com a iluminação pública financiada pela CIP. **Vereadora Mazeh:** A vereadora Mazeh levantou uma dúvida sobre a iluminação pública, especificamente se além dos recursos da CIP, há também contribuições do governo estadual. Ela mencionou o projeto "Iluminar Mato Grosso", que prevê a troca de lâmpadas em todo o estado, com um prazo estabelecido para essa substituição. Mazeh apontou que um dos problemas enfrentados está relacionado aos "braços" de luz, componentes essenciais para a instalação das luminárias. Segundo as explicações que recebeu, a falta desses braços tem sido um obstáculo significativo, resultando em muitas demandas da população para a iluminação de áreas específicas. **Vereador Rubens Macedo:** O vereador Rubens Macedo esclareceu que, de acordo com a norma da Energiza, para cada três residências, a empresa é responsável por instalar um poste. No entanto, em situações onde





ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

essa proporção não é atendida, a responsabilidade recai sobre o município, que deve arcar com os custos. Ele destacou que, quando é necessário baixar a rede, essa despesa é cobrada do município, o que explica algumas dificuldades encontradas na expansão da iluminação pública. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Explicou que a troca de luminárias de sódio por LED não é uma simples substituição de lâmpadas, mas requer a instalação de novos braços, sensores de luminosidade e outros equipamentos. Ele mencionou dois programas vigentes no Brasil: o "Ilumina Mato Grosso", que fornece lâmpadas para municípios com capacidade de instalação, e um programa de eficiência energética administrado pela Energisa, que é uma concessionária com obrigações específicas. Cezare destacou que a Energisa deve investir em eficiência energética, o que inclui programas de troca de lâmpadas e geladeiras, e essas ações reduzem o custo de energia para os municípios. Ele enfatizou a importância da iluminação pública para a segurança, observando que mais iluminação contribui para a redução da criminalidade. Cezare reforçou a necessidade de avançar na instalação de iluminação nos bairros que ainda não possuem posteamento adequado, independentemente da situação atual da infraestrutura. **Vereadora Valdeniria:** A vereadora iniciou agradecendo a presença de todos os participantes, incluindo os funcionários da Câmara e os colegas vereadores. Ela destacou a importância de respeitar os horários dos servidores, que têm suas obrigações e programam suas atividades conforme o término das audiências. Ela parabenizou os envolvidos nas audiências. A vereadora lembrou que ainda faltam três audiências para finalizar a discussão do plano, após as quais será realizada a votação. Enfatizou a importância de não pedir vista, pois isso atrasa o processo. Ela sugeriu que, ao invés de votar a favor dos pedidos de vista, os vereadores devem votar contra para evitar atrasos no andamento dos trabalhos. **Vereadora Mazéh:** A vereadora Mazeh destacou a urgência da questão da universalização do saneamento básico, especialmente após as inundações nos bairros. Ela mencionou a paralisação de obras na Cavalhada devido à presença de fossas instaladas nas ruas. Mazeh, moradora da beira do Sangradouro, recordou que desde a época do Antônio Fontes, diferentes gestores da Secretaria de Infraestrutura têm discutido com a comunidade a instalação de fossas e sua relação com a saúde pública. Ela enfatizou que essa é uma preocupação constante, especialmente em áreas como o Novo Junco, onde a comunidade sofre com problemas de saneamento e acesso à água tratada. A vereadora relatou que muitos moradores usam poços devido à falta de instalação de água tratada e que a equipe dela irá solicitar a coleta e análise da água dos poços. Ela sugeriu a realização de uma audiência pública para discutir essas questões, ressaltando a disparidade entre as áreas centrais e periféricas da cidade em termos de infraestrutura básica. Mazeh concluiu agradecendo a todos e afirmando que essas discussões são fundamentais para a construção de uma cidade melhor. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** O vereador Cézare destacou a importância da universalização do saneamento básico, que engloba quatro serviços essenciais: acesso à água tratada, esgoto, gerenciamento de resíduos e drenagem. Ele enfatizou que o acesso à água tratada é o mais importante dentre esses serviços. Cézare mencionou que o tratamento de esgoto pode ser realizado de forma adequada e individual, como através de fossas sépticas com manutenção. Ele ressaltou a importância da drenagem, frequentemente ignorada, e explicou que sem drenagem adequada, ocorrem inundações e contaminação com dejetos, conforme relatado por moradores. O vereador esclareceu que a universalização do saneamento básico não se





ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

limita à infraestrutura disponível, mas também à acessibilidade econômica, permitindo que todos possam pagar por esses serviços. Ele criticou a tentativa de financiamento de uma rede de esgoto com 29 estações elevatórias, que teria aumentado significativamente as tarifas de água, tornando-as inacessíveis para muitos moradores e resultando em um retrocesso no uso de água tratada. Cézare propôs a adoção de medidas individuais de tratamento de esgoto, como as bacias de evapotranspiração (BETs), que são ecologicamente corretas e funcionam de maneira eficiente sem descarregar efluentes na rede de drenagem. Ele afirmou que tais soluções são detalhadas no plano municipal de saneamento e devem ser discutidas e implementadas. **José Pereira, cidadão:** José Pereira abordou questões críticas relacionadas ao saneamento básico e urbanização no bairro Cavalhada. Ele relatou problemas enfrentados pelos moradores devido à falta de comunicação da prefeitura sobre obras de asfaltamento, que exigiram a construção de fossas sépticas dentro de um prazo de 15 dias, o que tem gerado dificuldades para muitos residentes, especialmente aposentados de baixa renda, que não podem arcar com os custos de aproximadamente R\$ 2.000 para construir uma nova fossa. José mencionou casos específicos, como o de um morador que enfrentou problemas ao cavar uma fossa devido ao lençol freático alto. Ele destacou a necessidade de apoio da prefeitura na construção das fossas, em vez de simplesmente notificar e multar os moradores. Ele também levantou preocupações sobre inundações causadas por construções irregulares em áreas de drenagem, mencionando especificamente a região próxima ao Campo do Areal e a Igreja de São Gonçalo, onde aterros ilegais e construções sobre canais têm agravado os problemas de alagamento. José questionou a fiscalização do poder público, criticando a omissão das autoridades em relação às construções irregulares e ao cumprimento das leis. Ele citou a responsabilidade da autarquia municipal Água do Pantanal, que continua fornecendo água a construções irregulares, contribuindo para a perpetuação do problema. Além disso, ele mencionou a construção de fossas sépticas em calçadas de áreas nobres, que não foram devidamente fiscalizadas pela prefeitura. José concluiu sua fala pedindo uma análise mais rigorosa dessas questões e uma maior fiscalização por parte do poder público. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** O vereador Cézare abordou a importância do saneamento básico, especialmente no que se refere à instalação de fossas sépticas. Ele explicou que, ao cavar uma fossa rústica, é comum encontrar problemas com o lençol freático, o que torna o método inadequado. Ressaltou que a fossa rústica, que apenas permite a absorção do dejetos pelo solo, não é mais permitida. Em vez disso, deve-se utilizar fossas sépticas impermeabilizadas, que podem ser compradas prontas e vêm com três tanques para tratamento efetivo do efluente. Cézare sugeriu que, para famílias de baixa renda que não podem arcar com os custos de uma fossa séptica, a autarquia municipal deveria assumir essa responsabilidade. Comparou essa medida ao fornecimento de cavaletes de água para famílias de baixa renda, afirmando que é mais econômico para a autarquia realizar uma licitação para adquirir fossas sépticas em massa, do que exigir que cada indivíduo faça a sua. Ele enfatizou que substituir uma fossa rústica por outra similar dentro do terreno não resolverá os problemas de contaminação do solo. Destacou a necessidade de tratar das ocupações irregulares e zonas de risco, conforme previsto no Plano Diretor, o que inclui regularizar essas áreas e remover ocupações em zonas de risco. Cézare propôs que tanto a Energiza quanto a autarquia municipal deveriam evitar fazer ligações de serviços em construções sem o Habite-se, ou seja, em edificações não





ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

regularizadas segundo o Plano Diretor. Essa medida ajudaria a prevenir construções irregulares sobre córregos e canais, desestimulando ocupações ilegais e promovendo um planejamento urbano mais sustentável. **Vereador Rubens Macedo:** O vereador Rubens Macedo complementou a discussão sobre a fiscalização pela prefeitura, afirmando que a prefeitura realmente fiscaliza. Ele explicou que tanto a Água do Pantanal quanto a Energisa só realizam ligações de serviços se o solicitante apresentar documentos adequados, como a testada de arramento exigida pela Energisa. No entanto, alguns moradores fabricam documentos, como declarações de compra e venda, para obter os serviços. Rubens mencionou que a exigência de fossas sépticas foi feita especificamente nas ruas dos Servidores Públicos, dos Ferreiros e dos Carpinteiros, onde havia uma grande concentração de fossas rústicas nas calçadas. Antes de notificarem os moradores, ele visitou o local e discutiu com eles o modelo de fossas sépticas necessárias. Apesar das críticas de alguns moradores, a prefeitura notificou os residentes dessas ruas sobre a necessidade de instalar fossas sépticas antes da pavimentação asfáltica. Ele ressaltou que a construção da rede de esgoto é um projeto distinto e muito mais caro, estimando o custo em cerca de 500 milhões de reais. Rubens destacou que as obras de pavimentação, galeria, meio-fio e calçada não podem ser atrasadas por causa da ausência de rede de esgoto. Ele esclareceu que, se algum morador não conseguir instalar a fossa séptica dentro do prazo, é possível deixar a ligação preparada para evitar a necessidade de quebrar o asfalto posteriormente. **José Pereira, cidadão:** Questionou a situação da ligação das fossas na Cavalhada. Ele perguntou ao vereador para onde seriam feitas as ligações, uma vez que não há rede de esgoto disponível. José destacou que as ligações estão sendo feitas diretamente nas fossas. **Rubens Macedo, vereador:** Explicou que, onde há galeria, as ligações devem ser deixadas prontas na galeria. Ele mencionou que as caixas já fazem o tratamento da água, que chega ali com mais de 90% de tratamento. Quando a água tratada cai na galeria, não há necessidade de rede de curva. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Afirmou que a fosse precisa ser 100% tratada e que o efluente dela é ir para galeria. **José Pereira, cidadão:** Questionou como uma pessoa que não tem condições de fazer a fossa iria fazer o tratamento de água. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Enfatizou que, se as pessoas não têm condições de arcar com os custos das fossas sépticas, o poder público deve intervir para garantir a continuidade das obras. Cézare destacou que a paralisação de uma obra de grande magnitude devido à incapacidade financeira dos moradores não é viável. **Vereador Rubens Macedo:** Informa que a lei que proíbe fossa séptica na calçada não é recente. **José Pereira, cidadão:** Levantou um ponto crítico sobre a situação na região da Cavalhada, onde muitos moradores residem há 30 ou 40 anos. Ele destacou especificamente a Rua dos Desenhistas, mencionando o caso de uma aposentada que não tem condições financeiras para construir uma fossa séptica. José relatou que a prefeitura rebentou a fossa antiga da senhora, resultando em sujeira e contaminação na rua. Ele enfatizou que este não é um caso isolado, mas sim uma realidade para muitos moradores da Cavalhada, que não têm condições de arcar com os custos das fossas sépticas. José também questionou a responsabilidade do poder público em situações onde não há rede de esgoto, sugerindo que a prefeitura deve realizar a limpeza das fossas, conforme prevê a lei. Ele sugeriu que o Poder Público precisa revisar e talvez implementar medidas de apoio para esses moradores, assegurando que as obras de pavimentação e saneamento não prejudiquem





ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

ainda mais as famílias de baixa renda. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** O vereador Cézare destacou que, embora não exista uma lei específica que obrigue a autarquia a realizar a limpeza de fossas sépticas, é de entendimento comum que, na ausência de rede de esgoto em todas as unidades, a responsabilidade do saneamento básico recai sobre a autarquia. Ele argumentou que a fossa séptica é uma modalidade de tratamento de influente e que a autarquia deveria ser responsável também pela limpeza dessas fossas, ainda que não de forma gratuita. Cézare enfatizou que todos os serviços prestados pela autarquia, incluindo água e gestão de resíduos, são cobrados com tarifas reguladas pela agência competente. **Vereador Rubens Macedo:** O vereador Rubens Macedo ressaltou a importância de manter a transparência e a comunicação com a população durante o processo de elaboração e discussão do plano diretor. Ele sugeriu que, após cada audiência, seja redigida e publicada uma ata, e que sejam dadas entrevistas para esclarecer à população que o Poder Legislativo está oferecendo todas as oportunidades de participação. Rubens destacou a importância de realizar múltiplas audiências para garantir que todos os setores da sociedade, incluindo o setor imobiliário, tenham a chance de participar e discutir questões tão relevantes. Ele enfatizou que, ao realizar diversas audiências, o Legislativo demonstra seu compromisso em abrir a discussão para a população e assegurar que ninguém possa alegar falta de oportunidade para se manifestar. Rubens finalizou sua fala afirmando que é essencial deixar claro que o poder público está promovendo uma ampla discussão e cumprindo seu papel de incluir a comunidade no processo de planejamento urbano. **Vereador Isaías Bezerra:** Iniciou sua fala destacando a importância de seguir os trâmites legislativos, mesmo quando há discordâncias. Ele expressou sua preocupação com a demora na votação de projetos importantes devido aos pedidos de vista que ocorrem após longos períodos de discussão em audiências públicas. Isaías enfatizou a necessidade de observar e agir sobre as áreas críticas citadas, especialmente os bairros Espírito Santo, Areal, Jardim Planalto e Joaquim Murinho, que possuem diversos canais. Ele relatou as dificuldades enfrentadas durante as enchentes, mencionando especificamente a enchente de 18 de março de 2021, onde foi constatada uma grande quantidade de lixo nos canais, o que entupiu os bueiros e agravou a situação. O vereador compartilhou um incidente em que, após as enchentes, foi informado sobre uma pessoa jogando terra dentro de um canal na Rua Bocaiuva, em frente ao Detran. Ele tomou providências, solicitando a intervenção da prefeitura para remover o entulho com maquinário apropriado. Isaías chamou atenção para a construção em cima dos canais, onde são colocadas manilhas de tamanho insuficiente para comportar o fluxo de água durante as enchentes. Ele ressaltou a necessidade de planejar adequadamente o manejo desses canais no plano diretor, questionando se continuarão permitindo construções sobre os canais com infraestrutura inadequada. Concluiu destacando a urgência de organizar e regulamentar essas áreas para evitar futuros prejuízos causados pelas enchentes. **Vereador Rubens Macedo:** Abordou um problema crítico relacionado à limpeza e manutenção de canais no bairro Santa Cruz. Ele relatou que, em algumas áreas, a máquina enviada para limpar os canais não conseguiu realizar o trabalho devido à construção de imóveis na beira dos canais. O vereador observou que, ao longo do tempo, o canal foi se alargando e, atualmente, há um muro encostado nele, o que impossibilita a limpeza. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** O vereador Cézare Pastorello encerrou a audiência pública registrando as manifestações e delimitando os tópicos





ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

discutidos conforme previsto. Ele destacou a questão das habitações localizadas nas margens dos canais, mencionando que isso foi abordado no contexto das zonas de especial interesse social. Cézare enfatizou a necessidade de desocupação dessas áreas para garantir a segurança das pessoas e a preservação ambiental, ressaltando que muitas vezes são pessoas de baixa renda que precisam ser realocadas, sem receber benefícios significativos para isso. O vereador solicitou que todas as intervenções fossem registradas no microfone, pois a ata seria elaborada com base no áudio da audiência. **Pablo, cidadão:** O cidadão Pablo, morador do bairro Santa Cruz, Residencial Ana Paula, iniciou sua intervenção destacando a necessidade de fiscalização por parte da Prefeitura em relação ao Plano Diretor e ao saneamento básico. Ele mencionou um exemplo específico sobre o asfaltamento da Rua da Membeca, que direcionou as águas fluviais para o Canal do Renato, impactando negativamente o bairro. Pablo expressou preocupação com a capacidade do canal em lidar com grandes volumes de água, citando uma recente inundação que afetou profundamente a comunidade. Ele questionou quem é responsável pela fiscalização e análise prévia desses projetos de infraestrutura, ressaltando que, embora tenha chovido intensamente, nunca houve uma inundação tão severa nos últimos 25 anos. Pablo solicitou informações sobre o planejamento e projeto relacionado a uma verba destinada para mitigar esses problemas e enfatizou a importância de correções e fiscalização rigorosa por parte da prefeitura e da Câmara dos Vereadores. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** O vereador Cézare Pastorello iniciou sua intervenção destacando a alocação de recursos significativos para projetos de drenagem urbana, totalizando 1 milhão de reais. Ele enfatizou a importância de incluir essa questão no contexto do Plano Diretor, mencionando a necessidade de considerar a permeabilidade do solo e sua relação direta com o saneamento. Pastorello abordou o papel da fiscalização, ressaltando que, embora os vereadores sejam responsáveis por fiscalizar, tecnicamente, a execução cabe aos engenheiros. Ele ilustrou esse ponto com exemplos práticos de fiscalização de contratos e obras, enfatizando a importância dos profissionais qualificados para garantir a conformidade das obras com as normas técnicas. O vereador reconheceu a falta de planejamento urbano adequado em relação à drenagem e explicou que o Plano Diretor está sendo desenvolvido para corrigir essas deficiências. Ele mencionou a necessidade de estudos específicos, indicando que o montante de 1 milhão de reais será destinado a projetos de drenagem, com a expectativa de mais investimentos da prefeitura para estudos adicionais. Pastorello encerrou sua fala reiterando a importância dos projetos de drenagem para o desenvolvimento sustentável da cidade e a necessidade de corrigir deficiências existentes, mesmo reconhecendo as limitações para retroceder no que já foi executado. **Vereador Rubens Macedo:** Na audiência pública, o vereador Rubens Macedo destacou a questão da drenagem no bairro, mencionando que a água da Membeca já fluía para o canal do Renato, mas sem um planejamento adequado para direcionar corretamente o fluxo. Ele enfatizou que a falta de um plano para desviar parte dessa água para outros canais como o do Fonte e o do Sangradouro perpetua um problema antigo para os moradores da Cohab Velha, que enfrentam dificuldades há 45 anos devido à planície da cidade, onde não há para onde a água escoar naturalmente.

Vereador Cézare Pastorello, relator: Por fim, declarou encerrada.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

Do que para constar registro que o vídeo completo referente à presente audiência se encontra acessível no site: [Audiência Pública - Discussão do Plano Diretor 06/06/2024](#)





**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI nº 79/2023- PLANO
DIRETOR PARTICIPATIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO MUNICIPIO DE
CÁCERES– DO DIA 13/06/2024 (quinta-feira)**

PRESENTES:

LUIZ LANDIN- Vereador

MAZÉH- Vereadora

RUBENS MACEDO- Vereador

ISAIAS BEZERRA: Vereador

OCORRÊNCIAS

No dia treze de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, às dezoito horas e trinta minutos, no plenário da Câmara Municipal de Cáceres, situada na rua Coronel José Dulce, s/n, Centro, Cáceres-MT, foi realizada a terceira Audiência Pública para discussão do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Cáceres (Projeto de Lei Complementar nº79 de 12 de setembro de 2023), organizada e conduzida pelo relator Vereador Cézare Pastorello-PT. Aberta a audiência o relator iniciou a sessão registrando a presença de outros vereadores e dos participantes presentes, ressaltando que isso seria incluído na ata da reunião. Cézare destacou que, desde quando foi nomeado relator do projeto de lei, sentiu-se lisonjeado e apresentou à presidência da Câmara uma dinâmica de discussão para o plano diretor, que começou a ser elaborado em 2018. Ele explicou que o plano cumpriu todas as exigências do Ministério das Cidades e do Estatuto das Cidades, passando por diversas audiências públicas e discussões técnicas. No entanto, agora estão na fase de apresentação do plano, e não mais na fase de elaboração. Ele mencionou que o plano diretor foi disponibilizado no site da Câmara, dividido em seis tópicos que seriam discutidos em seis audiências públicas. A expectativa era que os participantes já estivessem familiarizados com o conteúdo para que pudessem fazer observações e sugestões durante a apresentação. Cézare enfatizou que não havia a intenção de reformular o plano diretor, mas sim de apresentar e discutir as suas implicações para a cidade, uma vez que o plano impacta diretamente a vida dos cidadãos. Um ponto de destaque foi a discussão sobre o plano de mobilidade urbana, coordenado pelo professor Evaldo, que também participou remotamente da audiência. Cézare mencionou que o plano de mobilidade urbana foi aprovado em 2019 e que, embora algumas intervenções previstas ainda não tenham sido implementadas, o plano continha várias propostas importantes, como a criação de ciclovias e rotatórias. Ele destacou que qualquer alteração no plano de mobilidade urbana depende do Conselho Municipal de Trânsito, que ainda não foi formalmente constituído. Cézare ressaltou a importância da participação popular no plano diretor de desenvolvimento sustentável, mencionando que a cidade deve equilibrar as necessidades de desenvolvimento e preservação. Ele explicou que o Conselho Municipal da Cidade seria o órgão responsável por discutir e eventualmente propor alterações no plano diretor. A participação popular seria garantida por meio de consultas públicas, iniciativas populares, plebiscitos e referendos. Ele criticou a falta de implementação do Conselho Municipal de Trânsito, mesmo após a aprovação do plano de mobilidade urbana, e destacou





ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

a importância de instituir o Conselho Municipal da Cidade para garantir a participação efetiva dos cidadãos nas decisões que afetam o desenvolvimento urbano. Convidou os presentes a fazerem perguntas e sugestões durante a audiência, reforçando que todas as contribuições seriam registradas e incluídas na ata da reunião. Ele ressaltou que o objetivo do plano diretor é proporcionar um modelo de participação popular eficaz nas intervenções de desenvolvimento sustentável da cidade. **Professor Renato, cidadão:** Cumprimentou a todos e se apresentou. Em seguida, questionou ao relator qual a finalidade da audiência pública. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Em resposta explicou o propósito da reunião dizendo que, embora estivesse fazendo uma apresentação do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável, o principal objetivo da audiência era ouvir os participantes. Cézare enfatizou que o termo "audiência" deriva de "audição", implicando a necessidade de escutar as pessoas. Ele esclareceu que a apresentação tinha como base a presunção de que os participantes já estivessem familiarizados com o tópico em discussão, similar ao formato das audiências anteriores. Cézare sublinhou a importância de registrar as observações e sugestões dos participantes para incluir no relatório final, que será submetido para revisão. O vereador mencionou que o plano, iniciado em 2018, já está desatualizado em alguns aspectos, especialmente em relação à legislação federal. Portanto, se surgirem conflitos ou questões que precisem de correção, estas devem ser abordadas antes da submissão final ao plenário. Ele reforçou que a audiência pública é, acima de tudo, um espaço para ouvir as contribuições dos cidadãos e incentivou todos a fazerem suas intervenções. **Vereadora Mazéh:** A vereadora Mazéh iniciou sua fala cumprimentando os vereadores presentes, Landim, Rubens Macedo, Isaías, as assessoras presentes, e os munícipes. Ela também saudou o Professor Renato, destacando a colaboração com ele para a eleição do presidente Lula. Elogiou o Presidente Landim pela iniciativa de convidar a população através de outdoors para participar das audiências públicas, considerando isso uma excelente forma de envolver a população de Cáceres. Expressou sua preocupação com a ausência de participação popular nas audiências. Ela mencionou que a distância dos bairros e os custos de transporte (Moto Taxi e Uber) dificultam a presença dos cidadãos, especialmente os mais vulneráveis. Propôs a divisão da cidade em cinco partes e a realização de discussões em diferentes bairros para aumentar a efetividade da participação popular. Mazéh discordou da opinião do vereador Pastorello sobre a não participação do Legislativo nos conselhos. Ela argumentou que é de fundamental importância a participação dos vereadores em determinados conselhos para ouvir, sugerir e ajudar a cobrar demandas. Ela mencionou que, após uma pesquisa jurídica, descobriu que apenas Bertioga, no Rio de Janeiro, não permite a participação de vereadores em conselhos. A Vereadora destacou sua atuação ativa como conselheira, mencionando que frequentemente leva demandas do seu gabinete para os conselhos. Ela concluiu sua fala ressaltando que discordar é parte da democracia e agradeceu a oportunidade de expressar sua opinião. Encerrou sua fala agradecendo e reiterando a importância da discussão e participação no projeto de desenvolvimento sustentável. **Vereador Rubens Macedo:** O vereador Rubens Macedo destacou a importância da participação ativa dos vereadores nos conselhos municipais. Ele mencionou que, em sua experiência anterior como vereador, era membro nato e participava ativamente das reuniões dos conselhos, o que proporcionava mais oportunidades para a sociedade civil e servidores se envolverem. Rubens enfatizou que os





ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

vereadores têm o direito de estar presentes em qualquer local dentro do município, seja uma secretaria, coordenação ou qualquer outro setor, e que sua presença é bem-vinda e valorizada. Ele defendeu que essa participação não precisa estar formalmente escrita, pois já é um direito nato dos vereadores. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Abordou a questão da participação de vereadores nos conselhos municipais. Ele explicou que o Conselho Municipal da Cidade de Cáceres tem a participação do vereador Celso Silva. Pastorello esclareceu que a participação dos vereadores nos conselhos não se trata de personalismo, mas sim de um princípio de segregação de poderes. Ele citou exemplos de conselhos em que a participação de vereadores é proibida, como o Conselho Municipal de Saúde, onde nenhum vereador pode participar, assim como é vedado a deputados participarem do Conselho Estadual de Saúde e senadores ou deputados federais no Conselho Nacional de Saúde. Pastorello reforçou que a participação dos vereadores é imprescindível em todos os conselhos, pois, além de serem vereadores, eles são cidadãos e cidadãs. Ele mencionou que a participação nas reuniões dos conselhos é livre para todos os cidadãos, que podem acompanhar as deliberações e fiscalizações. Ele exemplificou com a participação do vereador Isaías Bezerras no Conselho Municipal de Saúde, destacando que essa participação é uma questão de entendimento e leitura do papel dos conselhos. Finalizou mencionando que o Conselho Municipal da Cidade de Cáceres prevê a participação dos vereadores em sua constituição e que essa questão será discutida mais à frente. **Professor Renato, cidadão:** Ele mencionou que anteriormente havia cumprimentado apenas o vereador Pastorello e, em nome dele e da professora Mazéh, sua colega de partido, estendeu seus cumprimentos a todos os demais vereadores e colegas presentes na audiência. Ele pediu desculpas pela deselegância cometida. **Vereador Isaías Bezerra:** O vereador Isaías Bezerra comentou sobre a necessidade de discussões mais aprofundadas no plano diretor, ecoando a opinião do professor Renato. Ele mencionou que é fundamental considerar diretrizes que vão definir o funcionamento de Cáceres, como a largura das ruas, arborização e calçadas. Isaías destacou que esses aspectos precisam ser discutidos detalhadamente no plano diretor. Ele expressou dúvidas sobre a possibilidade de aprovar o plano diretor em julho, devido à participação limitada de vereadores, muitos dos quais estão focados em suas campanhas eleitorais. Isaías sugeriu que a votação do plano diretor pode ser mais eficaz após a campanha, permitindo uma discussão mais completa e detalhada. Ele alertou sobre o risco de deixar de fora pontos importantes ao tentar aprovar o plano diretor rapidamente, o que poderia resultar em prejuízos para a cidade nos próximos 10 anos. **Vereador Rubens Macedo:** O vereador enfatizou que o plano diretor chegou à Câmara em 2019 e não pode mais ser adiado. Ele afirmou que o plano diretor não será aprovado apenas nesta gestão, mas que passará por ajustes e alterações conforme necessários no futuro. Rubens destacou a importância de aprovar o plano agora, com a consciência de que ele não será imutável, mas será ajustado conforme as necessidades do município se tornem aparentes. **Vereador Isaías Bezerra:** Disse que irão aprovar o Plano de Desenvolvimento Sustentável da melhor forma possível. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Explicou a metodologia adotada para a discussão do plano diretor, destacando que foi enviada por e-mail a todos os vereadores. Ele ressaltou que cada intervenção foi planejada para ser feita em seu momento adequado durante as seis audiências realizadas. Pastorello mencionou que, por exemplo, durante a discussão sobre o zoneamento das macrozonas urbanas





ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

consolidadas, em expansão e em consolidação, foi o momento de intervenção para sugerir alterações pertinentes. Ele enfatizou que questões como calçadas e arborização não são temas do plano diretor, mas sim do código de obras e postura, outro projeto de lei em discussão na câmara. Pastorello explicou que este último aborda detalhes mais específicos, com seus 532 artigos cobrindo aspectos como medidas de calçada e arborização. Concluiu afirmando que seu relatório sobre o plano diretor estará pronto para votação, cabendo à mesa diretora agendar essa votação. **Vereador Rubens Macedo:** O vereador Rubens Macedo enfatizou que, após o presidente indicar um relator especial para finalizar as audiências, não há mais espaço para alterações ou novas audiências. Macedo explicou que todas as oportunidades de discussão foram concedidas anteriormente, mas o processo estava travado até a nomeação do relator especial, que foi aprovada por todos os vereadores. Ele concluiu que o plano diretor agora seguirá para votação, encerrando o período de debates e intervenções públicas sobre o assunto. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Enfatizou a importância do momento pré-eleitoral e enfatizou que todos os vereadores foram eleitos para trabalhar até o dia 31 de dezembro deste ano. Ele lamentou a falta de aproveitamento por parte dos pré-candidatos, especialmente os pré-candidatos a prefeito, para demonstrar conhecimento sobre os problemas da cidade e sobre o projeto do plano diretor, disponível no site da câmara desde o ano passado. Pastorello ressaltou que seria positivo se os pré-candidatos utilizassem esse período para apresentar soluções e se envolver mais ativamente nas discussões. Ele reconheceu a presença da pré-candidata Karen nas audiências, além dos demais vereadores pré-candidatos à reeleição. Pastorello concluiu reiterando que, apesar do período pré-eleitoral, é fundamental manter o ritmo de trabalho até o final do mandato em 2024. **Vereador Luiz Landim:** O vereador Luiz Landim destacou a importância do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável durante uma audiência pública. Ele enfatizou que o plano não visa engessar a cidade, mas sim promover seu desenvolvimento planejado. Landim mencionou a necessidade de incluir no plano diretor o Código Tributário e outros projetos futuros, argumentando que um planejamento municipal eficaz depende disso. Ele também ressaltou a urgência em finalizar o plano diretor, citando a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) e outros desafios da cidade que requerem orientação clara do plano. Landim expressou preocupação com o tempo decorrido desde 2019 sem aprovação do plano, enfatizando a necessidade de ação para demonstrar compromisso com o desenvolvimento urbano. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Lembrou da importância estratégica do plano como a legislação fundamental para orientar o desenvolvimento urbano de Cáceres. Ele destacou que o plano diretor deve ser priorizado sobre outras legislações complementares, como o Código Tributário e o Código de Obras, pois serve como o guarda-chuva que orienta todas as demais normativas municipais. Pastorello também mencionou a criação do Conselho Municipal da Cidade, destacando sua importância para assegurar a participação popular e garantir a implementação adequada das políticas urbanas. Ele ressaltou a necessidade de estrutura e autonomia para os conselhos municipais, citando o exemplo do Conselho Municipal de Saúde. Além disso, o vereador contextualizou a trajetória das conferências municipais e nacionais das cidades, enfatizando a relevância da discussão sobre a função social da cidade e da propriedade. Ele mencionou a conferência municipal realizada em 2016 e sua conexão com a política nacional de desenvolvimento urbano, destacando a necessidade de





ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

realizar uma nova conferência para atualizar as demandas municipais. Apontou a importância do transporte público urbano para a inclusão social e o acesso aos serviços públicos, enfatizando que o desenvolvimento urbano deve ser democrático, sustentável e inclusivo para toda a população de Cáceres. **Vereador Mazéh:** Mazéh abordou a interligação entre diferentes conferências, mencionando especificamente as conferências sobre promoção da igualdade racial. Ela ressaltou que temas como inclusão social e políticas públicas inclusivas estão intrinsecamente ligados à discussão de um plano diretor sustentável. A vereadora enfatizou a importância de incluir na discussão do plano diretor as pessoas em situação de rua, frequentemente esquecidas pelas políticas públicas. Ela mencionou a necessidade de realizar uma audiência específica para abordar suas necessidades, apoiada pelos Direitos Humanos da Fronteira. Mazéh argumentou que a justiça social deve ser um princípio norteador do plano diretor, garantindo que todas as camadas da população sejam consideradas, inclusive aquelas em maior vulnerabilidade social, como as pessoas em situação de rua. Ela alertou para o fato de que muitas pessoas em situação de rua são invisíveis para a sociedade, mesmo estando presentes no dia a dia da cidade. Mazéh defendeu a necessidade de políticas que garantam sua inclusão efetiva, fornecendo-lhes acesso a serviços básicos e reconhecimento legal. Propôs o uso de levantamentos e dados concretos, como os levantamentos realizados pela Poliana, para embasar políticas públicas que atendam às necessidades específicas das pessoas em situação de rua. Sugeriu que essas informações sejam utilizadas para promover a inclusão dessas pessoas no processo de planejamento urbano. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Ele elogiou a iniciativa da vereadora em cobrar do poder público o acesso das pessoas à água potável, destacando que essa é uma demanda constitucional já julgada pelo STF. Ele compartilha da preocupação com a inclusão de todas as pessoas como cidadãos de Cáceres, sem exclusões. Criticou a tentativa de invisibilizar as pessoas em situação de rua, citando o exemplo da derrubada da Vila Azul. Ele afirmou que remover essas pessoas do centro não resolve o problema, apenas as torna menos visíveis, sem oferecer soluções reais para suas necessidades. Defendeu que Cáceres foi uma cidade planejada originalmente, com ruas esquadrinhadas e angulações perfeitas no centro. Explicou que o planejamento inicial não considerava calçadas largas devido à ausência de automóveis na época, o que mudou com o tempo. Cáceres, portanto, pode ser considerada uma cidade planejada para sua realidade histórica de mobilidade. Cézare comparou a estrutura urbana de Cáceres com outras cidades modernas, sugerindo que a falta de prédios altos na cidade facilita a futura regulamentação do transporte por drones, algo que seria mais complexo em cidades com muitos edifícios. Ressaltou a importância de um planejamento urbano contínuo e adaptável às mudanças sociais e tecnológicas, garantindo que Cáceres possa evoluir de maneira sustentável e inclusiva para todos os seus cidadãos. **Professor Renato, cidadão:** Ele mencionou a importância das diretrizes das conferências nacionais como referências para políticas locais, ressaltando a necessidade de compreendê-las e implementá-las de maneira eficaz em Cáceres. Renato concentrou-se na questão da preservação do patrimônio cultural, especificamente em como o plano diretor poderia melhor regular as zonas de interesse cultural. Ele propôs a inclusão de medidas que permitam o uso adaptativo de imóveis abandonados ou subutilizados para moradias populares e serviços públicos. Ele sugeriu que o plano diretor inclua não apenas regulamentações estaduais, mas também legislações locais





ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

específicas, como a Comissão de Preservação e Tombamento, que poderia ser fortalecida para desenvolver um plano diretor específico para o Centro Histórico e outras áreas de interesse cultural na cidade. Enfatizou a importância de um desenvolvimento urbano que promova inclusão social, democracia participativa e sustentabilidade em diversas dimensões, como econômica, social e ambiental. Ele concluiu oferecendo suas contribuições para o debate, sugerindo que algumas regulamentações possam ser deixadas de maneira mais ampla no plano diretor para permitir adaptações futuras, especialmente no que diz respeito à preservação do patrimônio cultural e ao desenvolvimento inclusivo da cidade. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Pastorello mencionou que já houveram audiências específicas sobre o zoneamento das áreas de interesse histórico-cultural e ambiental. Essas audiências trataram de questões como preservação e recuperação dessas áreas. Falou sobre importância do uso social das propriedades, mencionando que desde 2016 há discussões sobre esse tema. Mencionou que é comum no estado da Bahia haver bairros chamados “mutirão”, pois eram as próprias populações unidas quem construíam suas casas, formando então loteamento populares. Comparou com a atual política habitacional do governo federal, que resgata a possibilidade de loteamentos populares, incentivando a população a construir suas próprias casas em lotes fornecidos. Pastorello ressaltou a necessidade de atualizar o Conselho Municipal de Habitação para alinhar com as novas políticas habitacionais e as necessidades locais de Cáceres. Explicou o processo legislativo pelo qual o Plano Diretor passará na Câmara Municipal, incluindo a elaboração de relatórios por diferentes comissões e a nomeação de um relator especial (ele próprio) para unificar esses relatórios em um documento abrangente. Enfatizou a importância da contribuição pública através do formulário disponível no site da câmara para submissão de propostas e documentos, que serão considerados no relatório final do Plano Diretor. Comentou sobre a futura constituição de uma conferência para discutir e ajustar o Plano Diretor após sua aprovação, destacando que as zonas de especial interesse não se limitam ao Centro Histórico, abrangendo áreas como Facão e Taquaral. **Vereadora Mazéh:** Disse que há também em Cáceres um bairro formado por mutirão que é atualmente o bairro Santos Dumont e foi construído pelos próprios moradores. **Vereador Rubens Macedo:** Em complemento a fala da Vereadora Mazéh disse que houve uma iniciativa envolvendo uma linha de crédito para os moradores que foram contemplados com lotes, ou então uma linha de crédito bancário para que pudessem construir casas populares. Ele também mencionou a possibilidade da prefeitura ter apoiado essa iniciativa, especialmente durante a gestão do Aluísio de Barros. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Ele mencionou um caso pessoal em que visitou o bairro Vila Irene, onde não havia um Posto de Saúde da Família (PSF). Na época, ele estava no conselho de saúde e foi verificar uma casa para alugar e transformar em um PSF. Durante essa visita, uma pessoa destacou que o terreno onde estava a casa tinha sido doado por Antônio Fontes. Isso chamou a atenção do vereador porque a pessoa fez questão de enfatizar que havia recebido o terreno diretamente de Antônio Fontes, possivelmente sem formalidades como escritura ou recibo, o que refletiu a força política e influência de Fontes na comunidade. O vereador destacou esse caso para ilustrar a importância da participação popular na formulação de políticas públicas, onde as pessoas muitas vezes dependem de doações de terrenos para construir suas casas em loteamentos populares. **Cidadã e engenheira sanitária Karen Marmoré:** Karen se apresentou para os





ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

presentes, na sequência expressou sua preocupação em relação ao processo de aprovação do plano diretor. Ela fez um paralelo com o plano municipal de saneamento básico, destacando que ambos são documentos orientadores para ações municipais e são cruciais para acesso a recursos. Karen questionou o adiamento da aprovação do plano diretor, sugerindo que ao retornar para revisão, as questões gerais são tratadas de forma mais ampla, em vez de abordar pontos específicos. Ela expressou frustração com o tempo que o processo tem levado, mencionando que já se passaram quatro anos e ainda há muito trabalho a ser feito. Karen também perguntou sobre o processo de entrada de um projeto na casa legislativa, os prazos para avaliação e os motivos para os atrasos, solicitando transparência sobre o funcionamento interno desse processo. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** O vereador explicou o processo legislativo relacionado ao plano diretor e outros códigos municipais. Ele destacou que a iniciativa para criar essas leis pode vir tanto dos vereadores quanto do executivo municipal, dependendo da competência de cada tema. Pastorello enfatizou que os códigos, como o plano diretor, têm um tratamento especial na legislação brasileira, sendo que o prazo para análise pelas comissões é triplo em comparação com leis ordinárias. Ele mencionou que, no caso do plano diretor, as comissões têm três meses para emitir seus pareceres após o projeto ser encaminhado para análise. Se não houver pareceres dentro desse prazo e sem solicitação de prorrogação, o presidente da câmara pode nomear um relator especial. Esse relator também deve cumprir o mesmo prazo estabelecido para as comissões. Pastorello esclareceu que, após a aprovação na câmara, o projeto segue para o executivo, onde o prefeito tem 15 dias para sancionar ou vetar. Se o prefeito não se manifestar dentro desse prazo, ocorre a sanção tácita. Ele enfatizou que apenas o executivo possui o poder de sanção, não havendo outra forma de aprovação das leis. **Vereador Isaías Bezerra:** Esclareceu que quando mencionou adiar a discussão não foi para prolongar indefinidamente, mas sim para garantir uma análise cuidadosa do projeto. Ele expressou seu compromisso com a aprovação do plano diretor ainda este ano, destacando que o projeto já está na casa legislativa há quatro anos, tendo sido devolvido à prefeitura anteriormente e retornado recentemente para discussão. Isaías criticou o funcionamento da casa legislativa, apontando que qualquer vereador pode solicitar prorrogação para análise de projetos, o que pode resultar em atrasos desnecessários. Ele defendeu que, na sua opinião, uma vez esgotados os prazos e realizadas as audiências públicas, o projeto deveria seguir para votação sem novos adiamentos. Entretanto, ele reconheceu que o Regimento Interno atual permite que vereadores peçam vista e atrasem os projetos, algo que ele considera prejudicial ao processo legislativo. Isaías enfatizou a necessidade de reformas no Regimento Interno para evitar esses atrasos e garantir que os projetos sejam votados dentro de prazos razoáveis após discussão e audiências públicas. **Vereador Luiz Landim, presidente da Câmara:** Luiz Landim ressaltou a importância do poder legislativo municipal, enfatizando que os vereadores têm o papel crucial de aprovar leis como o plano diretor, a Lei Orçamentária Anual (LOA), o Plano Plurianual (PPA) e outras legislações fundamentais para o desenvolvimento da cidade de Cáceres, que possui 246 anos de história. Ele expressou preocupação com a necessidade de conscientizar a sociedade sobre o papel do legislativo e defendeu que os vereadores devem mostrar o poder e a importância das decisões tomadas na casa legislativa. Landim ressaltou que cerca de 95% do desenvolvimento de uma cidade depende das decisões legislativas, pois são os vereadores que aprovam e podem





ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

modificar o plano diretor, além de deliberarem sobre todos os projetos do executivo municipal. Ele lamentou comentários de outros vereadores que desvalorizam o papel legislativo, enfatizando que é através dessas decisões que se molda o futuro e o desenvolvimento de Cáceres. **Vereador Isaías Bezerra:** Complementou dizendo que o Legislativo também aprova ou reprova contas do Executivo. **Vereador Luiz Landim, presidente da Câmara:** Landim enfatizou a responsabilidade dos vereadores ao aprovar ou reprovar as contas do prefeito, destacando a importância das decisões legislativas para questões como coleta seletiva, meio ambiente, estrutura urbana, educação e saúde. Ele defendeu que a casa legislativa é responsável por quase 100% do desenvolvimento de Cáceres e destacou a necessidade de mostrar à sociedade o poder e a importância do legislativo municipal. Landim elogiou a participação dos jovens na audiência pública e mencionou projetos importantes discutidos na câmara, como a questão do uso de celulares em sala de aula e o apoio a questões como o autismo e os ciclomotores. Ele expressou comprometimento em fortalecer o legislativo municipal e anunciou planos para tirar projetos da gaveta, como o código de obras, para implementação no município. Ele também parabenizou os colegas presentes e destacou a importância do comprometimento de todos para trazer benefícios futuros para Cáceres. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Pastorello agradeceu as participações e destacou que a audiência seguia um cronograma para respeitar os horários e a participação dos servidores. Ele explicou a importância de atualizar o plano diretor, enfatizando que, sem isso, a cidade não pode receber recursos voluntários federais para projetos como escolas e postos de saúde. Ele mencionou que o plano diretor é crucial para programas federais de cidades sustentáveis e resilientes, e para atrair investimentos privados, como indústrias. Pastorello também defendeu a importância da segurança jurídica proporcionada pelo plano diretor, que orienta o desenvolvimento urbano e industrial. Ele destacou a ampla divulgação da audiência pública, incluindo outdoors, rádio, e sites locais, além da transmissão ao vivo pelo YouTube e possibilidade de participação online. Pastorello concluiu que essa discussão sobre o plano diretor foi a mais democrática e amplamente divulgada que o legislativo de Cáceres já teve, deixando uma marca significativa nesse processo legislativo. **Professora Sandra, cidadã:** Sandra iniciou sua contribuição mencionando a preocupação com a quantidade insuficiente de praças públicas em Cáceres, evidenciada por um estudo conduzido por Joliene Pereira, mestranda em Geografia. O estudo mostrou que dos 49 bairros na cidade, apenas 29 possuem praças, apesar da legislação exigir espaços públicos em novos loteamentos. Sandra destacou a importância das praças como espaços sociais e ambientais, especialmente para lazer e bem-estar de crianças e idosos. Ela sugeriu que o relatório do vereador Cézare Pastorello considere os dados científicos e consistentes apresentados por Joliene, para garantir uma reflexão sobre a função social das praças no plano diretor. Sandra concluiu enfatizando a necessidade de uma abordagem mais robusta no plano diretor para assegurar a criação e manutenção adequadas de praças públicas na cidade. **Mestranda Joliene Pereira, cidadã:** Joliene, mestranda em Geografia pela Unemat, destacou a ausência de praças em muitos bairros de Cáceres, identificada em sua pesquisa. Ela enfatizou que as praças não são apenas espaços de uso coletivo, mas também são fundamentais para cidades sustentáveis e resilientes, promovendo a saúde, o convívio social e preservando o patrimônio histórico. Joliene explicou que as praças têm evoluído ao longo do tempo, de espaços cívicos a áreas de convivência e lazer, atualmente





**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

incluindo instalações como quadras esportivas e academias ao ar livre. Ela levantou questões sobre a segregação socioeconômica resultante da falta de praças em alguns bairros, destacando a importância de políticas urbanísticas que garantam a destinação adequada de áreas verdes e praças nos loteamentos. Ela concluiu enfatizando a necessidade de especificações claras e quantitativas para a criação de praças, reconhecendo sua importância tanto ambiental quanto social para a comunidade. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Agradeceu a contribuição de Joliene e destacou a importância da destinação adequada de áreas para equipamentos públicos, como ruas e praças, conforme discutido no uso e parcelamento do solo urbano. Ele mencionou exemplos onde áreas destinadas a praças foram posteriormente utilizadas para construção de equipamentos como postos de saúde, quadras e creches, citando o caso específico no bairro Junco onde uma creche foi construída em uma área inicialmente reservada para uma praça. **Vereadora Mazéh:** Parabenizou Joliene pelo levantamento feito sobre a falta de planejamento e manutenção de praças em Cáceres. Ela destacou que muitas solicitações da população para a instalação de praças não são atendidas devido à falta de recursos e pessoal para o planejamento e manutenção adequados. Mazéh também mencionou que, em alguns casos, a população se mobiliza por conta própria para construir e cuidar desses espaços. Ela enfatizou a importância das praças como locais de interação social, onde a comunidade compartilha conhecimentos e experiências. Mazéh expressou esperança de que a discussão atual fortaleça os argumentos para melhorar a implementação e manutenção das praças na cidade. **Professor Renato, cidadão:** Renato começou agradecendo à câmara e aos vereadores pelo debate e empenho no trabalho. Ele destacou a importância do zoneamento de áreas de interesse histórico-cultural em Cáceres, sugerindo não apenas seguir a legislação federal e estadual, mas ampliar as áreas incluindo locais como a fazenda Jacobina e outros imóveis de valor histórico e cultural. Renato enfatizou a necessidade de preservar e incluir esses locais no plano diretor, garantindo a proteção do patrimônio cultural da cidade. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Pastorello começou abordando a questão das praças em Cáceres, destacando que a falta delas em alguns bairros ocorre por duas razões principais. Primeiro, em áreas de ocupações irregulares onde não houve previsão para espaços públicos como praças. Segundo, em loteamentos regulares onde houve o uso indevido do instituto da compensação, vendendo áreas destinadas a praças para uso diferente, prática que não será mais permitida no novo plano diretor. Ele enfatizou a importância das praças não apenas para lazer e recreação, mas também para a permeabilidade do solo, crucial em tempos de crise climática. Pastorello encerrou a audiência agradecendo as contribuições e anunciando a continuidade das discussões para a próxima semana.

Destaque para contribuições e sugestões realizadas durante a audiência:

- a) Foi proposto pela Vereadora Mazéh o uso de levantamentos e dados concretos para fundamentar políticas públicas direcionadas às necessidades específicas das pessoas em situação de rua. A sugestão enfatizou a importância de utilizar essas informações para integrar essas pessoas no processo de planejamento urbano, visando promover a inclusão social e melhorar suas condições de vida.





**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

- b) Professor Renato sugeriu de incluir medidas para o uso adaptativo de imóveis abandonados ou subutilizados, destinando-os a moradias populares e serviços públicos. Propôs-se que o plano diretor abranja não apenas regulamentações estaduais, mas também legislações locais específicas, como fortalecer a Comissão de Preservação e Tombamento para elaborar um plano diretor voltado ao Centro Histórico e outras áreas de interesse cultural na cidade. O objetivo é revitalizar essas áreas de forma sustentável, promovendo o desenvolvimento urbano integrado e preservando o patrimônio cultural.
- c) Outra sugestão do Professor foi para que algumas regulamentações possam ser deixadas de maneira mais ampla no plano diretor para permitir adaptações futuras, especialmente no que diz respeito à preservação do patrimônio cultural e ao desenvolvimento inclusivo da cidade.
- d) Professora Sandra sugeriu que o relatório do vereador Cézare Pastorello considere os dados científicos e consistentes apresentados pela mestrandia em Geografia Joliene, para garantir uma reflexão sobre a função social das praças no plano diretor.
- e) Professor Renato ao destacar sobre a importância do zoneamento de áreas de interesse histórico-cultural em Cáceres, sugeriu não apenas seguir a legislação federal e estadual, mas ampliar as áreas incluindo locais como a fazenda Jacobina e outros imóveis de valor histórico e cultural.

Do que para constar, eu, Vitoria Karoline Narciso da Silva e Souza, redigi a presente ata.

Registro que o vídeo completo referente à presente audiência se encontra acessível no site: [Audiência Pública - Discussão do Plano Diretor 13/06/2024](#).





**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI nº 79/2023- PLANO
DIRETOR PARTICIPATIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO MUNICIPIO DE
CÁCERES– DO DIA 13/06/2024 (quinta-feira)**

PRESENTES:

LUIZ LANDIN- Vereador

MAZÉH- Vereadora

RUBENS MACEDO- Vereador

ISAIAS BEZERRA: Vereador

OCORRÊNCIAS

No dia treze de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, às dezoito horas e trinta minutos, no plenário da Câmara Municipal de Cáceres, situada na rua Coronel José Dulce, s/n, Centro, Cáceres-MT, foi realizada a terceira Audiência Pública para discussão do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Cáceres (Projeto de Lei Complementar nº79 de 12 de setembro de 2023), organizada e conduzida pelo relator Vereador Cézare Pastorello-PT. Aberta a audiência o relator iniciou a sessão registrando a presença de outros vereadores e dos participantes presentes, ressaltando que isso seria incluído na ata da reunião. Cézare destacou que, desde quando foi nomeado relator do projeto de lei, sentiu-se lisonjeado e apresentou à presidência da Câmara uma dinâmica de discussão para o plano diretor, que começou a ser elaborado em 2018. Ele explicou que o plano cumpriu todas as exigências do Ministério das Cidades e do Estatuto das Cidades, passando por diversas audiências públicas e discussões técnicas. No entanto, agora estão na fase de apresentação do plano, e não mais na fase de elaboração. Ele mencionou que o plano diretor foi disponibilizado no site da Câmara, dividido em seis tópicos que seriam discutidos em seis audiências públicas. A expectativa era que os participantes já estivessem familiarizados com o conteúdo para que pudessem fazer observações e sugestões durante a apresentação. Cézare enfatizou que não havia a intenção de reformular o plano diretor, mas sim de apresentar e discutir as suas implicações para a cidade, uma vez que o plano impacta diretamente a vida dos cidadãos. Um ponto de destaque foi a discussão sobre o plano de mobilidade urbana, coordenado pelo professor Evaldo, que também participou remotamente da audiência. Cézare mencionou que o plano de mobilidade urbana foi aprovado em 2019 e que, embora algumas intervenções previstas ainda não tenham sido implementadas, o plano continha várias propostas importantes, como a criação de ciclovias e rotatórias. Ele destacou que qualquer alteração no plano de mobilidade urbana depende do Conselho Municipal de Trânsito, que ainda não foi formalmente constituído. Cézare ressaltou a importância da participação popular no plano diretor de desenvolvimento sustentável, mencionando que a cidade deve equilibrar as necessidades de desenvolvimento e preservação. Ele explicou que o Conselho Municipal da Cidade seria o órgão responsável por discutir e eventualmente propor alterações no plano diretor. A participação popular seria garantida por meio de consultas públicas, iniciativas populares, plebiscitos e referendos. Ele criticou a falta de implementação do Conselho Municipal de Trânsito, mesmo após a aprovação do plano de mobilidade urbana, e destacou





**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

a importância de instituir o Conselho Municipal da Cidade para garantir a participação efetiva dos cidadãos nas decisões que afetam o desenvolvimento urbano. Convidou os presentes a fazerem perguntas e sugestões durante a audiência, reforçando que todas as contribuições seriam registradas e incluídas na ata da reunião. Ele ressaltou que o objetivo do plano diretor é proporcionar um modelo de participação popular eficaz nas intervenções de desenvolvimento sustentável da cidade. **Professor Renato, cidadão:** Cumprimentou a todos e se apresentou. Em seguida, questionou ao relator qual a finalidade da audiência pública. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Em resposta explicou o propósito da reunião dizendo que, embora estivesse fazendo uma apresentação do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável, o principal objetivo da audiência era ouvir os participantes. Cézare enfatizou que o termo "audiência" deriva de "audição", implicando a necessidade de escutar as pessoas. Ele esclareceu que a apresentação tinha como base a presunção de que os participantes já estivessem familiarizados com o tópico em discussão, similar ao formato das audiências anteriores. Cézare sublinhou a importância de registrar as observações e sugestões dos participantes para incluir no relatório final, que será submetido para revisão. O vereador mencionou que o plano, iniciado em 2018, já está desatualizado em alguns aspectos, especialmente em relação à legislação federal. Portanto, se surgirem conflitos ou questões que precisem de correção, estas devem ser abordadas antes da submissão final ao plenário. Ele reforçou que a audiência pública é, acima de tudo, um espaço para ouvir as contribuições dos cidadãos e incentivou todos a fazerem suas intervenções. **Vereadora Mazéh:** A vereadora Mazéh iniciou sua fala cumprimentando os vereadores presentes, Landim, Rubens Macedo, Isaías, as assessoras presentes, e os munícipes. Ela também saudou o Professor Renato, destacando a colaboração com ele para a eleição do presidente Lula. Elogiou o Presidente Landim pela iniciativa de convidar a população através de outdoors para participar das audiências públicas, considerando isso uma excelente forma de envolver a população de Cáceres. Expressou sua preocupação com a ausência de participação popular nas audiências. Ela mencionou que a distância dos bairros e os custos de transporte (Moto Taxi e Uber) dificultam a presença dos cidadãos, especialmente os mais vulneráveis. Propôs a divisão da cidade em cinco partes e a realização de discussões em diferentes bairros para aumentar a efetividade da participação popular. Mazéh discordou da opinião do vereador Pastorello sobre a não participação do Legislativo nos conselhos. Ela argumentou que é de fundamental importância a participação dos vereadores em determinados conselhos para ouvir, sugerir e ajudar a cobrar demandas. Ela mencionou que, após uma pesquisa jurídica, descobriu que apenas Bertioga, no Rio de Janeiro, não permite a participação de vereadores em conselhos. A Vereadora destacou sua atuação ativa como conselheira, mencionando que frequentemente leva demandas do seu gabinete para os conselhos. Ela concluiu sua fala ressaltando que discordar é parte da democracia e agradeceu a oportunidade de expressar sua opinião. Encerrou sua fala agradecendo e reiterando a importância da discussão e participação no projeto de desenvolvimento sustentável. **Vereador Rubens Macedo:** O vereador Rubens Macedo destacou a importância da participação ativa dos vereadores nos conselhos municipais. Ele mencionou que, em sua experiência anterior como vereador, era membro nato e participava ativamente das reuniões dos conselhos, o que proporcionava mais oportunidades para a sociedade civil e servidores se envolverem. Rubens enfatizou que os





ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

vereadores têm o direito de estar presentes em qualquer local dentro do município, seja uma secretaria, coordenação ou qualquer outro setor, e que sua presença é bem-vinda e valorizada. Ele defendeu que essa participação não precisa estar formalmente escrita, pois já é um direito nato dos vereadores. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Abordou a questão da participação de vereadores nos conselhos municipais. Ele explicou que o Conselho Municipal da Cidade de Cáceres tem a participação do vereador Celso Silva. Pastorello esclareceu que a participação dos vereadores nos conselhos não se trata de personalismo, mas sim de um princípio de segregação de poderes. Ele citou exemplos de conselhos em que a participação de vereadores é proibida, como o Conselho Municipal de Saúde, onde nenhum vereador pode participar, assim como é vedado a deputados participarem do Conselho Estadual de Saúde e senadores ou deputados federais no Conselho Nacional de Saúde. Pastorello reforçou que a participação dos vereadores é imprescindível em todos os conselhos, pois, além de serem vereadores, eles são cidadãos e cidadãs. Ele mencionou que a participação nas reuniões dos conselhos é livre para todos os cidadãos, que podem acompanhar as deliberações e fiscalizações. Ele exemplificou com a participação do vereador Isaías Bezerras no Conselho Municipal de Saúde, destacando que essa participação é uma questão de entendimento e leitura do papel dos conselhos. Finalizou mencionando que o Conselho Municipal da Cidade de Cáceres prevê a participação dos vereadores em sua constituição e que essa questão será discutida mais à frente. **Professor Renato, cidadão:** Ele mencionou que anteriormente havia cumprimentado apenas o vereador Pastorello e, em nome dele e da professora Mazéh, sua colega de partido, estendeu seus cumprimentos a todos os demais vereadores e colegas presentes na audiência. Ele pediu desculpas pela deselegância cometida. **Vereador Isaías Bezerra:** O vereador Isaías Bezerra comentou sobre a necessidade de discussões mais aprofundadas no plano diretor, ecoando a opinião do professor Renato. Ele mencionou que é fundamental considerar diretrizes que vão definir o funcionamento de Cáceres, como a largura das ruas, arborização e calçadas. Isaías destacou que esses aspectos precisam ser discutidos detalhadamente no plano diretor. Ele expressou dúvidas sobre a possibilidade de aprovar o plano diretor em julho, devido à participação limitada de vereadores, muitos dos quais estão focados em suas campanhas eleitorais. Isaías sugeriu que a votação do plano diretor pode ser mais eficaz após a campanha, permitindo uma discussão mais completa e detalhada. Ele alertou sobre o risco de deixar de fora pontos importantes ao tentar aprovar o plano diretor rapidamente, o que poderia resultar em prejuízos para a cidade nos próximos 10 anos. **Vereador Rubens Macedo:** O vereador enfatizou que o plano diretor chegou à Câmara em 2019 e não pode mais ser adiado. Ele afirmou que o plano diretor não será aprovado apenas nesta gestão, mas que passará por ajustes e alterações conforme necessários no futuro. Rubens destacou a importância de aprovar o plano agora, com a consciência de que ele não será imutável, mas será ajustado conforme as necessidades do município se tornem aparentes. **Vereador Isaías Bezerra:** Disse que irão aprovar o Plano de Desenvolvimento Sustentável da melhor forma possível. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Explicou a metodologia adotada para a discussão do plano diretor, destacando que foi enviada por e-mail a todos os vereadores. Ele ressaltou que cada intervenção foi planejada para ser feita em seu momento adequado durante as seis audiências realizadas. Pastorello mencionou que, por exemplo, durante a discussão sobre o zoneamento das macrozonas urbanas





ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

consolidadas, em expansão e em consolidação, foi o momento de intervenção para sugerir alterações pertinentes. Ele enfatizou que questões como calçadas e arborização não são temas do plano diretor, mas sim do código de obras e postura, outro projeto de lei em discussão na câmara. Pastorello explicou que este último aborda detalhes mais específicos, com seus 532 artigos cobrindo aspectos como medidas de calçada e arborização. Concluiu afirmando que seu relatório sobre o plano diretor estará pronto para votação, cabendo à mesa diretora agendar essa votação. **Vereador Rubens Macedo:** O vereador Rubens Macedo enfatizou que, após o presidente indicar um relator especial para finalizar as audiências, não há mais espaço para alterações ou novas audiências. Macedo explicou que todas as oportunidades de discussão foram concedidas anteriormente, mas o processo estava travado até a nomeação do relator especial, que foi aprovada por todos os vereadores. Ele concluiu que o plano diretor agora seguirá para votação, encerrando o período de debates e intervenções públicas sobre o assunto. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Enfatizou a importância do momento pré-eleitoral e enfatizou que todos os vereadores foram eleitos para trabalhar até o dia 31 de dezembro deste ano. Ele lamentou a falta de aproveitamento por parte dos pré-candidatos, especialmente os pré-candidatos a prefeito, para demonstrar conhecimento sobre os problemas da cidade e sobre o projeto do plano diretor, disponível no site da câmara desde o ano passado. Pastorello ressaltou que seria positivo se os pré-candidatos utilizassem esse período para apresentar soluções e se envolver mais ativamente nas discussões. Ele reconheceu a presença da pré-candidata Karen nas audiências, além dos demais vereadores pré-candidatos à reeleição. Pastorello concluiu reiterando que, apesar do período pré-eleitoral, é fundamental manter o ritmo de trabalho até o final do mandato em 2024. **Vereador Luiz Landim:** O vereador Luiz Landim destacou a importância do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável durante uma audiência pública. Ele enfatizou que o plano não visa engessar a cidade, mas sim promover seu desenvolvimento planejado. Landim mencionou a necessidade de incluir no plano diretor o Código Tributário e outros projetos futuros, argumentando que um planejamento municipal eficaz depende disso. Ele também ressaltou a urgência em finalizar o plano diretor, citando a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) e outros desafios da cidade que requerem orientação clara do plano. Landim expressou preocupação com o tempo decorrido desde 2019 sem aprovação do plano, enfatizando a necessidade de ação para demonstrar compromisso com o desenvolvimento urbano. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Lembrou da importância estratégica do plano como a legislação fundamental para orientar o desenvolvimento urbano de Cáceres. Ele destacou que o plano diretor deve ser priorizado sobre outras legislações complementares, como o Código Tributário e o Código de Obras, pois serve como o guarda-chuva que orienta todas as demais normativas municipais. Pastorello também mencionou a criação do Conselho Municipal da Cidade, destacando sua importância para assegurar a participação popular e garantir a implementação adequada das políticas urbanas. Ele ressaltou a necessidade de estrutura e autonomia para os conselhos municipais, citando o exemplo do Conselho Municipal de Saúde. Além disso, o vereador contextualizou a trajetória das conferências municipais e nacionais das cidades, enfatizando a relevância da discussão sobre a função social da cidade e da propriedade. Ele mencionou a conferência municipal realizada em 2016 e sua conexão com a política nacional de desenvolvimento urbano, destacando a necessidade de





ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

realizar uma nova conferência para atualizar as demandas municipais. Apontou a importância do transporte público urbano para a inclusão social e o acesso aos serviços públicos, enfatizando que o desenvolvimento urbano deve ser democrático, sustentável e inclusivo para toda a população de Cáceres. **Vereador Mazéh:** Mazéh abordou a interligação entre diferentes conferências, mencionando especificamente as conferências sobre promoção da igualdade racial. Ela ressaltou que temas como inclusão social e políticas públicas inclusivas estão intrinsecamente ligados à discussão de um plano diretor sustentável. A vereadora enfatizou a importância de incluir na discussão do plano diretor as pessoas em situação de rua, frequentemente esquecidas pelas políticas públicas. Ela mencionou a necessidade de realizar uma audiência específica para abordar suas necessidades, apoiada pelos Direitos Humanos da Fronteira. Mazéh argumentou que a justiça social deve ser um princípio norteador do plano diretor, garantindo que todas as camadas da população sejam consideradas, inclusive aquelas em maior vulnerabilidade social, como as pessoas em situação de rua. Ela alertou para o fato de que muitas pessoas em situação de rua são invisíveis para a sociedade, mesmo estando presentes no dia a dia da cidade. Mazéh defendeu a necessidade de políticas que garantam sua inclusão efetiva, fornecendo-lhes acesso a serviços básicos e reconhecimento legal. Propôs o uso de levantamentos e dados concretos, como os levantamentos realizados pela Poliana, para embasar políticas públicas que atendam às necessidades específicas das pessoas em situação de rua. Sugeriu que essas informações sejam utilizadas para promover a inclusão dessas pessoas no processo de planejamento urbano. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Ele elogiou a iniciativa da vereadora em cobrar do poder público o acesso das pessoas à água potável, destacando que essa é uma demanda constitucional já julgada pelo STF. Ele compartilha da preocupação com a inclusão de todas as pessoas como cidadãos de Cáceres, sem exclusões. Criticou a tentativa de invisibilizar as pessoas em situação de rua, citando o exemplo da derrubada da Vila Azul. Ele afirmou que remover essas pessoas do centro não resolve o problema, apenas as torna menos visíveis, sem oferecer soluções reais para suas necessidades. Defendeu que Cáceres foi uma cidade planejada originalmente, com ruas esquadrinhadas e angulações perfeitas no centro. Explicou que o planejamento inicial não considerava calçadas largas devido à ausência de automóveis na época, o que mudou com o tempo. Cáceres, portanto, pode ser considerada uma cidade planejada para sua realidade histórica de mobilidade. Cézare comparou a estrutura urbana de Cáceres com outras cidades modernas, sugerindo que a falta de prédios altos na cidade facilita a futura regulamentação do transporte por drones, algo que seria mais complexo em cidades com muitos edifícios. Ressaltou a importância de um planejamento urbano contínuo e adaptável às mudanças sociais e tecnológicas, garantindo que Cáceres possa evoluir de maneira sustentável e inclusiva para todos os seus cidadãos. **Professor Renato, cidadão:** Ele mencionou a importância das diretrizes das conferências nacionais como referências para políticas locais, ressaltando a necessidade de compreendê-las e implementá-las de maneira eficaz em Cáceres. Renato concentrou-se na questão da preservação do patrimônio cultural, especificamente em como o plano diretor poderia melhor regular as zonas de interesse cultural. Ele propôs a inclusão de medidas que permitam o uso adaptativo de imóveis abandonados ou subutilizados para moradias populares e serviços públicos. Ele sugeriu que o plano diretor inclua não apenas regulamentações estaduais, mas também legislações locais





ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

específicas, como a Comissão de Preservação e Tombamento, que poderia ser fortalecida para desenvolver um plano diretor específico para o Centro Histórico e outras áreas de interesse cultural na cidade. Enfatizou a importância de um desenvolvimento urbano que promova inclusão social, democracia participativa e sustentabilidade em diversas dimensões, como econômica, social e ambiental. Ele concluiu oferecendo suas contribuições para o debate, sugerindo que algumas regulamentações possam ser deixadas de maneira mais ampla no plano diretor para permitir adaptações futuras, especialmente no que diz respeito à preservação do patrimônio cultural e ao desenvolvimento inclusivo da cidade. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Pastorello mencionou que já houveram audiências específicas sobre o zoneamento das áreas de interesse histórico-cultural e ambiental. Essas audiências trataram de questões como preservação e recuperação dessas áreas. Falou sobre importância do uso social das propriedades, mencionando que desde 2016 há discussões sobre esse tema. Mencionou que é comum no estado da Bahia haver bairros chamados “mutirão”, pois eram as próprias populações unidas quem construíam suas casas, formando então loteamento populares. Comparou com a atual política habitacional do governo federal, que resgata a possibilidade de loteamentos populares, incentivando a população a construir suas próprias casas em lotes fornecidos. Pastorello ressaltou a necessidade de atualizar o Conselho Municipal de Habitação para alinhar com as novas políticas habitacionais e as necessidades locais de Cáceres. Explicou o processo legislativo pelo qual o Plano Diretor passará na Câmara Municipal, incluindo a elaboração de relatórios por diferentes comissões e a nomeação de um relator especial (ele próprio) para unificar esses relatórios em um documento abrangente. Enfatizou a importância da contribuição pública através do formulário disponível no site da câmara para submissão de propostas e documentos, que serão considerados no relatório final do Plano Diretor. Comentou sobre a futura constituição de uma conferência para discutir e ajustar o Plano Diretor após sua aprovação, destacando que as zonas de especial interesse não se limitam ao Centro Histórico, abrangendo áreas como Facão e Taquaral. **Vereadora Mazéh:** Disse que há também em Cáceres um bairro formado por mutirão que é atualmente o bairro Santos Dumont e foi construído pelos próprios moradores. **Vereador Rubens Macedo:** Em complemento a fala da Vereadora Mazéh disse que houve uma iniciativa envolvendo uma linha de crédito para os moradores que foram contemplados com lotes, ou então uma linha de crédito bancário para que pudessem construir casas populares. Ele também mencionou a possibilidade da prefeitura ter apoiado essa iniciativa, especialmente durante a gestão do Aluísio de Barros. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Ele mencionou um caso pessoal em que visitou o bairro Vila Irene, onde não havia um Posto de Saúde da Família (PSF). Na época, ele estava no conselho de saúde e foi verificar uma casa para alugar e transformar em um PSF. Durante essa visita, uma pessoa destacou que o terreno onde estava a casa tinha sido doado por Antônio Fontes. Isso chamou a atenção do vereador porque a pessoa fez questão de enfatizar que havia recebido o terreno diretamente de Antônio Fontes, possivelmente sem formalidades como escritura ou recibo, o que refletiu a força política e influência de Fontes na comunidade. O vereador destacou esse caso para ilustrar a importância da participação popular na formulação de políticas públicas, onde as pessoas muitas vezes dependem de doações de terrenos para construir suas casas em loteamentos populares. **Cidadã e engenheira sanitária Karen Marmoré:** Karen se apresentou para os





ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

presentes, na sequência expressou sua preocupação em relação ao processo de aprovação do plano diretor. Ela fez um paralelo com o plano municipal de saneamento básico, destacando que ambos são documentos orientadores para ações municipais e são cruciais para acesso a recursos. Karen questionou o adiamento da aprovação do plano diretor, sugerindo que ao retornar para revisão, as questões gerais são tratadas de forma mais ampla, em vez de abordar pontos específicos. Ela expressou frustração com o tempo que o processo tem levado, mencionando que já se passaram quatro anos e ainda há muito trabalho a ser feito. Karen também perguntou sobre o processo de entrada de um projeto na casa legislativa, os prazos para avaliação e os motivos para os atrasos, solicitando transparência sobre o funcionamento interno desse processo. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** O vereador explicou o processo legislativo relacionado ao plano diretor e outros códigos municipais. Ele destacou que a iniciativa para criar essas leis pode vir tanto dos vereadores quanto do executivo municipal, dependendo da competência de cada tema. Pastorello enfatizou que os códigos, como o plano diretor, têm um tratamento especial na legislação brasileira, sendo que o prazo para análise pelas comissões é triplo em comparação com leis ordinárias. Ele mencionou que, no caso do plano diretor, as comissões têm três meses para emitir seus pareceres após o projeto ser encaminhado para análise. Se não houver pareceres dentro desse prazo e sem solicitação de prorrogação, o presidente da câmara pode nomear um relator especial. Esse relator também deve cumprir o mesmo prazo estabelecido para as comissões. Pastorello esclareceu que, após a aprovação na câmara, o projeto segue para o executivo, onde o prefeito tem 15 dias para sancionar ou vetar. Se o prefeito não se manifestar dentro desse prazo, ocorre a sanção tácita. Ele enfatizou que apenas o executivo possui o poder de sanção, não havendo outra forma de aprovação das leis. **Vereador Isaías Bezerra:** Esclareceu que quando mencionou adiar a discussão não foi para prolongar indefinidamente, mas sim para garantir uma análise cuidadosa do projeto. Ele expressou seu compromisso com a aprovação do plano diretor ainda este ano, destacando que o projeto já está na casa legislativa há quatro anos, tendo sido devolvido à prefeitura anteriormente e retornado recentemente para discussão. Isaías criticou o funcionamento da casa legislativa, apontando que qualquer vereador pode solicitar prorrogação para análise de projetos, o que pode resultar em atrasos desnecessários. Ele defendeu que, na sua opinião, uma vez esgotados os prazos e realizadas as audiências públicas, o projeto deveria seguir para votação sem novos adiamentos. Entretanto, ele reconheceu que o Regimento Interno atual permite que vereadores peçam vista e atrasem os projetos, algo que ele considera prejudicial ao processo legislativo. Isaías enfatizou a necessidade de reformas no Regimento Interno para evitar esses atrasos e garantir que os projetos sejam votados dentro de prazos razoáveis após discussão e audiências públicas. **Vereador Luiz Landim, presidente da Câmara:** Luiz Landim ressaltou a importância do poder legislativo municipal, enfatizando que os vereadores têm o papel crucial de aprovar leis como o plano diretor, a Lei Orçamentária Anual (LOA), o Plano Plurianual (PPA) e outras legislações fundamentais para o desenvolvimento da cidade de Cáceres, que possui 246 anos de história. Ele expressou preocupação com a necessidade de conscientizar a sociedade sobre o papel do legislativo e defendeu que os vereadores devem mostrar o poder e a importância das decisões tomadas na casa legislativa. Landim ressaltou que cerca de 95% do desenvolvimento de uma cidade depende das decisões legislativas, pois são os vereadores que aprovam e podem





ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

modificar o plano diretor, além de deliberarem sobre todos os projetos do executivo municipal. Ele lamentou comentários de outros vereadores que desvalorizam o papel legislativo, enfatizando que é através dessas decisões que se molda o futuro e o desenvolvimento de Cáceres. **Vereador Isaías Bezerra:** Complementou dizendo que o Legislativo também aprova ou reprova contas do Executivo. **Vereador Luiz Landim, presidente da Câmara:** Landim enfatizou a responsabilidade dos vereadores ao aprovar ou reprovar as contas do prefeito, destacando a importância das decisões legislativas para questões como coleta seletiva, meio ambiente, estrutura urbana, educação e saúde. Ele defendeu que a casa legislativa é responsável por quase 100% do desenvolvimento de Cáceres e destacou a necessidade de mostrar à sociedade o poder e a importância do legislativo municipal. Landim elogiou a participação dos jovens na audiência pública e mencionou projetos importantes discutidos na câmara, como a questão do uso de celulares em sala de aula e o apoio a questões como o autismo e os ciclomotores. Ele expressou comprometimento em fortalecer o legislativo municipal e anunciou planos para tirar projetos da gaveta, como o código de obras, para implementação no município. Ele também parabenizou os colegas presentes e destacou a importância do comprometimento de todos para trazer benefícios futuros para Cáceres. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Pastorello agradeceu as participações e destacou que a audiência seguia um cronograma para respeitar os horários e a participação dos servidores. Ele explicou a importância de atualizar o plano diretor, enfatizando que, sem isso, a cidade não pode receber recursos voluntários federais para projetos como escolas e postos de saúde. Ele mencionou que o plano diretor é crucial para programas federais de cidades sustentáveis e resilientes, e para atrair investimentos privados, como indústrias. Pastorello também defendeu a importância da segurança jurídica proporcionada pelo plano diretor, que orienta o desenvolvimento urbano e industrial. Ele destacou a ampla divulgação da audiência pública, incluindo outdoors, rádio, e sites locais, além da transmissão ao vivo pelo YouTube e possibilidade de participação online. Pastorello concluiu que essa discussão sobre o plano diretor foi a mais democrática e amplamente divulgada que o legislativo de Cáceres já teve, deixando uma marca significativa nesse processo legislativo. **Professora Sandra, cidadã:** Sandra iniciou sua contribuição mencionando a preocupação com a quantidade insuficiente de praças públicas em Cáceres, evidenciada por um estudo conduzido por Joliene Pereira, mestranda em Geografia. O estudo mostrou que dos 49 bairros na cidade, apenas 29 possuem praças, apesar da legislação exigir espaços públicos em novos loteamentos. Sandra destacou a importância das praças como espaços sociais e ambientais, especialmente para lazer e bem-estar de crianças e idosos. Ela sugeriu que o relatório do vereador Cézare Pastorello considere os dados científicos e consistentes apresentados por Joliene, para garantir uma reflexão sobre a função social das praças no plano diretor. Sandra concluiu enfatizando a necessidade de uma abordagem mais robusta no plano diretor para assegurar a criação e manutenção adequadas de praças públicas na cidade. **Mestranda Joliene Pereira, cidadã:** Joliene, mestranda em Geografia pela Unemat, destacou a ausência de praças em muitos bairros de Cáceres, identificada em sua pesquisa. Ela enfatizou que as praças não são apenas espaços de uso coletivo, mas também são fundamentais para cidades sustentáveis e resilientes, promovendo a saúde, o convívio social e preservando o patrimônio histórico. Joliene explicou que as praças têm evoluído ao longo do tempo, de espaços cívicos a áreas de convivência e lazer, atualmente





ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

incluindo instalações como quadras esportivas e academias ao ar livre. Ela levantou questões sobre a segregação socioeconômica resultante da falta de praças em alguns bairros, destacando a importância de políticas urbanísticas que garantam a destinação adequada de áreas verdes e praças nos loteamentos. Ela concluiu enfatizando a necessidade de especificações claras e quantitativas para a criação de praças, reconhecendo sua importância tanto ambiental quanto social para a comunidade. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Agradeceu a contribuição de Joliene e destacou a importância da destinação adequada de áreas para equipamentos públicos, como ruas e praças, conforme discutido no uso e parcelamento do solo urbano. Ele mencionou exemplos onde áreas destinadas a praças foram posteriormente utilizadas para construção de equipamentos como postos de saúde, quadras e creches, citando o caso específico no bairro Junco onde uma creche foi construída em uma área inicialmente reservada para uma praça. **Vereadora Mazéh:** Parabenizou Joliene pelo levantamento feito sobre a falta de planejamento e manutenção de praças em Cáceres. Ela destacou que muitas solicitações da população para a instalação de praças não são atendidas devido à falta de recursos e pessoal para o planejamento e manutenção adequados. Mazéh também mencionou que, em alguns casos, a população se mobiliza por conta própria para construir e cuidar desses espaços. Ela enfatizou a importância das praças como locais de interação social, onde a comunidade compartilha conhecimentos e experiências. Mazéh expressou esperança de que a discussão atual fortaleça os argumentos para melhorar a implementação e manutenção das praças na cidade. **Professor Renato, cidadão:** Renato começou agradecendo à câmara e aos vereadores pelo debate e empenho no trabalho. Ele destacou a importância do zoneamento de áreas de interesse histórico-cultural em Cáceres, sugerindo não apenas seguir a legislação federal e estadual, mas ampliar as áreas incluindo locais como a fazenda Jacobina e outros imóveis de valor histórico e cultural. Renato enfatizou a necessidade de preservar e incluir esses locais no plano diretor, garantindo a proteção do patrimônio cultural da cidade. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Pastorello começou abordando a questão das praças em Cáceres, destacando que a falta delas em alguns bairros ocorre por duas razões principais. Primeiro, em áreas de ocupações irregulares onde não houve previsão para espaços públicos como praças. Segundo, em loteamentos regulares onde houve o uso indevido do instituto da compensação, vendendo áreas destinadas a praças para uso diferente, prática que não será mais permitida no novo plano diretor. Ele enfatizou a importância das praças não apenas para lazer e recreação, mas também para a permeabilidade do solo, crucial em tempos de crise climática. Pastorello encerrou a audiência agradecendo as contribuições e anunciando a continuidade das discussões para a próxima semana.

Destaque para contribuições e sugestões realizadas durante a audiência:

- a) Foi proposto pela Vereadora Mazéh o uso de levantamentos e dados concretos para fundamentar políticas públicas direcionadas às necessidades específicas das pessoas em situação de rua. A sugestão enfatizou a importância de utilizar essas informações para integrar essas pessoas no processo de planejamento urbano, visando promover a inclusão social e melhorar suas condições de vida.





**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

- b) Professor Renato sugeriu de incluir medidas para o uso adaptativo de imóveis abandonados ou subutilizados, destinando-os a moradias populares e serviços públicos. Propôs-se que o plano diretor abranja não apenas regulamentações estaduais, mas também legislações locais específicas, como fortalecer a Comissão de Preservação e Tombamento para elaborar um plano diretor voltado ao Centro Histórico e outras áreas de interesse cultural na cidade. O objetivo é revitalizar essas áreas de forma sustentável, promovendo o desenvolvimento urbano integrado e preservando o patrimônio cultural.
- c) Outra sugestão do Professor foi para que algumas regulamentações possam ser deixadas de maneira mais ampla no plano diretor para permitir adaptações futuras, especialmente no que diz respeito à preservação do patrimônio cultural e ao desenvolvimento inclusivo da cidade.
- d) Professora Sandra sugeriu que o relatório do vereador Cézare Pastorello considere os dados científicos e consistentes apresentados pela mestrandia em Geografia Joliene, para garantir uma reflexão sobre a função social das praças no plano diretor.
- e) Professor Renato ao destacar sobre a importância do zoneamento de áreas de interesse histórico-cultural em Cáceres, sugeriu não apenas seguir a legislação federal e estadual, mas ampliar as áreas incluindo locais como a fazenda Jacobina e outros imóveis de valor histórico e cultural.

Registro que o vídeo completo referente à presente audiência se encontra acessível no site: [Audiência Pública - Discussão do Plano Diretor 13/06/2024](#).





**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI nº 79/2023- PLANO
DIRETOR PARTICIPATIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO MUNICIPIO DE
CÁCERES– DO DIA 27/06/2024 (quinta-feira)**

PRESENTES:

LUIZ LANDIN- Vereador

MAZÉH- Vereadora

RUBENS MACEDO- Vereador

ISAIAS BEZERRA: Vereador

OCORRÊNCIAS

No dia vinte e sete de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, às dezoito horas e trinta minutos, no plenário da Câmara Municipal de Cáceres, situada na rua Coronel José Dulce, s/n, Centro, Cáceres-MT, foi realizada a quinta Audiência Pública para discussão do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Cáceres (Projeto de Lei Complementar nº79 de 12 de setembro de 2023), organizada e conduzida pelo relator Vereador Cézare Pastorello-PT. Aberta a audiência o vereador Cézare Pastorello iniciou sua fala reconhecendo a presença dos colegas vereadores, servidores e cidadãos, agradecendo especialmente a participação ativa de José Mendes. Ele explicou que a audiência trataria da penúltima sessão de apresentação do plano diretor de desenvolvimento sustentável, destacando a importância dos temas que impactarão o futuro dos empreendimentos na cidade. Pastorello ressaltou a necessidade de incluir estudos de impacto de vizinhança para novos empreendimentos, como universidades e grandes lojas, que devem se preocupar com o impacto no estacionamento e na vizinhança. Ele destacou a importância do PEUC (Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios), que visa garantir que terrenos e imóveis subutilizados sejam edificados ou utilizados, evitando a especulação imobiliária. Pastorello mencionou o problema de grandes áreas não desenvolvidas na cidade e a necessidade de políticas como o IPTU progressivo para incentivar a utilização desses terrenos. O vereador explicou o conceito de "direito de preferência," onde o município terá a prioridade na compra de imóveis em áreas de interesse social e ambiental, garantindo melhor utilização dos recursos públicos. Ele também discutiu o "direito de construir," permitindo que proprietários transfiram direitos de construção de um imóvel para outro, preservando áreas e beneficiando o conjunto urbanístico da cidade.





**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

Pastorello encerrou destacando a importância de garantir espaços públicos, como praças e áreas para equipamentos públicos, em novos loteamentos, proibindo a prática de compensação que permitia loteamentos sem infraestrutura adequada. Ele reafirmou o compromisso de melhorar a qualidade de vida na cidade, garantindo que os novos empreendimentos atendam às necessidades da população. Ele finalizou lembrando que todas as apresentações e discussões estarão disponíveis na página da câmara e convidou todos a participarem das próximas audiências, reforçando o compromisso com a transparência e a participação pública no processo de desenvolvimento urbano. **Vereadora Mazéh:** A vereadora Mazéh iniciou sua fala cumprimentando os presentes, incluindo assessores e vereadores. Ela fez uma pergunta direcionada a Cézare sobre as edificações, especialmente em relação às construções do programa "Minha Casa Minha Vida." Mazéh mencionou que, em algumas cidades, como Rondonópolis, os conjuntos habitacionais são construídos em grandes quantidades em um único local, enquanto em outros lugares, as construções são feitas em etapas e distribuídas por diferentes áreas da cidade. Ela expressou preocupação com a possibilidade de em Cáceres não haver terrenos centralizados suficientes para abrigar grandes quantidades de casas previstas pelo programa, resultando em residenciais sendo construídos em áreas menos desejadas ou periféricas. Mazéh sugeriu que o plano diretor deveria considerar uma forma de garantir que esses novos conjuntos habitacionais pudessem ser construídos em áreas mais centralizadas, ou que houvesse a possibilidade de vender ou trocar terrenos para conseguir melhores localizações para as construções. A vereadora destacou a importância de planejar as construções de maneira a evitar a marginalização dos moradores e garantir que eles tenham acesso a áreas mais centrais e desenvolvidas da cidade. Ela finalizou sua fala enfatizando a necessidade de incorporar essas considerações no plano diretor para melhorar a qualidade de vida dos futuros moradores dos conjuntos habitacionais. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** O vereador Cézare Pastorello destacou a importância de garantir que as áreas de interesse social sejam prioritariamente adquiridas pelo município, utilizando o direito de preferência e o instituto da desapropriação. Ele ressaltou a vantagem atual de contar com o apoio do governo federal para a construção de habitações populares, mencionando a possibilidade de criar loteamentos populares tanto para casas quanto para





ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

prédios. Cézare explicou que o programa "Minha Casa Minha Vida" é executado por empresas privadas habilitadas pela Caixa Econômica, e a localização e densidade das construções dependem dessas empresas. Ele propôs que, em vez de construir grandes conjuntos habitacionais em áreas afastadas, as casas sejam construídas em terrenos vazios dentro de bairros já existentes, aproveitando a infraestrutura já presente nesses locais. O vereador enfatizou a necessidade de adensamento urbano para evitar a expansão desordenada da cidade e melhorar o uso dos serviços públicos existentes. Ele destacou a importância de implementar o parcelamento, edificação e utilização compulsória (PEUC) para terrenos não utilizados ou subutilizados, incentivando proprietários a desenvolver esses terrenos ou enfrentarem desapropriação. Cézare mencionou a necessidade de operações urbanas consorciadas, onde o poder público e privado trabalham juntos para o desenvolvimento urbano. Ele também abordou a questão do IPTU progressivo, que aumenta a carga tributária sobre terrenos não utilizados para incentivar seu desenvolvimento. Por fim, o vereador sublinhou que todas essas ações e instrumentos visam promover um crescimento urbano sustentável e organizado, beneficiando a cidade e seus habitantes a longo prazo. **Vereador Rubens Macedo:** Lembrou que o IPTU progressivo está no Código Tributário. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Abordou a importância do plano diretor em relação ao Código Tributário, destacando que o IPTU progressivo, já previsto no Código Tributário, é uma ferramenta essencial para o ordenamento urbano. Ele explicou que, atualmente, o IPTU progressivo pode ser estabelecido por decreto do prefeito, o que pode levar a decisões arbitrárias. Com a aprovação do plano diretor, a incidência do IPTU progressivo será regulada por lei e aplicada em zonas de especial interesse social, garantindo um processo mais transparente e democrático. Cézare também explicou o processo de desapropriação para terrenos não utilizados. Se um proprietário não desenvolver o terreno após ser notificado e não pagar o IPTU progressivo, o município pode desapropriar a área, pagando ao proprietário com títulos de dívida pública, que são remunerados a 6% ao ano. Isso incentiva os proprietários a desenvolverem suas propriedades em vez de deixá-las ociosas. Além disso, ele mencionou a possibilidade de operações urbanas consorciadas e consórcios imobiliários, onde o poder público e privado colaboram para o desenvolvimento urbano. Isso pode incluir projetos como





**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

pavimentação participativa, onde os custos e benefícios são compartilhados entre o município e os proprietários. Cézare enfatizou que o objetivo do plano diretor é promover um adensamento urbano sustentável, aproveitando melhor a infraestrutura existente e evitando a expansão desordenada da cidade. Ele concluiu destacando a importância de um processo legislativo robusto e transparente para implementar essas políticas de desenvolvimento urbano. **Vereador Luiz Landim, presidente da Câmara Municipal:** O vereador Luiz Landim enfatizou a importância de garantir que o plano diretor promova o desenvolvimento ordenado e de qualidade na cidade. Ele deu o exemplo das farmácias de grandes redes que, pensando no bem-estar do cliente, sempre incluem estacionamento em seus estabelecimentos. Esse tipo de planejamento, comum em grandes centros, visa oferecer uma estrutura adequada e conveniente para os clientes. Landim reforçou que o plano diretor não tem a intenção de engessar o crescimento da cidade, mas sim de desenvolvê-la de maneira organizada, respeitando os requisitos necessários para uma expansão sustentável. Ele destacou que é crucial comunicar isso claramente à população, que já começou a criticar o plano diretor, para evitar mal-entendidos. O objetivo é garantir que a cidade cresça de maneira ordenada, evitando o caos e os problemas associados ao crescimento desordenado.

Vereador Cézare Pastorello, relator: Destacou a importância de planejamento e infraestrutura adequada para empreendimentos na cidade, usando o exemplo de farmácias de rede que sempre incluem estacionamento para melhorar a experiência dos clientes. Ele mencionou uma situação que vivenciou ao chegar em Cáceres em 2007, onde viu vagas de estacionamento reservadas para donos de lojas, algo que achou inusitado e indicativo da cultura local de uso do meio-fio como estacionamento. Pastorello ressaltou que a cultura de utilizar o meio-fio para estacionamento precisa ser revista, e que a cidade possui poucos estacionamentos públicos adequados. Ele também criticou a falta de estudos de impacto de vizinhança para novos empreendimentos, como o caso da Fapan, que causou problemas de trânsito ao não prever adequadamente o estacionamento, resultando na mudança de mão dupla para mão única em certas ruas, forçando moradores a atravessarem perigosamente a BR. O vereador exemplificou boas práticas com o supermercado Juba, que incluiu um amplo estacionamento em seu projeto, mesmo contra a vontade inicial dos proprietários,





ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

destacando que isso melhorou a experiência dos clientes e atraiu mais pessoas ao estabelecimento. Ele elogiou o Grupo Juba por sua responsabilidade social e adequações, como caixas acessíveis para cadeirantes e atendimento prioritário para autistas, sugerindo que essa responsabilidade deve ser valorizada e replicada em outros empreendimentos na cidade. **Vereadora Mazéh:** A vereadora Mazéh destacou a preocupação com a segurança das crianças que precisam atravessar a BR para ir à escola. Ela mencionou os riscos que essas crianças enfrentam, incluindo acidentes graves, e citou um caso específico de uma menina da Cavahada que quase perdeu a perna. Mazéh enfatizou que muitas crianças ainda não têm a experiência necessária para atravessar a BR de forma segura, especialmente aquelas que andam de bicicleta. Ela apontou que a municipalização e a necessidade de frequentar escolas em outras áreas aumentam os desafios para essas crianças, que precisam sair da segurança de seus bairros. Mazéh ressaltou a importância de encontrar soluções para melhorar a segurança nas travessias mais importantes, garantindo que as crianças possam atravessar de forma segura, seja a pé ou de bicicleta. Ela mencionou que há várias reclamações sobre o perigo dessas travessias, destacando a necessidade urgente de medidas para proteger as crianças. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** mencionou um projeto trazido pelo senador Wellington Fagundes, que prevê a construção de três viadutos na BR em Cáceres. Esses viadutos seriam localizados perto do posto Bandeirantes, na Nossa Senhora do Carmo, e no cruzamento com a José Pinho de Arruda. Segundo Pastorello, esses viadutos são importantes para facilitar o tráfego e evitar acidentes, incluindo aqueles que envolvem crianças. Pastorello destacou que, para garantir a segurança das crianças, o foco deve ser no fornecimento de transporte público coletivo. Ele argumentou que crianças devem ter acesso a ônibus que as levem da proximidade de suas casas até a escola, com pontos de embarque e desembarque próximos, eliminando a necessidade de atravessarem vias perigosas, como a BR, a 7 de Setembro e a Tancredo Neves. Ele criticou soluções paliativas, como a instalação de semáforos e faixas de pedestre, afirmando que elas não resolvem o problema de forma abrangente. Para ele, a implementação de um sistema de transporte público urbano eficiente é a solução adequada para garantir a segurança dos alunos e trabalhadores. **Vereadora Mazéh:** Enfatizou a urgência de resolver o problema das crianças que atravessam vias perigosas, mencionando





**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

que o transporte público pode demorar a ser implementado. Ela sugeriu a inclusão de redutores de velocidade e mais semáforos como soluções emergenciais para garantir a segurança das crianças. Mazéh relatou um incidente recente em que uma criança quase foi atropelada por um caminhão, enfatizando a necessidade de ação imediata. Mazéh expressou angústia ao observar que problemas de segurança no trânsito que existiam quando ela era criança ainda persistem. Ela argumentou que, com o plano diretor prestes a ser aprovado, é crucial encontrar soluções rápidas para proteger as crianças que vão para a escola de bicicleta, sugerindo a adição de medidas de segurança viária ao plano diretor. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Abordou a questão dos quebra-molas e a relação com o plano diretor de desenvolvimento sustentável. Ele explicou que o plano diretor funciona como um guarda-chuva para o plano de mobilidade urbana, onde há previsões específicas, como 14 faixas de pedestres elevadas na Avenida Tancredo Neves. Pastorello destacou a importância de distinguir entre faixas de pedestres elevadas adequadas, conforme normas do CONTRAN, como as presentes na Praça Barão, e faixas "fake", como as encontradas na Avenida dos Estados, onde a calçada não é adequada. Ele enfatizou que faixas de pedestres elevadas são projetadas para acessibilidade, não como redutores de velocidade, ressaltando a necessidade de implementar soluções adequadas de acordo com o plano de mobilidade urbana. **Vereador Rubens Macedo:** Questiona se o Vereador Cézare Pastorello já residia em Cáceres no ano de 2007 e se recorda sobre audiência pública para a construção dos viadutos realizada por um Deputado ou Senador. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Durante a audiência pública sobre o plano diretor de desenvolvimento sustentável destacou a criação do CODEC (Conselho Regional de Desenvolvimento de Cáceres) em 2015, um grupo técnico não político que visava desenvolver projetos para a cidade. Ele mencionou o lobby realizado para manter o status de aeroporto regional de Cáceres, impedindo sua desabilitação, e a importância de projetos como a construção de viadutos e revitalização do aeroporto. Pastorello enfatizou a necessidade de discussões técnicas na política para resolver problemas como o tráfego e mencionou resistências locais contra certas iniciativas, como a construção de viadutos. **Wesley, cidadão:** Cumprimentou a todos e perguntou ao Relator se poderia fazer algumas ponderações. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Confirmou que poderia sim, inclusive já





**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

estava no último slide da apresentação. **Wesley, cidadão:** compartilhou sua experiência pessoal e profissional. Em 2015, ele estava trabalhando em Paraíso do Tocantins em uma obra de reconstrução da BR153, quando foi chamado para Cáceres para trabalhar na revitalização da BR070 devido a problemas de saúde do engenheiro anterior. Ele destacou a importância do plano diretor, citando Palmas como exemplo de uma cidade bem planejada onde os serviços estão acessíveis em todas as quadras. Wesley mencionou desafios enfrentados durante a obra em Cáceres, incluindo problemas com o solo pantanoso e a necessidade de infraestrutura adequada para evitar acidentes. Ele levantou preocupações com o cadastro municipal desatualizado em Cáceres, dificultando a implementação de leis relacionadas à limpeza de terrenos e outros aspectos urbanos. Além disso, Wesley questionou a viabilidade de parcerias para urbanização e infraestrutura fora do perímetro urbano e sugeriu flexibilizações nos requisitos de parcelamento do solo em áreas urbanas para facilitar investimentos privados, especialmente em áreas pequenas onde os requisitos atuais são financeiramente inviáveis. Ele também ressaltou a importância de preservar áreas úmidas para fins de drenagem pluvial, sugerindo o uso dessas áreas para construção de bacias de retenção. Wesley enfatizou a necessidade de equilibrar a urbanização com a preservação ambiental para garantir uma infraestrutura sustentável e eficaz em Cáceres. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Disse que iria responder os cinco questionamentos. **Wesley, cidadão:** Wesley também expressou preocupação com a exclusão da zona de expansão urbana no novo plano diretor. Ele mencionou uma área próxima ao Caranguejão, que está sendo considerada para novos loteamentos, mas agora está fora da zona de expansão urbana definida. Ele argumentou que essa exclusão pode prejudicar o crescimento econômico de Cáceres, especialmente considerando investimentos planejados na área. Ele destacou que a construção civil é um setor crucial para a economia local e que a falta de infraestrutura adequada, como ocorreu no Bairro Santa Rosa, pode sobrecarregar os recursos municipais. Wesley apontou para a necessidade de revisar essa decisão para garantir que novos empreendimentos imobiliários sejam acompanhados de infraestrutura adequada desde o início, evitando ônus adicionais para o município no futuro. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Começou esclarecendo que não existe uma zona de expansão urbana definida no





ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

plano diretor atual. Em vez disso, o plano reconhece duas categorias principais: zona urbana consolidada, onde há densidade populacional e serviços consolidados como pavimentação e serviços públicos, e zona urbana em consolidação, onde há habitação, mas falta infraestrutura completa, como nos bairros Vila Irene e Garces. Pastorello destacou desafios relacionados ao cadastro de áreas e contribuintes, mencionando a necessidade de regularizar matrículas e melhorar o cadastro territorial e de contribuintes para evitar problemas como cobranças indevidas. Ele também ressaltou a importância da permeabilidade do solo e da gestão de águas pluviais, indicando a necessidade de criar áreas de retenção de água para lidar com intensificações climáticas. O vereador discutiu as diretrizes do novo plano diretor quanto ao parcelamento do solo, enfatizando a impossibilidade de compensações no parcelamento sem seguir as normas estabelecidas. Ele mencionou que os equipamentos públicos precisam de áreas adequadas, e que o plano diretor propõe um módulo mínimo de 300 metros para lotes abertos e 200 metros para loteamentos fechados, com possibilidade de ajuste legislativo. Abordou a utilização das áreas municipais para habitação popular, destacando requisitos federais como pavimentação de acessos para financiamento federal. Ele também comentou sobre o uso adequado das áreas municipais, criticando a ocupação de áreas valiosas sem planejamento adequado, como no caso das placas solares, e defendeu o uso das áreas municipais para projetos que atendam às necessidades habitacionais populares. **Wesley, cidadão e engenheiro:** Wesley trouxe à discussão o exemplo de Campo Grande, onde há uma exigência legal de que 25% da área de um terreno seja permeável para permitir a infiltração da água da chuva. Ele destacou que em Cáceres, devido ao solo pantanoso, essa exigência se torna impraticável, sugerindo a necessidade de compensação através de outras medidas. Ele mencionou a cultura nordestina de utilizar cisternas para captação de água da chuva, sugerindo que essa prática poderia ser adotada mais amplamente em Cáceres para reduzir o impacto das chuvas intensas. Wesley propôs a ideia de incentivar a instalação de cisternas nas residências urbanas como uma medida para minimizar o impacto das chuvas e promover a sustentabilidade hídrica na cidade. Ele também discutiu a necessidade de pensar em soluções como jardins de chuva e formas de lidar com grandes volumes de água provenientes de telhados comerciais, que atualmente contribuem para a sobrecarga do sistema de drenagem





ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

urbana. **Vereador Rubens Macedo:** Demonstrou preocupação com a regularização de imóveis no centro histórico de Cáceres, onde nem todas as casas têm a largura mínima exigida de 12 metros para obtenção de escritura. Ele mencionou um exemplo na Avenida José Pinto de Arruda, onde uma casa possui apenas 7 metros de frente. O proprietário construiu um salão comercial na frente, enquanto nos fundos, com apenas 5 metros de largura, ele reside e vendeu a parte restante do terreno. O vereador enfatizou que esta situação dificulta a regularização documental desses imóveis e sugeriu a necessidade de buscar soluções para proteger essas pessoas e facilitar o processo de obtenção de escritura para propriedades que não atendem aos padrões tradicionais de largura mínima. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Cezare Pastorello lembrou ao Vereador Rubens Macedo sobre uma lei aprovada anteriormente na qual o Executivo permitiu a regularização de imóveis, abrindo um prazo para que todas as construções existentes, mesmo aquelas sem o módulo mínimo de permeabilidade exigido, pudessem ser regularizadas. Ele destacou que todas as construções já existentes até o limite do terreno foram contempladas por essa lei, incluindo aquelas com frentes estreitas de 5 metros ou até 3 metros. **Vereador Rubens Macedo:** Disse que alguns imóveis não foram regularizados. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Afirmou que alguns não sabem. O Vereador Cézare Pastorello destacou o respeito aos servidores da casa legislativa e agradeceu pelo apoio na realização das audiências, que foram programadas das 18:30 às 20:30 para melhor atender a todos. Ele ressaltou que todas as intervenções estão sendo registradas em ata para posterior consulta e que qualquer dúvida ou sugestão sobre o projeto pode ser enviada diretamente para a página da Câmara Municipal. Pastorello mencionou também a existência de um campo destinado a receber arquivos, propostas e planos, incentivando a participação ativa da comunidade no processo de elaboração do plano diretor. **Vereador Rubens Macedo:** Questionou sobre a data da votação por causa do recesso parlamentar. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Lembrou ao Vereador Rubens a data do recesso parlamentar, encerrou a audiência agradecendo a participação de todos os presentes e daqueles que acompanharam virtualmente. Ele destacou a importância de continuar o debate e esclarecer dúvidas através das plataformas da câmara e das redes sociais.

Destaque para contribuições e sugestões realizadas durante a audiência:





**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

- a) Wesley propôs a ideia de incentivar a instalação de cisternas nas residências urbanas como uma medida para minimizar o impacto das chuvas e promover a sustentabilidade hídrica na cidade.

Registro que o vídeo completo referente à presente audiência se encontra acessível no site: [Audiência Pública - Discussão do Plano Diretor 27/06/2024](#).





**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI nº 79/2023- PLANO
DIRETOR PARTICIPATIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO MUNICIPIO DE
CÁCERES– DO DIA 27/06/2024 (quinta-feira)**

PRESENTES:

LUIZ LANDIN- Vereador

MAZÉH- Vereadora

RUBENS MACEDO- Vereador

ISAIAS BEZERRA: Vereador

OCORRÊNCIAS

No dia vinte e sete de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, às dezoito horas e trinta minutos, no plenário da Câmara Municipal de Cáceres, situada na rua Coronel José Dulce, s/n, Centro, Cáceres-MT, foi realizada a quinta Audiência Pública para discussão do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Cáceres (Projeto de Lei Complementar nº 79 de 12 de setembro de 2023), organizada e conduzida pelo relator Vereador Cézare Pastorello-PT. Aberta a audiência o vereador Cézare Pastorello iniciou sua fala reconhecendo a presença dos colegas vereadores, servidores e cidadãos, agradecendo especialmente a participação ativa de José Mendes. Ele explicou que a audiência trataria da penúltima sessão de apresentação do plano diretor de desenvolvimento sustentável, destacando a importância dos temas que impactarão o futuro dos empreendimentos na cidade. Pastorello ressaltou a necessidade de incluir estudos de impacto de vizinhança para novos empreendimentos, como universidades e grandes lojas, que devem se preocupar com o impacto no estacionamento e na vizinhança. Ele destacou a importância do PEUC (Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios), que visa garantir que terrenos e imóveis subutilizados sejam edificados ou utilizados, evitando a especulação imobiliária. Pastorello mencionou o problema de grandes áreas não desenvolvidas na cidade e a necessidade de políticas como o IPTU progressivo para incentivar a utilização desses terrenos. O vereador explicou o conceito de "direito de preferência," onde o município terá a prioridade na compra de imóveis em áreas de interesse social e ambiental, garantindo melhor utilização dos recursos públicos. Ele também discutiu o "direito de construir," permitindo que proprietários transfiram direitos de construção de um imóvel para outro, preservando áreas e beneficiando o conjunto urbanístico da cidade.





ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

Pastorello encerrou destacando a importância de garantir espaços públicos, como praças e áreas para equipamentos públicos, em novos loteamentos, proibindo a prática de compensação que permitia loteamentos sem infraestrutura adequada. Ele reafirmou o compromisso de melhorar a qualidade de vida na cidade, garantindo que os novos empreendimentos atendam às necessidades da população. Ele finalizou lembrando que todas as apresentações e discussões estarão disponíveis na página da câmara e convidou todos a participarem das próximas audiências, reforçando o compromisso com a transparência e a participação pública no processo de desenvolvimento urbano. **Vereadora Mazéh:** A vereadora Mazéh iniciou sua fala cumprimentando os presentes, incluindo assessores e vereadores. Ela fez uma pergunta direcionada a Cézare sobre as edificações, especialmente em relação às construções do programa "Minha Casa Minha Vida." Mazéh mencionou que, em algumas cidades, como Rondonópolis, os conjuntos habitacionais são construídos em grandes quantidades em um único local, enquanto em outros lugares, as construções são feitas em etapas e distribuídas por diferentes áreas da cidade. Ela expressou preocupação com a possibilidade de em Cáceres não haver terrenos centralizados suficientes para abrigar grandes quantidades de casas previstas pelo programa, resultando em residenciais sendo construídos em áreas menos desejadas ou periféricas. Mazéh sugeriu que o plano diretor deveria considerar uma forma de garantir que esses novos conjuntos habitacionais pudessem ser construídos em áreas mais centralizadas, ou que houvesse a possibilidade de vender ou trocar terrenos para conseguir melhores localizações para as construções. A vereadora destacou a importância de planejar as construções de maneira a evitar a marginalização dos moradores e garantir que eles tenham acesso a áreas mais centrais e desenvolvidas da cidade. Ela finalizou sua fala enfatizando a necessidade de incorporar essas considerações no plano diretor para melhorar a qualidade de vida dos futuros moradores dos conjuntos habitacionais. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** O vereador Cézare Pastorello destacou a importância de garantir que as áreas de interesse social sejam prioritariamente adquiridas pelo município, utilizando o direito de preferência e o instituto da desapropriação. Ele ressaltou a vantagem atual de contar com o apoio do governo federal para a construção de habitações populares, mencionando a possibilidade de criar loteamentos populares tanto para casas quanto para





ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

prédios. Cézare explicou que o programa "Minha Casa Minha Vida" é executado por empresas privadas habilitadas pela Caixa Econômica, e a localização e densidade das construções dependem dessas empresas. Ele propôs que, em vez de construir grandes conjuntos habitacionais em áreas afastadas, as casas sejam construídas em terrenos vazios dentro de bairros já existentes, aproveitando a infraestrutura já presente nesses locais. O vereador enfatizou a necessidade de adensamento urbano para evitar a expansão desordenada da cidade e melhorar o uso dos serviços públicos existentes. Ele destacou a importância de implementar o parcelamento, edificação e utilização compulsória (PEUC) para terrenos não utilizados ou subutilizados, incentivando proprietários a desenvolver esses terrenos ou enfrentarem desapropriação. Cézare mencionou a necessidade de operações urbanas consorciadas, onde o poder público e privado trabalham juntos para o desenvolvimento urbano. Ele também abordou a questão do IPTU progressivo, que aumenta a carga tributária sobre terrenos não utilizados para incentivar seu desenvolvimento. Por fim, o vereador sublinhou que todas essas ações e instrumentos visam promover um crescimento urbano sustentável e organizado, beneficiando a cidade e seus habitantes a longo prazo. **Vereador Rubens Macedo:** Lembrou que o IPTU progressivo está no Código Tributário. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Abordou a importância do plano diretor em relação ao Código Tributário, destacando que o IPTU progressivo, já previsto no Código Tributário, é uma ferramenta essencial para o ordenamento urbano. Ele explicou que, atualmente, o IPTU progressivo pode ser estabelecido por decreto do prefeito, o que pode levar a decisões arbitrárias. Com a aprovação do plano diretor, a incidência do IPTU progressivo será regulada por lei e aplicada em zonas de especial interesse social, garantindo um processo mais transparente e democrático. Cézare também explicou o processo de desapropriação para terrenos não utilizados. Se um proprietário não desenvolver o terreno após ser notificado e não pagar o IPTU progressivo, o município pode desapropriar a área, pagando ao proprietário com títulos de dívida pública, que são remunerados a 6% ao ano. Isso incentiva os proprietários a desenvolverem suas propriedades em vez de deixá-las ociosas. Além disso, ele mencionou a possibilidade de operações urbanas consorciadas e consórcios imobiliários, onde o poder público e privado colaboram para o desenvolvimento urbano. Isso pode incluir projetos como





ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

pavimentação participativa, onde os custos e benefícios são compartilhados entre o município e os proprietários. Cézare enfatizou que o objetivo do plano diretor é promover um adensamento urbano sustentável, aproveitando melhor a infraestrutura existente e evitando a expansão desordenada da cidade. Ele concluiu destacando a importância de um processo legislativo robusto e transparente para implementar essas políticas de desenvolvimento urbano. **Vereador Luiz Landim, presidente da Câmara Municipal:** O vereador Luiz Landim enfatizou a importância de garantir que o plano diretor promova o desenvolvimento ordenado e de qualidade na cidade. Ele deu o exemplo das farmácias de grandes redes que, pensando no bem-estar do cliente, sempre incluem estacionamento em seus estabelecimentos. Esse tipo de planejamento, comum em grandes centros, visa oferecer uma estrutura adequada e conveniente para os clientes. Landim reforçou que o plano diretor não tem a intenção de engessar o crescimento da cidade, mas sim de desenvolvê-la de maneira organizada, respeitando os requisitos necessários para uma expansão sustentável. Ele destacou que é crucial comunicar isso claramente à população, que já começou a criticar o plano diretor, para evitar mal-entendidos. O objetivo é garantir que a cidade cresça de maneira ordenada, evitando o caos e os problemas associados ao crescimento desordenado.

Vereador Cézare Pastorello, relator: Destacou a importância de planejamento e infraestrutura adequada para empreendimentos na cidade, usando o exemplo de farmácias de rede que sempre incluem estacionamento para melhorar a experiência dos clientes. Ele mencionou uma situação que vivenciou ao chegar em Cáceres em 2007, onde viu vagas de estacionamento reservadas para donos de lojas, algo que achou inusitado e indicativo da cultura local de uso do meio-fio como estacionamento. Pastorello ressaltou que a cultura de utilizar o meio-fio para estacionamento precisa ser revista, e que a cidade possui poucos estacionamentos públicos adequados. Ele também criticou a falta de estudos de impacto de vizinhança para novos empreendimentos, como o caso da Fapan, que causou problemas de trânsito ao não prever adequadamente o estacionamento, resultando na mudança de mão dupla para mão única em certas ruas, forçando moradores a atravessarem perigosamente a BR. O vereador exemplificou boas práticas com o supermercado Juba, que incluiu um amplo estacionamento em seu projeto, mesmo contra a vontade inicial dos proprietários,





**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

destacando que isso melhorou a experiência dos clientes e atraiu mais pessoas ao estabelecimento. Ele elogiou o Grupo Juba por sua responsabilidade social e adequações, como caixas acessíveis para cadeirantes e atendimento prioritário para autistas, sugerindo que essa responsabilidade deve ser valorizada e replicada em outros empreendimentos na cidade. **Vereadora Mazéh:** A vereadora Mazéh destacou a preocupação com a segurança das crianças que precisam atravessar a BR para ir à escola. Ela mencionou os riscos que essas crianças enfrentam, incluindo acidentes graves, e citou um caso específico de uma menina da Cavahada que quase perdeu a perna. Mazéh enfatizou que muitas crianças ainda não têm a experiência necessária para atravessar a BR de forma segura, especialmente aquelas que andam de bicicleta. Ela apontou que a municipalização e a necessidade de frequentar escolas em outras áreas aumentam os desafios para essas crianças, que precisam sair da segurança de seus bairros. Mazéh ressaltou a importância de encontrar soluções para melhorar a segurança nas travessias mais importantes, garantindo que as crianças possam atravessar de forma segura, seja a pé ou de bicicleta. Ela mencionou que há várias reclamações sobre o perigo dessas travessias, destacando a necessidade urgente de medidas para proteger as crianças. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** mencionou um projeto trazido pelo senador Wellington Fagundes, que prevê a construção de três viadutos na BR em Cáceres. Esses viadutos seriam localizados perto do posto Bandeirantes, na Nossa Senhora do Carmo, e no cruzamento com a José Pinho de Arruda. Segundo Pastorello, esses viadutos são importantes para facilitar o tráfego e evitar acidentes, incluindo aqueles que envolvem crianças. Pastorello destacou que, para garantir a segurança das crianças, o foco deve ser no fornecimento de transporte público coletivo. Ele argumentou que crianças devem ter acesso a ônibus que as levem da proximidade de suas casas até a escola, com pontos de embarque e desembarque próximos, eliminando a necessidade de atravessarem vias perigosas, como a BR, a 7 de Setembro e a Tancredo Neves. Ele criticou soluções paliativas, como a instalação de semáforos e faixas de pedestre, afirmando que elas não resolvem o problema de forma abrangente. Para ele, a implementação de um sistema de transporte público urbano eficiente é a solução adequada para garantir a segurança dos alunos e trabalhadores. **Vereadora Mazéh:** Enfatizou a urgência de resolver o problema das crianças que atravessam vias perigosas, mencionando





**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

que o transporte público pode demorar a ser implementado. Ela sugeriu a inclusão de redutores de velocidade e mais semáforos como soluções emergenciais para garantir a segurança das crianças. Mazéh relatou um incidente recente em que uma criança quase foi atropelada por um caminhão, enfatizando a necessidade de ação imediata. Mazéh expressou angústia ao observar que problemas de segurança no trânsito que existiam quando ela era criança ainda persistem. Ela argumentou que, com o plano diretor prestes a ser aprovado, é crucial encontrar soluções rápidas para proteger as crianças que vão para a escola de bicicleta, sugerindo a adição de medidas de segurança viária ao plano diretor. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Abordou a questão dos quebra-molas e a relação com o plano diretor de desenvolvimento sustentável. Ele explicou que o plano diretor funciona como um guarda-chuva para o plano de mobilidade urbana, onde há previsões específicas, como 14 faixas de pedestres elevadas na Avenida Tancredo Neves. Pastorello destacou a importância de distinguir entre faixas de pedestres elevadas adequadas, conforme normas do CONTRAN, como as presentes na Praça Barão, e faixas "fake", como as encontradas na Avenida dos Estados, onde a calçada não é adequada. Ele enfatizou que faixas de pedestres elevadas são projetadas para acessibilidade, não como redutores de velocidade, ressaltando a necessidade de implementar soluções adequadas de acordo com o plano de mobilidade urbana. **Vereador Rubens Macedo:** Questiona se o Vereador Cézare Pastorello já residia em Cáceres no ano de 2007 e se recorda sobre audiência pública para a construção dos viadutos realizada por um Deputado ou Senador. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Durante a audiência pública sobre o plano diretor de desenvolvimento sustentável destacou a criação do CODEC (Conselho Regional de Desenvolvimento de Cáceres) em 2015, um grupo técnico não político que visava desenvolver projetos para a cidade. Ele mencionou o lobby realizado para manter o status de aeroporto regional de Cáceres, impedindo sua desabilitação, e a importância de projetos como a construção de viadutos e revitalização do aeroporto. Pastorello enfatizou a necessidade de discussões técnicas na política para resolver problemas como o tráfego e mencionou resistências locais contra certas iniciativas, como a construção de viadutos. **Wesley, cidadão:** Cumprimentou a todos e perguntou ao Relator se poderia fazer algumas ponderações. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Confirmou que poderia sim, inclusive já





ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

estava no último slide da apresentação. **Wesley, cidadão:** compartilhou sua experiência pessoal e profissional. Em 2015, ele estava trabalhando em Paraíso do Tocantins em uma obra de reconstrução da BR153, quando foi chamado para Cáceres para trabalhar na revitalização da BR070 devido a problemas de saúde do engenheiro anterior. Ele destacou a importância do plano diretor, citando Palmas como exemplo de uma cidade bem planejada onde os serviços estão acessíveis em todas as quadras. Wesley mencionou desafios enfrentados durante a obra em Cáceres, incluindo problemas com o solo pantanoso e a necessidade de infraestrutura adequada para evitar acidentes. Ele levantou preocupações com o cadastro municipal desatualizado em Cáceres, dificultando a implementação de leis relacionadas à limpeza de terrenos e outros aspectos urbanos. Além disso, Wesley questionou a viabilidade de parcerias para urbanização e infraestrutura fora do perímetro urbano e sugeriu flexibilizações nos requisitos de parcelamento do solo em áreas urbanas para facilitar investimentos privados, especialmente em áreas pequenas onde os requisitos atuais são financeiramente inviáveis. Ele também ressaltou a importância de preservar áreas úmidas para fins de drenagem pluvial, sugerindo o uso dessas áreas para construção de bacias de retenção. Wesley enfatizou a necessidade de equilibrar a urbanização com a preservação ambiental para garantir uma infraestrutura sustentável e eficaz em Cáceres. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Disse que iria responder os cinco questionamentos. **Wesley, cidadão:** Wesley também expressou preocupação com a exclusão da zona de expansão urbana no novo plano diretor. Ele mencionou uma área próxima ao Caranguejão, que está sendo considerada para novos loteamentos, mas agora está fora da zona de expansão urbana definida. Ele argumentou que essa exclusão pode prejudicar o crescimento econômico de Cáceres, especialmente considerando investimentos planejados na área. Ele destacou que a construção civil é um setor crucial para a economia local e que a falta de infraestrutura adequada, como ocorreu no Bairro Santa Rosa, pode sobrecarregar os recursos municipais. Wesley apontou para a necessidade de revisar essa decisão para garantir que novos empreendimentos imobiliários sejam acompanhados de infraestrutura adequada desde o início, evitando ônus adicionais para o município no futuro. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Começou esclarecendo que não existe uma zona de expansão urbana definida no





**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

plano diretor atual. Em vez disso, o plano reconhece duas categorias principais: zona urbana consolidada, onde há densidade populacional e serviços consolidados como pavimentação e serviços públicos, e zona urbana em consolidação, onde há habitação, mas falta infraestrutura completa, como nos bairros Vila Irene e Garces. Pastorello destacou desafios relacionados ao cadastro de áreas e contribuintes, mencionando a necessidade de regularizar matrículas e melhorar o cadastro territorial e de contribuintes para evitar problemas como cobranças indevidas. Ele também ressaltou a importância da permeabilidade do solo e da gestão de águas pluviais, indicando a necessidade de criar áreas de retenção de água para lidar com intensificações climáticas. O vereador discutiu as diretrizes do novo plano diretor quanto ao parcelamento do solo, enfatizando a impossibilidade de compensações no parcelamento sem seguir as normas estabelecidas. Ele mencionou que os equipamentos públicos precisam de áreas adequadas, e que o plano diretor propõe um módulo mínimo de 300 metros para lotes abertos e 200 metros para loteamentos fechados, com possibilidade de ajuste legislativo. Abordou a utilização das áreas municipais para habitação popular, destacando requisitos federais como pavimentação de acessos para financiamento federal. Ele também comentou sobre o uso adequado das áreas municipais, criticando a ocupação de áreas valiosas sem planejamento adequado, como no caso das placas solares, e defendeu o uso das áreas municipais para projetos que atendam às necessidades habitacionais populares. **Wesley, cidadão e engenheiro:** Wesley trouxe à discussão o exemplo de Campo Grande, onde há uma exigência legal de que 25% da área de um terreno seja permeável para permitir a infiltração da água da chuva. Ele destacou que em Cáceres, devido ao solo pantanoso, essa exigência se torna impraticável, sugerindo a necessidade de compensação através de outras medidas. Ele mencionou a cultura nordestina de utilizar cisternas para captação de água da chuva, sugerindo que essa prática poderia ser adotada mais amplamente em Cáceres para reduzir o impacto das chuvas intensas. Wesley propôs a ideia de incentivar a instalação de cisternas nas residências urbanas como uma medida para minimizar o impacto das chuvas e promover a sustentabilidade hídrica na cidade. Ele também discutiu a necessidade de pensar em soluções como jardins de chuva e formas de lidar com grandes volumes de água provenientes de telhados comerciais, que atualmente contribuem para a sobrecarga do sistema de drenagem





**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

urbana. **Vereador Rubens Macedo:** Demonstrou preocupação com a regularização de imóveis no centro histórico de Cáceres, onde nem todas as casas têm a largura mínima exigida de 12 metros para obtenção de escritura. Ele mencionou um exemplo na Avenida José Pinto de Arruda, onde uma casa possui apenas 7 metros de frente. O proprietário construiu um salão comercial na frente, enquanto nos fundos, com apenas 5 metros de largura, ele reside e vendeu a parte restante do terreno. O vereador enfatizou que esta situação dificulta a regularização documental desses imóveis e sugeriu a necessidade de buscar soluções para proteger essas pessoas e facilitar o processo de obtenção de escritura para propriedades que não atendem aos padrões tradicionais de largura mínima. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Cezare Pastorello lembrou ao Vereador Rubens Macedo sobre uma lei aprovada anteriormente na qual o Executivo permitiu a regularização de imóveis, abrindo um prazo para que todas as construções existentes, mesmo aquelas sem o módulo mínimo de permeabilidade exigido, pudessem ser regularizadas. Ele destacou que todas as construções já existentes até o limite do terreno foram contempladas por essa lei, incluindo aquelas com frentes estreitas de 5 metros ou até 3 metros. **Vereador Rubens Macedo:** Disse que alguns imóveis não foram regularizados. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Afirmou que alguns não sabem. O Vereador Cézare Pastorello destacou o respeito aos servidores da casa legislativa e agradeceu pelo apoio na realização das audiências, que foram programadas das 18:30 às 20:30 para melhor atender a todos. Ele ressaltou que todas as intervenções estão sendo registradas em ata para posterior consulta e que qualquer dúvida ou sugestão sobre o projeto pode ser enviada diretamente para a página da Câmara Municipal. Pastorello mencionou também a existência de um campo destinado a receber arquivos, propostas e planos, incentivando a participação ativa da comunidade no processo de elaboração do plano diretor. **Vereador Rubens Macedo:** Questionou sobre a data da votação por causa do recesso parlamentar. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Lembrou ao Vereador Rubens a data do recesso parlamentar, encerrou a audiência agradecendo a participação de todos os presentes e daqueles que acompanharam virtualmente. Ele destacou a importância de continuar o debate e esclarecer dúvidas através das plataformas da câmara e das redes sociais.

Destaque para contribuições e sugestões realizadas durante a audiência:





ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

- a) Wesley propôs a ideia de incentivar a instalação de cisternas nas residências urbanas como uma medida para minimizar o impacto das chuvas e promover a sustentabilidade hídrica na cidade.

Registro que o vídeo completo referente à presente audiência se encontra acessível no site: [Audiência Pública - Discussão do Plano Diretor 27/06/2024](#).





**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI nº 79/2023- PLANO
DIRETOR PARTICIPATIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO MUNICIPIO DE
CÁCERES– DO DIA 04/07/2024 (quinta-feira)**

PRESENTES:

LUIZ LANDIN- Vereador

MAZÉH- Vereadora

RUBENS MACEDO- Vereador

OCORRÊNCIAS

No dia quatro de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, às dezoito horas e trinta minutos, no plenário da Câmara Municipal de Cáceres, situada na rua Coronel José Dulce, s/n, Centro, Cáceres-MT, foi realizada a sexta e última Audiência Pública para discussão do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Cáceres (Projeto de Lei Complementar nº 79 de 12 de setembro de 2023), organizada e conduzida pelo relator Vereador Cézare Pastorello-PT. Iniciada a audiência o vereador destacou que a apresentação deste dia foi mais breve, pois esperava-se uma participação significativa do público para discutir o plano em sua totalidade. O Plano Diretor é uma legislação complementar à Lei Orgânica Municipal e engloba várias outras leis específicas, como o Código Tributário Municipal e o Plano de Mobilidade Urbana. A discussão deste dia focou em corrigir eventuais erros no texto do plano, sem alterar sua estrutura principal. O capítulo discutido abordou principalmente as políticas públicas para o desenvolvimento social e econômico, incluindo aspectos culturais, de saúde, lazer, além de gestão tributária, fiscal e ordenamento do território. O vereador comparou esse capítulo do Plano Diretor com um plano de governo, ressaltando que ambos compartilham a característica de serem documentos amplos e genéricos, que delineiam as intenções e metas sem entrar em detalhes operacionais específicos. **Vereador Luiz Landin, Presidente da Câmara Municipal:** Questionou ao Vereador Cézare o que acontece caso o Prefeito faça um plano de governo sem obedecer ao Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Pastorello criticou a ausência de alguns candidatos a prefeito nas audiências públicas e expressou sua preocupação com a falta de conhecimento e comprometimento com a cogência do Plano Diretor. Ele enfatizou que o Plano Diretor é uma legislação obrigatória que o município deve seguir estritamente, e qualquer candidato que não o compreenda ou ignore suas diretrizes demonstra incompetência para governar. Pastorello destacou que o Plano Diretor atual deve ser seguido sem desvios pelos próximos 10 anos, pois qualquer alteração sem justificativa legal seria ilegal. Ele exemplificou com a votação do Código Tributário Municipal antes da conclusão do Plano Diretor, ressaltando a importância de seguir a ordem legislativa para garantir a coerência e eficácia das políticas municipais. Além disso, ele abordou a necessidade de cadastramento imobiliário periódico, estabelecido pelo Plano Diretor, e a integração das políticas públicas de cultura, esporte e lazer como fundamentais para o desenvolvimento social. Ele também mencionou a importância da fiscalização eficaz dos recursos públicos, destacando o papel das ouvidorias para monitorar a aplicação dos recursos vinculados, como os da saúde e da educação. **Vereador Luiz Landin, Presidente da Câmara**





ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

Municipal: Luiz Landim expressou uma preocupação significativa em relação à educação na zona rural de Cáceres. Ele destacou que há um declínio no número de crianças matriculadas nas escolas rurais, o que levanta questões sobre como garantir a permanência e o acesso dessas crianças à educação. Landim mencionou que muitas crianças precisam percorrer longas distâncias diariamente, até 10.000 a 11.000 km por dia em ônibus escolares, o que evidencia os desafios logísticos enfrentados. O vereador expressou preocupação com a possibilidade de fechamento de escolas devido à baixa frequência de alunos, enfatizando a importância de discutir alternativas viáveis para manter o acesso à educação na zona rural. Ele destacou que o município enfrenta o desafio de assegurar que essas crianças tenham condições adequadas para frequentar a escola, incluindo o transporte eficiente e seguro. Landim enfatizou que a educação em Cáceres enfrenta grandes desafios, especialmente na zona rural, e concluiu que é necessário um debate amplo e estratégias eficazes para enfrentar esses problemas educacionais.

Vereadora Mazéh: A vereadora Mazéh destacou durante a audiência pública sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento a importância crucial da educação em Cáceres. Ela concordou com o vereador Luiz Landim sobre os desafios enfrentados pelas crianças na zona rural, onde muitas delas precisam percorrer longas distâncias diárias para acessar a escola, às vezes em condições inadequadas de transporte. Mazéh enfatizou que o fechamento de escolas nessas áreas agrava ainda mais o problema, especialmente para alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, incluindo aqueles com deficiências que compartilham os mesmos ônibus, resultando em condições desconfortáveis e contribuindo para a evasão escolar. Ela mencionou a falta de precisão nos números fornecidos pela Secretaria de Educação, destacando que muitas vezes esses dados não refletem a realidade das condições enfrentadas pelos estudantes. Mazéh trouxe à tona também problemas na zona urbana, como o aumento da evasão escolar entre alunos de comunidades específicas, como Jardim Aeroporto, Gabriel e Tancredo Neves, onde as faltas são frequentes e podem até afetar benefícios como o Bolsa Família. A vereadora concluiu chamando a atenção para a necessidade urgente de discutir e implementar medidas concretas no Plano Diretor que abordem essas questões educacionais tanto na zona rural quanto na urbana, visando melhorar as condições de acesso e permanência dos estudantes nas escolas municipais de Cáceres.

Vereador Cézare Pastorello, relator: abordou a distinção entre o Plano Diretor e o Plano Plurianual (PPA), enfatizando que objetivos como a instalação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), creches e unidades escolares devem ser tratados no PPA, não no Plano Diretor. Ele destacou a responsabilidade dos gestores públicos em fornecer informações precisas quando solicitadas, ressaltando que divergências nesses dados podem configurar crime de responsabilidade e resultar no afastamento imediato do cargo. Pastorello também mencionou a interdependência entre o transporte público urbano coletivo e a eficácia dos serviços públicos, como educação e assistência social. Ele argumentou que a falta de transporte adequado na cidade limita o acesso das pessoas aos serviços, mesmo que haja uma ampliação na oferta de CRAS. A descentralização dos serviços sociais, segundo ele, não é apenas uma questão de distribuição geográfica, mas sim de garantir acesso equitativo através de um sistema de transporte público funcional. O vereador sublinhou a necessidade de compreender a assistência social para além da distribuição de cestas básicas, enfatizando que o transporte público é crucial para universalizar o acesso a esses serviços. Ele concluiu que





ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

sem um transporte público eficiente, dobrar ou triplicar o número de centros de assistência social não resolverá os problemas de acesso e eficiência desses serviços. **Assistente Social Denise:** Abordou a distinção entre segurança alimentar nutricional e assistência social. Ela ressaltou que a segurança alimentar nutricional visa garantir o direito à alimentação digna e estável para todos, enquanto a assistência social oferece cestas básicas como um benefício eventual, destinado a emergências temporárias. Denise enfatizou que, devido às condições socioeconômicas precárias e à distribuição desigual de renda no país, muitas pessoas enfrentam dificuldades constantes para garantir alimentação adequada, transformando o acesso a esses benefícios em algo cotidiano. Ela alertou para a importância de diferenciar e fortalecer políticas públicas que abordem de maneira contínua a segurança alimentar nutricional, até que as pessoas possam sair dessas condições de vulnerabilidade econômica. Denise evidenciou a necessidade de uma valorização contínua da segurança alimentar nutricional, especialmente após períodos em que essa questão foi negligenciada por gestões anteriores. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Enfatizou a importância da segurança alimentar e da assistência social como pilares fundamentais para garantir a dignidade das pessoas. Ele destacou a iniciativa de recriar o Conselho Municipal de Segurança Alimentar, anteriormente desativado, como um marco para fortalecer políticas locais nessa área. Pastorello também mencionou a Lei 13.935, que possibilita a presença de assistentes sociais nas escolas, permitindo diagnósticos precoces e organizados das necessidades das famílias. Ele argumentou que é essencial minimizar a dependência contínua das políticas assistenciais, promovendo a autonomia das pessoas para garantir sua própria segurança alimentar. O vereador expressou otimismo ao mencionar recordes de adesão aos programas sociais, reconhecendo que, embora ainda haja desafios significativos, como os 10 milhões de pessoas em situação de fome no país, é possível transformar essa realidade através do acesso efetivo às políticas públicas. Ele ressaltou que muitas pessoas, uma vez beneficiadas pela segurança alimentar e outras políticas sociais, eventualmente conseguem se desvincular dos programas assistenciais, evidenciando um ciclo positivo de inclusão e melhoria de condições de vida. **Vereador Rubens Macedo:** O Vereador Rubens Macedo expressou preocupação com os dados apresentados durante a audiência. Ele questionou se os números mencionados de 52.000 pessoas no cadastro único eram precisos, destacando a importância de verificar a veracidade das informações. O vereador também comentou sobre a natureza política do evento, mencionando que há 30 anos discutia-se temas como ZPE e a saída para o Pacífico, agora percebendo uma abordagem diferente. **Vereador Cézare Pastorello – relator:** O Vereador Cézare Pastorello contestou os dados mencionados sobre o número de famílias beneficiárias, esclarecendo que Cáceres possui apenas cerca de 28.000 economias registradas, o que contradiz a afirmação de 52.000 famílias no cadastro único. Ele enfatizou que todas essas economias têm acesso limitado à água encanada, indicando a impossibilidade de haver 52.000 famílias nessas condições. **Denise, assistente social:** Denise destacou que aproximadamente 10% das famílias registradas no cadastro único estão na linha de pobreza, uma situação alarmante para o município. Ela enfatizou a necessidade de intensificar não apenas os serviços de assistência social, mas também de melhorar a integração com outras políticas públicas que muitas vezes falham. Denise reconheceu que a falta de informação é um grande obstáculo para muitos que buscam acessar seus direitos por meio da assistência social, o que contribui





ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CÁ CERES

para a confusão sobre seu papel e função. Ela argumentou que, idealmente, o município deveria ter seis Centros de Referência de Assistência Social (Cras) para atender adequadamente à demanda da população na linha de pobreza registrada no cadastro único. No entanto, reconheceu que, no momento, apenas quatro Cras são insuficientes para cobrir os 52 bairros e mais de 100 comunidades rurais da cidade. Denise expressou preocupação com a vulnerabilidade social das pessoas devido a essas deficiências estruturais.

Denise mencionou a importância de uma articulação mais efetiva da assistência social com outras políticas públicas para proporcionar uma proteção mais adequada e eficaz às pessoas necessitadas. Ela expressou esperança na recém-aprovada política municipal de assistência social como um passo positivo em direção a um futuro mais promissor para a população em dificuldade, embora reconheça que há muito trabalho a ser feito para alcançar melhores condições sociais. **Vereador Cézare Pastorello – relator:** Cézare Pastorello destacou que em 2005 foram criados dois Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) em Cáceres, conforme estabelecido pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), criado em 2004. Desde então, esses dois CRAS são os únicos em operação na cidade. No entanto, ele ressaltou que os dados atuais indicam a necessidade de pelo menos seis unidades para garantir uma cobertura adequada dos territórios, incluindo áreas rurais.

O vereador enfatizou a importância de equipes volantes para atender comunidades rurais de forma mais eficiente, garantindo acesso aos serviços sociais necessários. Ele destacou a defasagem entre a demanda crescente e a capacidade atual dos CRAS em atender as necessidades da população, especialmente em áreas mais afastadas e vulneráveis do município. **Vereadora Mazéh Silva:** Mazéh Silva expressou concordância com o vereador Rubinho, enfatizando que ela não ficou surpresa com os dados apresentados. Ela mencionou que seu gabinete realiza um trabalho essencial de facilitação de acesso à informação para aqueles que buscam atendimento, muitas vezes ajudando pessoas que não sabem onde buscar assistência. Ela compartilhou um caso específico de um senhor brasileiro casado com uma boliviana, destacando as dificuldades enfrentadas por famílias em situações vulneráveis, incluindo aqueles que buscam tratamentos médicos em Cáceres e enfrentam problemas habitacionais graves, como viver em casas abandonadas às margens dos rios. Além disso, Mazéh mencionou que a cidade recebe uma quantidade significativa de pessoas de áreas de fronteira e outras regiões próximas, destacando que muitos estão em condições precárias, com quase 30% da população vivendo com menos de R\$ 10 por dia. Ela reconheceu a subnotificação desses casos e elogiou o esforço da assistência social em proporcionar apoio mesmo em condições adversas, referindo-se à expressão "tirar leite de pedra". A vereadora enfatizou a importância do trabalho das mulheres negras no coletivo, que enfrentam desafios significativos como mães solo e dependem fortemente da assistência social devido à falta de outros suportes. **Vereador Rubens Macedo:** Rubens Macedo expressou preocupação com os critérios de definição da linha de pobreza, contrastando os dados de pessoas vivendo com R\$ 10 por dia com o auxílio federal de R\$ 650, que aumenta para R\$ 800 para quem tem filhos. Ele questionou se alguém com direito a esse auxílio poderia ser considerado acima da linha de pobreza, dada essa disparidade nos valores. O vereador destacou a necessidade de maior clareza e coesão nos critérios de avaliação socioeconômica para garantir que o suporte governamental realmente atenda às necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade





**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

econômica. **Vereador Cézare Pastorello – relator:** Cézare Pastorello utilizou uma metáfora com biscoitos para ilustrar desigualdades sociais e a necessidade de taxaço dos bilionários. Ele comparou a distribuição de recursos onde um bilionário retém a maior parte dos "biscoitos", deixando apenas um para o trabalhador e alertando sobre a competição injusta entre classes sociais. Pastorello enfatizou a importância da redistribuição de riqueza como medida essencial para promover maior equidade social. **Denise, assistente social:** Denise explicou o funcionamento do benefício de transferência de renda, esclarecendo que ele não é considerado como parte da renda familiar na avaliação de pobreza. Ela ilustrou com um exemplo, onde o benefício não é contado na renda per capita da família ao serem feitas as avaliações de necessidade. Denise enfatizou que o objetivo do programa é ajudar as famílias a melhorar suas condições até que possam se sustentar independentemente, através de empregos e melhores condições de vida. **Vereador Cézare Pastorello – relator:** Cézare Pastorello discutiu a necessidade de taxar os bilionários para redistribuir a riqueza de forma mais equitativa. Usando uma analogia com biscoitos, ele explicou que os bilionários retém a maior parte dos recursos enquanto alertam os trabalhadores sobre o socialista "de olho no seu biscoito". Ele criticou a falta de presença dos especialistas que propuseram soluções como o cultivo de açafrao como a salvação econômica de Cáceres, questionando a validade dessas propostas sem terem sido discutidas em audiências públicas. Pastorello destacou a importância de um plano diretor bem elaborado, apoiado por estudos acadêmicos, para guiar o desenvolvimento econômico municipal de forma sustentável e inclusiva, enfatizando que políticas devem ser fundamentadas em dados concretos e considerar as necessidades locais. **Luiz Landim:** Luiz Landim iniciou agradecendo aos presentes, destacando a importância de conhecer bem a lei para evitar informações incorretas. Elogiou o trabalho de Denise e destacou a seriedade do processo de discussão do plano diretor, que será votado antes do recesso. Landim pediu aos vereadores Rubens Macedo, Mazé Landim e Cézare Pastorello que revisem o plano e estejam preparados para a votação, respeitando os pedidos de vista dos colegas. Enfatizou a importância do plano diretor para o desenvolvimento da cidade, lembrando das audiências públicas realizadas e da participação da sociedade. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Cézare Pastorello destacou que o plano diretor esteve em discussão desde 2018-19 e chegou à versão final sem erros apontados durante as audiências públicas. Ele mencionou que não foram identificados problemas significativos que exigissem emendas ao plano. Pastorello enfatizou que o relatório especial compilou todas as atas e não haverá emendas propostas. Ele ressaltou a importância do plano diretor para os próximos 10 anos e agradeceu a presença e participação dos cidadãos e vereadores durante o processo de discussão. **Vereador Rubens Macedo:** Rubens Macedo iniciou seu encerramento fazendo referência aos compromissos cumpridos pelo presidente da Câmara e destacou a importância administrativa em seguir as exigências do Tribunal de Contas. Ele lembrou as dificuldades enfrentadas ao aprovar leis essenciais como o Código Tributário e a reforma da Previdência durante sua gestão como presidente. Macedo elogiou o trabalho do relator, vereador Cézare Pastorello, pela dedicação e conhecimento demonstrados durante as audiências do plano diretor, enfatizando a importância de ter um relator competente sem custos adicionais para o legislativo. Ele agradeceu também à vereadora Mazéh e ao presidente da Câmara pelo apoio constante. Macedo defendeu a aprovação rápida do plano diretor, ressaltando que não há



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

espaço para emendas significativas após tantos anos de discussão e ajustes. Ele concluiu destacando a segurança jurídica que o plano proporcionará para investimentos futuros na cidade. **Vereadora Mazéh Silva:** Mazéh Silva começou agradecendo a todos os vereadores presentes e destacou que participar das discussões sobre o plano diretor de Cáceres foi um grande aprendizado. Ela enfatizou o papel dos vereadores em contribuir com suas vivências diárias para o desenvolvimento da cidade. Mazéh ressaltou a importância da divulgação ampla das audiências públicas, reconhecendo que muitos cidadãos não puderam participar devido ao trabalho, mas confia que eles poderão acessar as informações discutidas para entender o crescimento da cidade. Ela expressou sua satisfação em fazer parte das discussões, reafirmando o compromisso dos vereadores em estar presentes e contribuir para o avanço da cidade. Mazéh também agradeceu aos servidores e assessores pela participação constante, e parabenizou o relator, vereador Cézare Pastorello, pelo bom trabalho na condução das audiências. **Vereador Cézare Pastorello, relator:** Cézare Pastorello concluiu a audiência pública destacando a extensão e especificidade do plano diretor de desenvolvimento sustentável, que possui 205 artigos. Ele mencionou também a tramitação simultânea de outro projeto de lei complementar na Casa, o Código Municipal de Obras e Posturas, que conta com 532 artigos, cada um abordando diferentes especificidades. Pastorello reiterou que ambos os projetos serão apresentados para votação na próxima sessão, agradecendo a participação de todos na audiência.

Registro que o vídeo completo referente à presente audiência se encontra acessível no site: [Audiência Pública - Discussão do Plano Diretor 04/07/2024.](#)





**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

LISTAS DE PRESENÇAS





ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁ CERES



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁ CERES

Lista de Presença

Data: 23/05/2024

Audiência Pública: Apresentação do Plano Diretor

Nome	Instituição/Empresa
Luiz Sandini	CÂMARA
José Verene de Amador	Arto Esrob
Andressa Travenço Colito	Arquiteto
WCIENE NEVES	PROFESSORA UNEMAT
Victor Cuvirel	UEE-MT / PCdoB
Marineide Weller	SOPFAZ
Cláris Vautour	MUNICÍPIO GAIÁ
Francisco Graiane S. Garcia	UNEMAT - acadêmico
Ediane Ventura	Unemat - acadêmica
Simone Ap. Santos	Unemat acadêmica
Maria de Fatima R. Pedreira	Unemat acadêmica
Wallison Souza Majiane	Unemat acadêmico
Jefferson Amador	Unemat acadêmico
Pollyelle R. Pinheiro	Unemat acadêmico
Luana Ramon Ribellino	Unemat acadêmico
Navia da Silva Lempis	Unemat acadêmica
Ramela da Gama Silva	Unemat acadêmica
Ang. Paula Sita Teixeira	Unemat acadêmica
Faldemir's Dulce Ferraz	Câmara
Rubens Macedo	CÂMARA MUN. CÍCEPO
Delcine Lais Pombo Bonden	Unemat acadêmica
Walter Saus Júnior	CIDADÃO
Elisângela S. Costa	PSD
ANDRÉ AMILAS GOMES	SULAY
Rivaldo Nitele	Unemat
Rivaldo da Silva Abalho	Unemat
Pedro Richard	Unemat
Josely S. S. S.	unemat
Camilla Vitorio	unemat
Mario José Saraquete de Andrade	Unemat
Brenda Farias de Oliveira	Unemat
Alexandra Guedes de Campos	Unemat



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 29D0-9518-AC2A-A9C6

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ CEZARE PASTORELLO MARQUES DE PAIVA (CPF 837.XXX.XXX-04) em 09/07/2024 12:07:25 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cmcaceres.1doc.com.br/verificacao/29D0-9518-AC2A-A9C6>